

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	5
Demonstração do Resultado	7
Demonstração do Resultado Abrangente	9
Demonstração do Fluxo de Caixa	10

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2020 à 30/06/2020	12
DMPL - 01/01/2019 à 30/06/2019	13

Demonstração do Valor Adicionado	14
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	15
--------------------------	----

Notas Explicativas	30
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	91
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	93
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	94

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/06/2020
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	197.467
Preferenciais	0
Total	197.467
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Assembléia Geral Ordinária	08/04/2020	Dividendo	09/04/2020	Ordinária		1,08333
Assembléia Geral Ordinária	08/04/2020	Dividendo	09/04/2020	Ordinária		2,38333

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2020	Exercício Anterior 31/12/2019
1	Ativo Total	28.987.260	26.469.544
1.01	Ativo Circulante	6.969.309	6.756.098
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.017.532	1.280.195
1.01.02	Aplicações Financeiras	38.630	5.496
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	0	1.978
1.01.02.01.03	Títulos disponíveis para venda	0	1.978
1.01.02.02	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através de Outros Resultados Abrangentes	38.630	3.518
1.01.02.02.01	Títulos disponíveis para venda	38.630	3.518
1.01.03	Contas a Receber	2.569.936	2.664.015
1.01.03.01	Clientes	2.569.936	2.664.015
1.01.03.01.01	Consumidores, concessionárias e permissionárias	2.296.508	2.447.175
1.01.03.01.03	Contas a receber acordos	273.428	216.840
1.01.04	Estoques	33.703	15.830
1.01.04.01	Almoxarifado	33.703	15.830
1.01.06	Tributos a Recuperar	1.042.252	765.135
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	1.042.252	765.135
1.01.06.01.01	Imposto de renda e contribuição social compensáveis	96.865	68.086
1.01.06.01.02	Outros tributos compensáveis	945.387	697.049
1.01.07	Despesas Antecipadas	48.414	33.166
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	2.218.842	1.992.261
1.01.08.03	Outros	2.218.842	1.992.261
1.01.08.03.03	Outros créditos	278.016	195.581
1.01.08.03.04	Ativo financeiro setorial	1.678.319	1.608.152
1.01.08.03.05	Serviços em curso	191.269	188.528
1.01.08.03.06	Operação com instrumento derivativo	71.238	0
1.02	Ativo Não Circulante	22.017.951	19.713.446
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	17.742.551	15.200.884
1.02.01.04	Contas a Receber	31.589	34.525
1.02.01.04.01	Clientes	23.899	25.920
1.02.01.04.02	Outras Contas a Receber	7.690	8.605
1.02.01.07	Tributos Diferidos	4.192.845	4.327.475
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	4.192.845	4.327.475
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	13.518.117	10.838.884
1.02.01.10.04	Cauções e depósitos vinculados	877.423	808.869
1.02.01.10.06	Outros tributos compensáveis	6.572.530	4.495.140
1.02.01.10.08	Ativo financeiro da concessão	4.692.070	4.532.124
1.02.01.10.09	Outros créditos	50.441	41.713
1.02.01.10.10	Ativo financeiro setorial	567.113	444.594
1.02.01.10.11	Ativo contratual (infraestrutura em construção)	702.172	466.563
1.02.01.10.12	Operação com instrumento derivativo	56.368	49.881
1.02.02	Investimentos	41.250	41.250
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	41.250	41.250
1.02.03	Imobilizado	201.938	230.806
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	201.938	230.806

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2020	Exercício Anterior 31/12/2019
1.02.03.01.01	Ativo de direito de uso	201.938	230.806
1.02.04	Intangível	4.032.212	4.240.506
1.02.04.01	Intangíveis	4.032.212	4.240.506
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	4.032.212	4.240.506

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2020	Exercício Anterior 31/12/2019
2	Passivo Total	28.987.260	26.469.544
2.01	Passivo Circulante	7.462.134	6.039.724
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	119.425	134.354
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	119.425	134.354
2.01.02	Fornecedores	1.709.488	1.865.919
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	1.709.488	1.865.919
2.01.03	Obrigações Fiscais	547.714	515.091
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	216.983	111.739
2.01.03.01.02	Outros Tributos a Pagar	216.983	111.739
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	329.226	401.757
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	1.505	1.595
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	971.887	273.508
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	943.660	230.884
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	11.795	230.884
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	931.865	0
2.01.04.02	Debêntures	28.227	42.624
2.01.05	Outras Obrigações	3.822.388	2.902.366
2.01.05.02	Outros	3.822.388	2.902.366
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	584.681	214.054
2.01.05.02.04	Subvenções Governamentais	2.921	3.273
2.01.05.02.06	Encargos Setoriais	416.947	419.534
2.01.05.02.08	Outras Obrigações	376.067	295.140
2.01.05.02.09	Passivo financeiro setorial	1.214.351	957.969
2.01.05.02.10	Reserva de Reversão	7.342	7.342
2.01.05.02.11	Obrigações com Benefícios pós-emprego	11.629	12.358
2.01.05.02.12	Contas a pagar - acordo Eletrobras	350.553	342.811
2.01.05.02.13	Obrigações por arrendamento	64.530	69.848
2.01.05.02.14	Operação com instrumento derivativo	4.155	1.274
2.01.05.02.15	PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	789.212	578.763
2.01.06	Provisões	291.232	348.486
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	289.055	345.546
2.01.06.01.05	Provisão para processos judiciais e outros	289.055	345.546
2.01.06.02	Outras Provisões	2.177	2.940
2.01.06.02.04	Provisões para Passivos Ambientais	2.177	2.940
2.02	Passivo Não Circulante	17.773.981	16.460.604
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	3.615.877	3.613.904
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	37.587	43.539
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	37.587	43.539
2.02.01.02	Debêntures	3.578.290	3.570.365
2.02.02	Outras Obrigações	13.506.325	12.273.094
2.02.02.02	Outros	13.506.325	12.273.094
2.02.02.02.05	Subvenções Governamentais	3.854	5.215
2.02.02.02.07	Obrigações com Benefícios pós-emprego	5.645.168	5.982.423
2.02.02.02.09	Encargos Setoriais	36.445	34.553
2.02.02.02.11	Reserva de Reversão	40.385	44.056
2.02.02.02.12	Outras Obrigações	49.186	77.597

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2020	Exercício Anterior 31/12/2019
2.02.02.02.13	Passivo financeiro setorial	393.314	522.128
2.02.02.02.14	Contas a pagar - acordo Eletrobras	690.484	1.019.775
2.02.02.02.15	Obrigações por arrendamentos	170.907	192.034
2.02.02.02.16	PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	6.476.582	4.395.313
2.02.04	Provisões	651.779	573.606
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	649.331	571.158
2.02.04.01.05	Provisão para processos judiciais e outros	649.331	571.158
2.02.04.02	Outras Provisões	2.448	2.448
2.02.04.02.04	Provisões para Passivos Ambientais	2.448	2.448
2.03	Patrimônio Líquido	3.751.145	3.969.216
2.03.01	Capital Social Realizado	3.079.525	3.079.525
2.03.02	Reservas de Capital	2.268.430	2.268.430
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	2.267.883	2.267.883
2.03.02.07	Outras reservas	547	547
2.03.04	Reservas de Lucros	367.903	838.532
2.03.04.01	Reserva Legal	196.766	196.766
2.03.04.02	Reserva Estatutária	171.137	171.137
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	470.629
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	131.802	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	781.476	816.684
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-2.877.991	-3.033.955

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2020 à 30/06/2020	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2020 à 30/06/2020	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2019 à 30/06/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 30/06/2019
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	3.336.280	6.999.390	3.352.826	6.820.741
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-3.265.680	-6.563.176	-2.996.922	-6.225.983
3.02.01	Energia Elétrica Comprada para Revenda	-1.910.835	-3.861.837	-1.702.599	-3.685.084
3.02.02	Energia Elétrica Comprada para Revenda - PROINFA	-54.361	-106.545	-74.694	-149.790
3.02.03	Encargos do Uso do Sistema de Transmissão e Distribuição	-307.868	-721.047	-465.455	-829.734
3.02.07	Pessoal e Administradores	-169.902	-353.964	-177.524	-373.007
3.02.08	Entidade de Previdência Privada	-7.611	-13.797	-7.268	-12.923
3.02.09	Serviços de Terceiros	-157.370	-308.647	-116.276	-241.991
3.02.10	Material	-26.280	-53.976	-16.491	-30.225
3.02.11	Custo de Construção	-284.609	-486.670	-153.741	-352.346
3.02.12	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, Líquida	-139.998	-244.106	-75.523	-142.658
3.02.13	Provisão para Processos Judiciais e Outros, Líquida	-23.152	-48.185	-19.692	-38.043
3.02.16	Depreciação e Amortização	-165.559	-332.564	-158.088	-318.248
3.02.17	Outras Receitas e Despesas Operacionais	-18.135	-31.838	-29.571	-51.934
3.03	Resultado Bruto	70.600	436.214	355.904	594.758
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	70.600	436.214	355.904	594.758
3.06	Resultado Financeiro	-156.626	-285.335	-149.901	-313.632
3.06.01	Receitas Financeiras	35.033	111.197	99.882	172.043
3.06.02	Despesas Financeiras	-191.659	-396.532	-249.783	-485.675
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-189.029	-392.492	-249.568	-485.498
3.06.02.02	Variações Cambiais, Líquidas	-2.630	-4.040	-215	-177
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-86.026	150.879	206.003	281.126
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	27.389	-54.285	-74.690	-80.762
3.08.01	Corrente	22.204	0	0	22.287
3.08.02	Diferido	5.185	-54.285	-74.690	-103.049
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-58.637	96.594	131.313	200.364
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-58.637	96.594	131.313	200.364
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2020 à 30/06/2020	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2020 à 30/06/2020	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2019 à 30/06/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 30/06/2019
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	-0,29695	0,48917	0,66502	1,01472

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2020 à 30/06/2020	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2020 à 30/06/2020	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2019 à 30/06/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 30/06/2019
4.01	Lucro Líquido do Período	-58.637	96.594	131.313	200.364
4.02	Outros Resultados Abrangentes	131.390	155.964	3.203	3.203
4.02.04	Ajuste de Avaliação Atuarial	230.515	230.515	0	0
4.02.05	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre Ajuste de Avaliação Atuarial	-78.375	-78.375	0	0
4.02.06	Valor justo de hedge de fluxo de caixa	-31.440	5.794	4.854	4.854
4.02.07	Imposto de renda e contribuição social sobre valor justo de hedge de fluxo de caixa	10.690	-1.970	-1.651	-1.651
4.03	Resultado Abrangente do Período	72.753	252.558	134.516	203.567

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2020 à 30/06/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 30/06/2019
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-244.308	-86.262
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.158.328	1.166.044
6.01.01.01	Lucro líquido do período	96.594	200.364
6.01.01.02	Depreciação e amortização	332.564	318.248
6.01.01.05	Variações monetárias	32.707	-5.101
6.01.01.06	Atualização do ativo financeiro da concessão	-17.185	-88.308
6.01.01.07	Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	244.682	143.448
6.01.01.08	Provisão para processos judiciais e outros, líquida	47.657	59.753
6.01.01.09	Atualização Acordo Eletrobras	30.134	55.450
6.01.01.10	Custo de empréstimos e Debêntures (encargos de dívidas)	152.942	160.992
6.01.01.11	Benefícios pós-emprego	223.532	176.668
6.01.01.12	Receita de aplicação financeira em investimentos de curto prazo	-792	-1.164
6.01.01.13	Baixa de ativo financeiro, intangível da concessão e imobilizado	16.647	29.582
6.01.01.14	Tributos e contribuições sociais diferidos	54.285	103.049
6.01.01.16	Juros sobre obrigações de arrendamento	10.625	12.982
6.01.01.17	Juros sobre operação com instrumento derivativo	-66.064	81
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-557.445	-458.837
6.01.02.01	Consumidores, revendedores e outros	-50.494	-53.902
6.01.02.02	Contas a receber - acordos	-95.088	-49.534
6.01.02.03	Almoxarifado	-17.873	3.404
6.01.02.04	Imposto de renda e contribuição social compensáveis	-22.127	-22.285
6.01.02.05	Outros tributos compensáveis	-2.325.728	-5.011.266
6.01.02.06	Despesas pagas antecipadamente	-15.248	-9.735
6.01.02.08	Outros créditos	-98.228	27.720
6.01.02.09	Ativo financeiro setorial	-192.686	126.881
6.01.02.10	Obrigações sociais e trabalhistas	-14.929	-57.941
6.01.02.11	Fornecedores	-228.006	55.888
6.01.02.13	Outros tributos a pagar	32.623	-13.778
6.01.02.14	Passivo financeiro setorial	127.568	-391.070
6.01.02.15	Serviços em curso	-2.741	-2.046
6.01.02.16	Encargos setoriais	4.949	-14.790
6.01.02.19	Outras obrigações	48.845	33.702
6.01.02.20	PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	2.291.718	4.919.915
6.01.03	Outros	-845.191	-793.469
6.01.03.01	Pagamento de juros (encargos de dívidas), deduzido dos juros capitalizados	-90.970	-148.227
6.01.03.02	Pagamento de imposto de renda e contribuição social	-6.098	-8.409
6.01.03.03	Pagamento de obrigações com benefícios pós-emprego	-331.001	-236.650
6.01.03.04	Pagamento de processos judiciais e outros	-51.679	-52.730
6.01.03.05	Juros resgatados de investimentos de curto prazo	78	39
6.01.03.06	Pagamento de juros de obrigações por arrendamento	-10.852	-9.583
6.01.03.07	Pagamento de juros de operações com derivativo	-2.986	0
6.01.03.08	Pagamento de contas a pagar - acordo Eletrobras	-351.683	-337.909
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-527.070	-653.657

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2020 à 30/06/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 30/06/2019
6.02.01	Adições para ativo contratual e intangível da concessão	-442.171	-419.197
6.02.02	Consumidores participação financeira	25.062	48.593
6.02.03	Aplicações em investimento de curto prazo	-66.513	-43
6.02.04	Resgates de investimento de curto prazo	34.013	2.001
6.02.05	Aplicações/Resgates de cauções e depósitos vinculados	-82.034	-285.987
6.02.07	Recebimento de venda de ativo imobilizado e intangível	4.573	976
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	508.715	510.003
6.03.01	Ingresso de novos empréstimos e debêntures	859.997	2.000.000
6.03.02	Pagamento de empréstimos e debêntures (principal)	-223.329	-1.450.354
6.03.03	Custo de empréstimos e Debêntures (custos de transação e prêmios)	0	-19.427
6.03.04	Pagamento de obrigações por arrendamento	-27.953	-20.216
6.03.07	Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	-100.000	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-262.663	-229.916
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	1.280.195	936.678
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.017.532	706.762

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 30/06/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	3.079.525	2.268.430	838.532	0	-2.217.271	3.969.216
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.079.525	2.268.430	838.532	0	-2.217.271	3.969.216
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-470.629	0	0	-470.629
5.04.06	Dividendos	0	0	-470.629	0	0	-470.629
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	96.594	155.964	252.558
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	96.594	0	96.594
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	155.964	155.964
5.05.02.06	Ajuste de avaliação atuarial	0	0	0	0	230.515	230.515
5.05.02.07	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre Ajuste de Avaliação Atuarial	0	0	0	0	-78.375	-78.375
5.05.02.08	Valor justo de hedge de fluxo de caixa	0	0	0	0	5.794	5.794
5.05.02.09	Imposto de renda e contribuição social sobre valor justo de hedge de fluxo de caixa	0	0	0	0	-1.970	-1.970
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	35.208	-35.208	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	53.345	-53.345	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-18.137	18.137	0
5.07	Saldos Finais	3.079.525	2.268.430	367.903	131.802	-2.096.515	3.751.145

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 30/06/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	2.823.486	642.234	196.766	0	-781.506	2.880.980
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.823.486	642.234	196.766	0	-781.506	2.880.980
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	200.364	3.203	203.567
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	200.364	0	200.364
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	3.203	3.203
5.05.02.08	Valor justo de hedge de fluxo de caixa	0	0	0	0	4.854	4.854
5.05.02.09	Imposto de renda e contribuição social sobre valor justo de hedge de fluxo de caixa	0	0	0	0	-1.651	-1.651
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	37.248	-37.248	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	56.437	-56.437	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-19.189	19.189	0
5.07	Saldos Finais	2.823.486	642.234	196.766	237.612	-815.551	3.084.547

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2020 à 30/06/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 30/06/2019
7.01	Receitas	10.721.111	11.282.292
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	4.911.162	5.945.468
7.01.02	Outras Receitas	5.567.385	5.127.136
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	486.670	352.346
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-244.106	-142.658
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-5.998.173	-5.770.525
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-5.139.645	-5.122.152
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-801.080	-584.903
7.02.04	Outros	-57.448	-63.470
7.03	Valor Adicionado Bruto	4.722.938	5.511.767
7.04	Retenções	-332.564	-318.248
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-332.564	-318.248
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	4.390.374	5.193.519
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	111.197	172.043
7.06.02	Receitas Financeiras	111.197	172.043
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	4.501.571	5.365.562
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	4.501.571	5.365.562
7.08.01	Pessoal	378.150	370.451
7.08.01.01	Remuneração Direta	251.386	229.142
7.08.01.02	Benefícios	106.189	124.491
7.08.01.03	F.G.T.S.	20.575	16.818
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	3.627.078	4.299.753
7.08.02.01	Federais	1.719.906	2.260.529
7.08.02.02	Estaduais	1.885.278	2.015.985
7.08.02.03	Municipais	21.894	23.239
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	399.749	494.994
7.08.03.01	Juros	395.323	485.675
7.08.03.02	Aluguéis	4.426	9.319
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	96.594	200.364
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	96.594	200.364

Comentário do Desempenho

Comentários de Desempenho

2T20 / 6M20

Enel Distribuição São Paulo

Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A.

27 de julho de 2020

Relações com Investidores

Raffaele Enrico Grandi

Diretor de Relações com Investidores

Daniel Spencer Pioner

Responsável por Relações com Investidores

<http://ri.eneldistribuicaosp.com.br/> | ri.eletropaulo@enel.com



Comentário do Desempenho

São Paulo, 27 de julho de 2020 – Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo (“ENEL DISTRIBUIÇÃO SÃO PAULO”), distribuidora de energia elétrica que atende 24 municípios paulistas (18 milhões de habitantes) divulga seus resultados do segundo trimestre de 2020 (“2T20”), e primeiro semestre de 2020 (“1S20”, “6M20”). As informações financeiras e operacionais a seguir, exceto quando indicado de outra forma, são apresentadas de acordo com a legislação brasileira aplicável e vigente.

1

DESTAQUES

DESTAQUES NO PERÍODO

	2T20	2T19	Var. %	1T20	Var. % (1)	6M20	6M19	Var. % (2)
Volume de Energia - Venda e Transporte (GWh)	9.251	10.888	-15,0%	10.670	-13,3%	19.922	22.060	-9,7%
Receita Bruta (R\$ mil)	5.156.210	5.602.914	-8,0%	5.809.007	-11,2%	10.965.217	11.424.950	-4,0%
Receita Líquida (R\$ mil)	3.336.280	3.352.826	-0,5%	3.663.110	-8,9%	6.999.390	6.820.741	2,6%
EBITDA (R\$ mil)	236.159	513.992	-54,1%	532.619	-55,7%	768.778	913.006	-15,8%
Margem EBITDA (%)	7,1%	15,3%	-8,3 p.p.	14,5%	-7,5 p.p.	11,0%	13,4%	-2,4 p.p.
Margem EBITDA ex-Receita de Construção (%)	7,7%	16,1%	-8,3 p.p.	15,4%	-7,7 p.p.	11,8%	14,1%	-2,3 p.p.
EBIT (R\$ mil)	70.600	355.904	-80,2%	365.614	-80,7%	436.214	594.758	-26,7%
Margem EBIT (%)	2,1%	10,6%	-8,5 p.p.	10,0%	-7,9 p.p.	6,2%	8,7%	-2,5 p.p.
Lucro (Prejuízo) Líquido (R\$ mil)	(58.637)	131.313	-144,7%	155.231	-137,8%	96.594	200.364	-51,8%
Margem Líquida (%)	-1,8%	3,9%	-5,7 p.p.	4,2%	-141,5%	1,4%	2,9%	-1,6 p.p.
Margem Líquida ex-Receita de Construção (%)	-1,9%	4,1%	-6 p.p.	4,5%	-142,8%	1,5%	3,1%	-1,6 p.p.
CAPEX (R\$ mil)	242.752	198.861	22,1%	201.288	20,6%	444.069	419.198	5,9%
DEC - horas (12 meses)	6,42	7,53	-14,7%	5,69	12,8%	6,42	7,53	-14,7%
FEC - vezes (12 meses)	3,38	4,42	-23,5%	3,21	5,3%	3,38	4,42	-23,5%
Índice de Arrecadação (YTD)	94,58%	99,58%	-5 p.p.	96,85%	-2,3 p.p.	94,58%	99,6%	-5 p.p.
Perdas de Energia (12 meses)	10,15%	9,55%	0,6 p.p.	9,75%	0,4 p.p.	10,15%	9,6%	0,6 p.p.
Nº de Consumidores (3)	7.138.714	7.254.410	-1,6%	7.363.447	-3,1%	7.138.714	7.254.410	-1,6%
Nº de Colaboradores Próprios (4)	6.101	6.760	-9,7%	6.326	-3,6%	6.101	6.760	-9,7%
MWh/Colaboradores Próprios e Terceiros	294	471	-37,5%	418	-29,6%	633	954	-33,6%
PMSO (5) /Consumidor	53,1	47,9	11,0%	52,0	2,2%	106,8	97,9	9,1%
Consumidor/Colaboradores Próprios e Terceiros	227	314	-27,6%	288	-21,3%	227	314	-27,6%
Número Total de Colaboradores - Próprios e Terceiros	31.450	23.123	36,0%	25.537	23,2%	31.450	23.123	36,0%

(1) Variação entre 2T20 e 1T20 | (2) Variação entre 6M20 e 6M19 | (3) Unidades Faturadas | (4) Número total excluindo menores aprendizes, estagiários e conselheiros | (5) PMSO: Pessoal, Material, Serviços e Outros

Operacional

- Melhora de 14,7% do DEC no 2T20 para 6,42 horas, em comparação ao registrado no 2T19 (7,53 horas), dentro do limite regulatório global de 7,38 horas;
- Melhora no FEC de 23,5% no 2T20, totalizando 3,38 vezes, em comparação a 4,42 vezes registrado no 2T19, também dentro do limite regulatório global, de 5,13 vezes;

Mercado e Comercial

- Mercado total registrou contração de 15,0% no 2T20, em comparação ao 2T19, com redução do mercado cativo em 14,7%, principalmente em decorrência dos efeitos da atual pandemia.

Regulatório

- Em 30 de junho de 2020 a ANEEL aprovou o Reajuste Tarifário Anual da Companhia, aplicado a partir de 4 de julho de 2020, com efeito médio de 4,23%.
- Em 03 de julho de 2020, a Companhia declarou junto a ANEEL os recursos financeiros requeridos por meio Conta-COVID, no valor total de R\$ 1.389,2 milhões.

Financeiro

- EBITDA de R\$ 236,2 milhões no 2T20, 54,1% inferior em relação ao registrado no mesmo período do ano anterior (R\$ 514,0 milhões).
- Prejuízo líquido de R\$ 58,6 milhões no 2T20, ante um lucro líquido de R\$ 131,3 milhões registrado no 2T19.



Comentário do Desempenho

2 PERFIL CORPORATIVO

Área de Concessão

DADOS GERAIS

	2T20	2T19	Var. %
Área de Concessão (Km ²)	4.526	4.526	0,0%
Municípios (Qtde.)	24	24	0,0%
Habitantes (Qtde.) (1)	18.170.745	18.046.018	0,7%
Consumidores (Unid.)	7.138.714	7.254.410	-1,6%
Linhas de Distribuição (Km)	42.112	41.886	0,5%
Linhas de Transmissão (Km)	1.836	1.830	0,3%
Subestações (Unid.)	162	162	0,0%
Volume de Energia 12 meses (GWh)	41.147	43.212	-4,8%
Marketshare no Brasil - Nº de Clientes (2)	8,43%	8,67%	-0,2 p.p.
Marketshare no Brasil - Volume de Energia (3)	8,55%	9,03%	-0,5 p.p.

(1) Para ambos os trimestres foi utilizado o censo IBGE 2010 com projeção de população oficial

(2) Estimativa do número de Consumidores Brasil de acordo com ABRADÉE

(3) Volume de Energia do Brasil de acordo com Empresa de Pesquisa Econômica - EPE

- 1 Pirapora do Bom Jesus
- 2 Cajamar
- 3 Santana de Parnaíba
- 4 Barueri
- 5 Osasco
- 6 Carapicuíba
- 7 Jandira
- 8 Itapevi
- 9 Vargem Grande Paulista
- 10 Cotia
- 11 Taboão da Serra
- 12 Embu das Artes
- 13 Itapeverica da Serra
- 14 São Lourenço da Serra
- 15 Embu-Guaçu
- 16 Juquitiba
- 17 São Paulo
- 18 Diadema
- 19 São Caetano do Sul
- 20 São Bernardo do Campo
- 21 Santo André
- 22 Rio Grande da Serra
- 23 Ribeirão Pires
- 24 Mauá

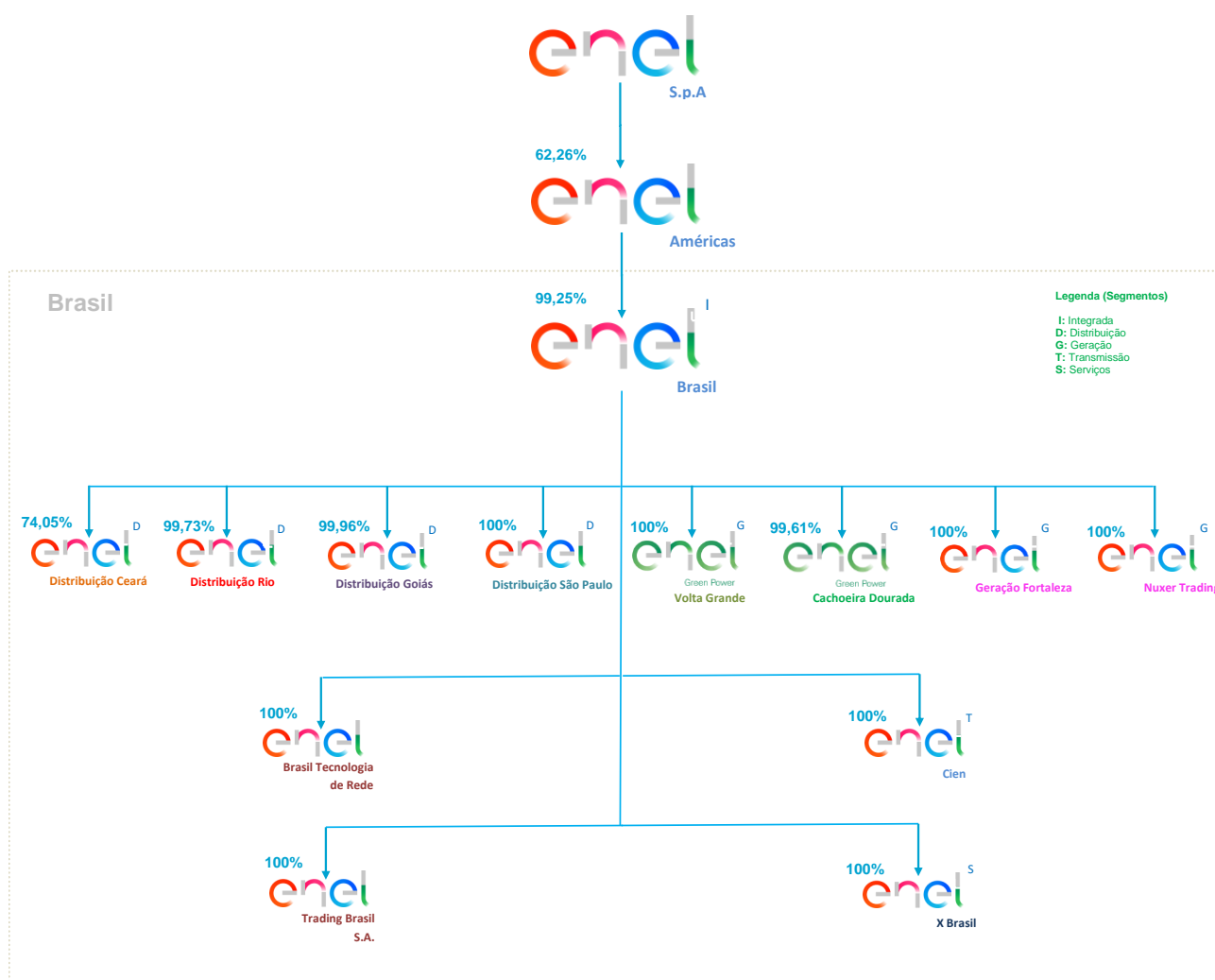


A Enel Distribuição São Paulo é a maior distribuidora de energia elétrica do Brasil em volume de energia vendida, estando presente em 24 cidades da região metropolitana de São Paulo, incluindo a capital paulista, um dos principais centros econômico-financeiros do país. A área de concessão, de 4.526 km², com 1.577,3 unidades consumidoras faturadas por km².

Estrutura de Controle e Organograma Societário Simplificado

ESTRUTURA DE CONTROLE

	ON	%	TOTAL	%
Enel Brasil S.A	197.466.862	100%	197.466.862	100%
Total	197.466.862	100%	197.466.862	100%





Comentário do Desempenho

3 DESEMPENHO OPERACIONAL / COMERCIAL

Mercado de Energia

Unidades Consumidoras

NÚMERO DE CONSUMIDORES

	2T20	2T19	Var. %	1T20	Var. % (1)	6M20	6M19	Var. % (2)
Mercado Cativo	7.136.838	7.253.007	-1,6%	7.361.764	-3,1%	7.136.838	7.253.007	-1,6%
Residencial	6.701.599	6.803.295	-1,5%	6.905.409	-3,0%	6.701.599	6.803.295	-1,5%
Industrial	24.832	25.978	-4,4%	25.676	-3,3%	24.832	25.978	-4,4%
Comercial	390.970	404.871	-3,4%	410.048	-4,7%	390.970	404.871	-3,4%
Rural	553	565	-2,1%	570	-3,0%	553	565	-2,1%
Setor Público	18.884	18.298	3,2%	20.061	-5,9%	18.884	18.298	3,2%
Clientes Livres	1.876	1.403	33,7%	1.683	11,5%	1.876	1.403	33,7%
Industrial	509	442	15,2%	479	6,3%	509	442	15,2%
Comercial	1.314	913	43,9%	1.154	13,9%	1.314	913	43,9%
Setor Público	46	41	12,2%	43	7,0%	46	41	12,2%
Cias Energéticas	7	7	0,0%	7	0,0%	7	7	0,0%
Total - Número de Consumidores (faturados)	7.138.714	7.254.410	-1,6%	7.363.447	-3,1%	7.138.714	7.254.410	-1,6%

(1) Variação entre 2T20 e 1T20 | (2) Variação entre 6M20 e 6M19

A Companhia encerrou o 2T20 com uma redução de 1,6% no número de unidades consumidoras faturadas em relação ao registrado no 2T19, justificado principalmente pela redução na classe residencial, pela instauração da leitura por média, que não considera clientes autorreligados, a partir de março de 2020, decorrente dos efeitos da pandemia do Covid-19. Destaca-se a redução na classe de consumo industrial e comercial, com retração de 1.146 e 13.901 unidades, respectivamente.

Venda de Energia na Área de Concessão¹

A venda de energia na área de concessão da Enel Distribuição São Paulo, conforme demonstrado na tabela a seguir, encerrou o 2T20 em 9.251 GWh, redução de 15% em relação ao 2T19. No 1S20, o mercado total teve retração de 9,7% em relação ao 1S19, totalizando 19.922 GWh, principalmente em função dos efeitos apresentados a seguir.

VENDA E TRANSPORTE DE ENERGIA (GWh)

	2T20	2T19	Var. %	1T20	Var. % (1)	6M20	6M19	Var. %
Mercado Cativo	6.886	8.072	-14,7%	7.850	-12,3%	14.736	16.542	-10,9%
Clientes Livres	2.366	2.816	-16,0%	2.820	-16,1%	5.186	5.519	-6,0%
Total - Venda e Transporte de Energia	9.251	10.888	-15,0%	10.670	-13,3%	19.922	22.060	-9,7%

(1) Variação entre 2T20 e 1T20 | (2) Variação entre 6M20 e 6M19

Mercado Cativo

O mercado cativo somou 6.886 GWh no 2T20, o que correspondeu a uma redução de 14,7% comparado ao 2T19. Essa variação explica-se, sobretudo, pela aplicação de medidas de restrição de atividade e circulação de pessoas decorrente da pandemia do Covid-19, e vigentes em nossa área de concessão durante o segundo trimestre de 2020, resultando em significativa redução de consumo, principalmente, nas classes comercial e industrial. Contribuíram também os efeitos da migração de clientes do Ambiente de Contratação Regulada ("ACR") para o Ambiente de Contratação Livre ("ACL").

No 1S20, o mercado cativo totalizou 14.736 GWh, uma redução de 10,9% ante o 1S19, sobretudo, devido aos efeitos já mencionados da atual pandemia e medidas de restrição relacionadas. Adicionalmente, também contribuiu para a redução, a migração de clientes do ACR para o ACL.

VENDA E TRANSPORTE DE ENERGIA NO MERCADO CATIVO (GWh)

	2T20	2T19	Var. %	1T20	Var. % (1)	6M20	6M19	Var. %
Residencial	3.942	4.048	-2,6%	4.050	-2,7%	7.992	8.268	-3,3%
Industrial	486	736	-34,0%	624	-22,2%	1.110	1.469	-24,4%
Comercial	1.925	2.660	-27,6%	2.580	-25,4%	4.505	5.541	-18,7%
Rural	8	8	-1,1%	8	-4,2%	16	16	-1,5%
Setor Público	525	621	-15,5%	588	-10,8%	1.113	1.248	-10,8%
Total - Venda de Energia no Mercado Cativo	6.886	8.072	-14,7%	7.850	-12,3%	14.736	16.542	-10,9%

(1) Variação entre 2T20 e 1T20 | (2) Variação entre 6M20 e 6M19

¹ Não Inclui Consumo Próprio



Comentário do Desempenho

VENDA E TRANSPORTE DE ENERGIA PER CAPITA NO MERCADO CATIVO (KWh/CONSUMIDOR)

	2T20	2T19	Var. %	1T20	Var. % (1)	6M20	6M19	Var. %
Residencial	588	595	-1,1%	586	0,3%	1.193	1.215	-1,9%
Industrial	19.557	28.312	-30,9%	24.316	-19,6%	44.699	56.542	-20,9%
Comercial	4.925	6.571	-25,1%	6.292	-21,7%	11.524	13.686	-15,8%
Rural	14.052	13.900	1,1%	14.225	-1,2%	28.714	28.518	0,7%
Sector Público	27.786	33.919	-18,1%	29.307	-5,2%	58.920	68.187	-13,6%
Total - Venda per Capita no Mercado Cativo	965	1.113	-13,3%	1.066	-9,5%	2.065	2.281	-9,5%

(1) Variação entre 2T20 e 1T20 | (2) Variação entre 6M20 e 6M19

Clientes Livres

O mercado faturado dos clientes livres foi de 2.366 GWh no 2T20, uma redução de 16,0% quando comparado ao 2T19, reflexo, principalmente, dos efeitos percebidos da atual pandemia na atividade econômica, parcialmente compensados pela migração de clientes para o mercado livre. No 2T20, entre migrações ao ACL, retornos ao ACR e novos clientes, foram adicionadas 174 unidades, totalizando 1.944 unidades

No 1S19, o mercado livre somou 5.186 GWh, uma redução de 6,0% em relação ao 1S19.

TRANSPORTE DE ENERGIA PARA OS CLIENTES LIVRES (GWh)

	2T20	2T19	Var. %	1T20	Var. % (1)	6M20	6M19	Var. %
Industrial	1.097	1.356	-19,1%	1.251	-12,3%	2.348	2.582	-9,1%
Comercial	895	1.041	-14,0%	1.152	-22,2%	2.047	2.092	-2,2%
Sector Público	373	419	-11,0%	418	-10,6%	791	844	-6,3%
Total - Transporte de Energia para os Clientes Livres	2.366	2.816	-16,0%	2.820	-16,1%	5.186	5.519	-6,0%

(1) Variação entre 2T20 e 1T20 | (2) Variação entre 6M20 e 6M19

VENDA E TRANSPORTE DE ENERGIA PER CAPITA PARA OS CLIENTES LIVRES (GWh/CONSUMIDOR)

	2T20	2T19	Var. %	1T20	Var. % (1)	6M20	6M19	Var. %
Industrial	2.155	3.067	-29,7%	2.611	-17,5%	4.613	5.841	-21,0%
Comercial	681	1.140	-40,2%	998	-31,7%	1.558	2.292	-32,0%
Sector Público (3)	7.044	8.736	-19,4%	8.351	-15,7%	14.922	17.592	-15,2%
Média - Transporte per Capita para Clientes Livres	1.261	2.007	-37,2%	2.010	-37,3%	2.764	3.934	-29,7%

(1) Variação entre 2T20 e 1T20 | (2) Variação entre 6M20 e 6M19

Compra de Energia

FONTES DE COMPRA DE ENERGIA (GWh)

	2T20	2T19	Var. %	1T20	Var. % (1)	6M20	6M19	Var. % (2)
Itaipu	2.059	2.133	-3,5%	2.069	-0,5%	4.129	4.240	-2,6%
Leilão (3)	6.919	7.143	-3,1%	6.951	-0,5%	13.870	14.422	-3,8%
Angra 1 e 2	386	401	-3,7%	386	0,0%	772	798	-3,3%
Proinfa	(435)	192	-326,6%	797	-154,6%	362	377	-4,0%
Total - Compra de Energia	8.930	9.870	-9,5%	10.203	-12,5%	19.133	19.836	-3,5%

(1) Variação entre 2T20 e 1T20 | (2) Variação entre 6M20 e 6M19 | (3) Inclui Leilão CCEAR, Compra CCEE e Quotas de garantia física

BALANÇO DE ENERGIA (GWh)

	2T20	2T19	Var. %	1T20	Var. % (1)	6M20	6M19	Var. % (2)
Energia Consumida (GWh)	9.251	10.888	-15,0%	10.308	-10,2%	19.922	22.060	-9,7%
Residencial	3.942	4.048	-2,6%	4.050	-2,7%	7.992	8.268	-3,3%
Industrial	486	736	-34,0%	624	-22,2%	1.110	1.469	-24,4%
Comercial	1.925	2.660	-27,6%	2.580	-25,4%	4.505	5.541	-18,7%
Rural	8	8	-1,1%	8	-4,2%	16	16	-1,5%
Sector público	525	621	-15,5%	588	-10,8%	1.113	1.248	-10,8%
Clientes Livres	2.366	2.816	-16,0%	2.820	-16,1%	5.186	5.519	-6,0%
Perdas na Distribuição - Sistema Enel SP (GWh)	1.163	1.151	1,1%	1.159	0,4%	2.322	2.279	1,9%
Perdas na Distribuição - Sistema Enel SP (%)	11,47%	9,74%	1,7 p.p.	9,75%	1,7 p.p.	10,54%	9,45%	1,1 p.p.

(1) Variação entre 2T20 e 1T20 | (2) Variação entre 6M20 e 6M19

Indicadores Operacionais

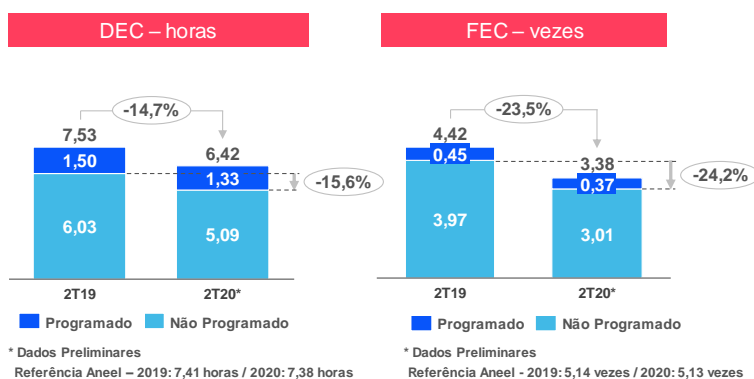
INDICADORES OPERACIONAIS E DE PRODUTIVIDADE

	2T20	2T19	Var. %	1T20	Var. % (1)	6M20	6M19	Var. % (2)
DEC - horas (12 meses)	6,42	7,53	-14,7%	5,69	12,8%	6,42	7,53	-14,7%
FEC - vezes (12 meses)	3,38	4,42	-23,5%	3,21	5,3%	3,38	4,42	-23,5%
Perdas de Energia (12 meses) (%)	10,15%	9,55%	0,6 p.p.	9,75%	0,4 p.p.	10,2%	9,55%	0,6 p.p.
Índice de Arrecadação (YTD) (%)	94,58%	99,58%	-5 p.p.	96,85%	-2,3 p.p.	94,58%	99,6%	-5 p.p.
MWh/Colaboradores Próprios e Terceiros	294	471	-37,5%	418	-29,6%	633	954	-33,6%
Consumidor/Colaboradores Próprios e Terceiros	227	314	-27,6%	288	-21,3%	227	314	-27,6%
PMSO (3) / Consumidor	53,1	47,9	11,0%	52,0	2,2%	106,8	97,9	9,1%
Número Total de Colaboradores - Próprios e Terceiros	31.450	23.123	36,0%	25.537	23,2%	31.450	23.123	36,0%

(1) Variação entre 1T20 e 4T19 | (2) Variação entre 6M20 e 6M19 | (3) PMSO: Pessoal, Material, Serviços e Outros

Comentário do Desempenho

Qualidade do Fornecimento



Os indicadores DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) e FEC (Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) medem a qualidade do fornecimento de energia do sistema de distribuição da Companhia.

No 2T20, esses indicadores seguiram registrando expressiva evolução quando comparados ao mesmo período do ano anterior, conforme demonstrado no gráfico.

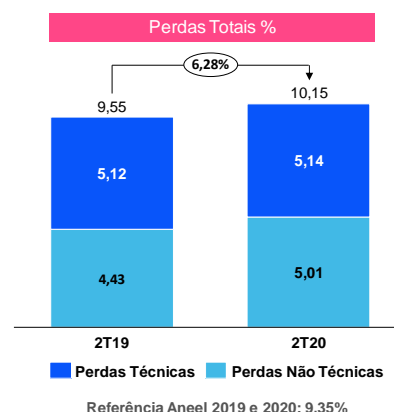
Esta variação é resultado dos investimentos em tecnologia de rede, com foco em automação, ao longo dos últimos anos. O DEC e o FEC permanecem dentro dos limites regulatórios globais para o ano de 2020, como reflexo do plano de ações implementado pela Companhia.

Disciplina de Mercado (Perdas)²

As perdas totais apuradas nos últimos 12 meses totalizaram 10,15%, divididas entre perdas técnicas (5,14%) e não técnicas (5,01%). Em comparação ao 2T19, as perdas totais apresentaram aumento de 0,60 p.p., decorrente do aumento na agressividade de perdas ocasionada pelo Covid-19, além da redução na energia injetada, o que torna proporcionalmente mais representativo o volume de energia associado a perdas.

A Companhia tem intensificado suas ações de combate às perdas comerciais para os segmentos de baixa renda, com o programa de mapeamento e recadastramento na Tarifa Social de Energia Elétrica das famílias que possuem o perfil de renda previsto na atual legislação.

Podemos destacar, ainda, os programas de: (i) Inspeções de Fraude; (ii) Recuperação de Instalações Cortadas; e (iii) Regularização de Ligações Informais; que contribuem para desses indicadores.



Arrecadação

O índice de arrecadação da companhia atingiu 94,58% no primeiro semestre de 2020 contra 99,58% do mesmo período do ano anterior, redução de 5,0 p.p., decorrente dos efeitos percebidos pela pandemia do COVID-19, incluindo a deterioração do cenário econômico e restrições de circulação. Vale destacar, no entanto, que devido ao atual contexto de pandemia e por determinação da Resolução Normativa 878/20 da ANEEL, cortes de energia, medida mais efetiva no combate a inadimplência, estão temporariamente suspensos para a classe residencial e atividades essenciais.

De forma a mitigar os efeitos mencionados e melhorar seu índice de arrecadação, a Companhia tem realizado diversas ações para reduzir os níveis de inadimplência, como ações de comunicação, envio massivo de SMS e e-mails das faturas em atraso, incentivado a utilização de meios digitais para pagamento, parcelamento de faturas, além da disponibilização do canal de negociação para equação de valores em aberto.

² Perdas Técnicas: Valores calculados pela Companhia para torná-los comparáveis ao referencial para perdas não técnicas sobre o mercado de baixa tensão determinado pela ANEEL. Referência Aneel: Referência de perdas para o ano regulatório normalizada para o ano civil.



Comentário do Desempenho

4

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Resultado

PRINCIPAIS CONTAS DE RESULTADO (R\$ MIL)

	2T20	2T19	Var. %	1T20	Var. % (1)	6M20	6M19	Var. % (2)
Receita Operacional Bruta	5.156.210	5.602.914	-8,0%	5.809.007	-11,2%	10.965.217	11.424.950	-4,0%
Deduções à Receita Operacional	(1.819.930)	(2.250.088)	-19,1%	(2.145.897)	-15,2%	(3.965.827)	(4.604.209)	-13,9%
Receita Operacional Líquida	3.336.280	3.352.826	-0,5%	3.663.110	-8,9%	6.999.390	6.820.741	2,6%
Custos do Serviço e Despesas Operacionais (3)	(3.265.680)	(2.996.922)	9,0%	(3.297.496)	-1,0%	(6.563.176)	(6.225.983)	5,4%
EBITDA	236.159	513.992	-54,1%	532.619	-55,7%	768.778	913.006	-15,8%
Margem EBITDA	7,1%	15,3%	-53,8%	19,8%	-64,3%	11,0%	13,4%	-2,4 p.p.
EBIT	70.600	355.904	-80,2%	365.614	-80,7%	436.214	594.758	-26,7%
Margem EBIT	2,1%	10,6%	-80,1%	12,5%	-83,1%	6,2%	8,7%	-2,5 p.p.
Resultado Financeiro	(156.626)	(149.901)	4,5%	(128.709)	21,7%	(285.335)	(313.632)	-9,0%
Imposto de Renda, Contribuição Social e Outros	27.389	(74.690)	-136,7%	(81.674)	-133,5%	(54.285)	(80.762)	-32,8%
Lucro (Prejuízo) Líquido	(58.637)	131.313	-144,7%	155.231	-137,8%	96.594	361.888	-73,3%
Margem Líquida	-1,8%	3,9%	-144,9%	5,8%	-130,6%	1,4%	5,3%	-74,0%
Margem Líquida ex-Receita de Construção	-1,9%	4,1%	-146,8%	6,0%	-131,9%	1,5%	5,6%	-73,5%
Lucro (Prejuízo) por Ação (R\$/ação)	-0,30	0,62	-147,9%	0,79	-1,38	0,49	0,94	-48,0%

(1) Variação entre 2T20 e 1T20 | (2) Variação entre 6M20 e 6M19 | (3) Não considera custo de construção, depreciação e amortização

Receita Operacional Bruta

RECEITA OPERACIONAL BRUTA (R\$ MIL)

	2T20	2T19	Var. %	1T20	Var. % (1)	6M20	6M19	Var. % (2)
Fornecimento de Energia Elétrica - Mercado Cativo	2.175.600	2.900.142	-25,0%	2.735.562	-20,5%	4.911.162	5.945.468	-17,4%
Disponibilidade do Sistema - TUSD (Livre)	384.151	342.911	12,0%	446.255	-13,9%	830.406	672.612	23,5%
Disponibilidade do Sistema - TUSD (Cativo)	1.960.284	1.975.718	-0,8%	2.377.085	n.a	4.337.369	4.099.014	5,8%
(-) DIC / FIG / DMIC / DICRI	(175)	(17.383)	-99,0%	(15.483)	-98,9%	(15.658)	(35.066)	-55,3%
Receita de Construção	284.609	153.741	85,1%	202.061	40,9%	486.670	352.346	38,1%
Outras Receitas Originadas de Contratos com Clientes	101.565	(41.052)	-347,4%	(83.356)	-221,8%	18.209	(129.992)	-114,0%
Total - Outras Receitas Originadas com Clientes	2.730.434	2.413.935	13,1%	2.926.562	-6,7%	5.656.996	4.958.914	14,1%
Subvenção de Recursos da CDE	143.611	83.237	72,5%	95.278	50,7%	238.889	172.618	38,4%
Ativo Financeiro Setorial, Líquido	133.134	167.458	-20,5%	7.851	1595,8%	140.985	259.642	-45,7%
Atualização do Ativo Financeiro da Concessão	(26.569)	38.142	-169,7%	43.754	-160,7%	17.185	88.308	-80,5%
Total - Outras Receitas	250.176	288.837	-13,4%	146.883	70,3%	397.059	520.568	-23,7%
Total - Receita Operacional Bruta	5.156.210	5.602.914	-8,0%	5.809.007	-11,2%	10.965.217	11.424.950	-4,0%

(1) Variação entre 2T20 e 1T20 | (2) Variação entre 6M20 e 6M19

A receita operacional bruta da Enel Distribuição São Paulo totalizou R\$ 5.156,2 milhões no 2T20, apresentando uma redução de 8,0% quando comparada ao 2T19. Esta variação é explicada, principalmente, por:

- I. redução de (i) R\$ 724,5 milhões em receita de fornecimento de energia elétrica no mercado cativo, principalmente nos segmentos residencial e comercial, reflexos da pandemia do Covid-19, além da menor temperatura média registrada no período; (ii) menor ativo e passivo financeiro setorial no período, em R\$ 64,7 milhões, devido, principalmente, pela antecipação de alívio retroativo conforme estabelecido pelos Despacho Aneel 1.106/2020 e 986/2020;
- II. aumento de (i) R\$ 130,9 milhões na receita de construção, em função do maior investimento; (ii) aumento em outras receitas originadas com clientes, principalmente devido a maior venda de energia no curto prazo, com impacto de R\$ 102,8 milhões; e (iii) R\$ 60,4 milhões oriundas da subvenção de Recursos da CDE, relacionado as medidas aplicadas pelo governo para mitigação dos impactos da pandemia.

No acumulado do ano, a receita bruta da Companhia totalizou R\$ 10.965,2 milhões, apresentando uma redução de 4,0% quando comparado ao mesmo período do ano anterior. As principais variações são explicadas a seguir:

- I. redução de (i) R\$ 1.034,3 milhões devido à menor receita de fornecimento de energia elétrica no mercado cativo, principalmente nos segmentos industrial e comercial; e (ii) 118,6 milhões devido ao menor ativo e passivo financeiro setorial no período; parcialmente compensados pelo
- II. aumento de (i) R\$ 396,1 milhões na receita pela disponibilidade do sistema – TUSD, incluindo os mercados cativo, decorrente do ganho tarifário com reajuste/revisão no período, e livre, reflexo dos reajuste/revisão tarifária e migração de clientes ao ambiente de contratação livre; (ii) maior receita de construção, em R\$ 134,3 milhões; e (iii) maior receita com venda de energia no curto prazo, conforme explicado anteriormente.



Comentário do Desempenho

Deduções da Receita

DEDUÇÕES DA RECEITA (R\$ MIL)

	2T20	2T19	Var. %	1T20	Var. % (1)	6M20	6M19	Var. % (2)
ICMS	(847.714)	(972.814)	-12,9%	(1.033.411)	-18,0%	(1.881.125)	(2.012.019)	-6,5%
PIS	(62.894)	(87.704)	-28,3%	(80.596)	-22,0%	(143.490)	(181.034)	-20,7%
COFINS	(289.862)	(404.382)	-28,3%	(371.455)	-22,0%	(661.317)	(834.652)	-20,8%
ISS	(41)	(48)	-14,6%	(47)	-12,8%	(87)	(95)	-8,4%
Total - Tributos	(1.200.511)	(1.464.948)	-18,1%	(1.485.509)	-19,2%	(2.686.019)	(3.027.800)	-11,3%
Eficiência energética, P&D, FNDCT e EPE	(30.581)	(31.359)	-2,5%	(33.929)	-9,9%	(64.510)	(63.411)	1,7%
Encargo Setorial CDE (3)	(559.888)	(700.974)	-20,1%	(559.887)	0,0%	(1.119.775)	(1.434.693)	-22,0%
TFSEE (4)	(4.738)	(3.433)	38,0%	(4.738)	0,0%	(9.476)	(6.866)	38,0%
Encargos do consumidor - PROINFA	(23.996)	(22.325)	7,5%	(26.172)	-8,3%	(50.168)	(44.249)	13,4%
Encargos do consumidor - CCRBT (5)	(216)	(27.049)	-99,2%	(35.663)	-99,4%	(35.879)	(27.190)	32,0%
Total - Encargos Setoriais	(619.419)	(785.140)	-21,1%	(660.389)	-19,2%	(1.279.808)	(1.576.409)	-18,8%
Total - Deduções da Receita	(1.819.930)	(2.250.088)	-19,1%	(2.145.898)	-15,2%	(3.965.827)	(4.604.209)	-13,9%

(1) Variação entre 2T20 e 2T19 | (2) Variação entre 6M20 e 6M19 | (3) Conta de Desenvolvimento Energético | (4) Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica | (5) Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeira Tarifária

As deduções totalizaram R\$ 1.819,9 milhões no 2T20, uma redução de 19,1% em relação ao apresentado no mesmo período do ano anterior. Esse desempenho é explicado, principalmente, pelos seguintes fatores: (i) redução de R\$ 141,0 milhões na rubrica de encargo CDE, em razão, sobretudo, do fim da vigência da obrigação de pagamento das quotas conforme Resolução Homologatória N° 2.521/2019; e (ii) menor recolhimento de ICMS, PIS/COFINS e ISS, no valor total de R\$ 264,4 milhões, em linha com o menor faturamento no período.

No acumulado do ano, as deduções totalizaram R\$ 3.965,8 milhões, uma redução de R\$638,4 milhões, ou 13,9%, em relação ao mesmo período de 2019, sendo explicada principalmente por: (i) redução de R\$ 314,9 milhões na rubrica de encargo CDE, em razão, sobretudo, do fim da vigência da obrigação de pagamento das quotas conforme já mencionado anteriormente; e (ii) redução de R\$ 341,8 milhões no recolhimento de tributos, em linha com o menor faturamento do período.

Custos e Despesas operacionais

CUSTO DO SERVIÇO E DESPESAS OPERACIONAIS (R\$ MIL)

	2T20	2T19	Var. %	1T20	Var. % (1)	6M20	6M19	Var. % (2)
Parcela A								
Energia Elétrica Comprada para Revenda - inclui PROINFA	(1.965.196)	(1.777.293)	10,6%	(2.003.186)	-1,9%	(3.968.382)	(3.834.874)	3,5%
Encargos do Serviço dos Sistemas de Transmissão e Distribuição	(307.868)	(465.455)	-33,9%	(413.179)	-25,5%	(721.047)	(829.734)	-13,1%
Total - Não Gerenciáveis	(2.273.064)	(2.242.748)	1,4%	(2.416.365)	-5,9%	(4.689.429)	(4.664.608)	0,5%
Despesas Operacionais								
Pessoal	(169.902)	(177.524)	-4,3%	(184.062)	-7,7%	(353.964)	(373.007)	-5,1%
Previdência Privada	(7.611)	(7.268)	4,7%	(6.186)	23,0%	(13.797)	(12.923)	6,8%
Serviços de Terceiros	(157.370)	(116.276)	35,3%	(151.277)	4,0%	(308.647)	(241.991)	27,5%
Material	(26.280)	(16.491)	59,4%	(27.696)	-5,1%	(53.976)	(30.225)	78,6%
Depreciação e Amortização	(165.559)	(158.088)	4,7%	(167.005)	-0,9%	(332.564)	(318.248)	4,3%
PECLD (3)	(139.998)	(75.523)	85,4%	(104.108)	34,5%	(244.106)	(142.658)	71,1%
Custo de Construção	(284.609)	(153.741)	85,1%	(202.061)	40,9%	(486.670)	(352.346)	38,1%
Provisão para processos judiciais e outros	(23.152)	(19.692)	17,6%	(25.033)	-7,5%	(48.185)	(38.043)	26,7%
Outras Despesas Operacionais	(18.135)	(29.571)	-38,7%	(13.703)	32,3%	(51.938)	(51.934)	0,0%
Total - Despesas Operacionais (4)	(542.448)	(442.345)	22,6%	(512.065)	5,9%	(1.054.513)	(890.781)	18,4%
Total - Custos do Serviço e Despesas Operacionais (4)	(2.815.512)	(2.685.093)	4,9%	(2.928.430)	-3,9%	(5.743.942)	(5.555.389)	3,4%

(1) Variação entre 2T20 e 1T20 | (2) Variação entre 6M20 e 6M19 | (3) Perda Estimada com Crédito de Liquidação Duvidosa | (4) Não considera Custo de Construção e Depreciação e Amortização

Os custos e despesas operacionais da Enel Distribuição São Paulo, excluindo depreciação e custo de construção, totalizaram R\$ 2.815,5 milhões no 2T20, um aumento de 4,9% em relação ao 2T19. Esses efeitos são resultado principalmente, das seguintes variações:

Aumento nos custos e despesas não-gerenciáveis (Parcela A), de R\$ 30,3 milhões:

Os custos não gerenciáveis totalizaram R\$ 2.273,0 milhões no 2T20, um aumento de 1,4% em comparação ao 2T19 (R\$ 2.242,7 milhões). As principais variações devem-se, sobretudo aos seguintes fatores:

- Custo com Energia Elétrica Comprada para Revenda: aumento de 10% ou R\$ 187,9 milhões no 2T20, em comparação ao 2T19, decorrente, principalmente, (i) aumento no custo com compra de energia de Itaipu, em 44%, por conta da desvalorização cambial; e (ii) do impacto negativo por maior custo com compra de energia (CCEE, CCEAR e Cotas). Estes efeitos foram parcialmente compensados pelo (iii) menor risco hidrológico registrado no período; e (iv) menor custo com PROINFA.
- Custo com Encargos do Serviço dos Sistemas de Transmissão e Distribuição: redução de 33,9% ou R\$ 157,6 milhões, em comparação ao 2T19, decorrente, principalmente, do (i) maior valor referente a



Comentário do Desempenho

antecipação de alívio retroativo de R\$ 162,0 milhões, refletindo, principalmente, o Despachos Aneel nº 1.106/2020 e nº 986/2020, como medida de mitigação às distribuidoras, afetadas pelo COVID-19; e (ii) menores encargos com uso da rede básica em R\$ 27,7 milhões; parcialmente compensados pela (iii) maiores custos com Encargos do Uso do Sistema (ESS, EER) e menores créditos com PIS/COFINS.

No acumulado do ano, esses custos totalizaram R\$ 4.689,4 milhões, estável se comparado ao mesmo período de 2019 (R\$ 4.664,6 milhões).

Aumento no grupo de despesas operacionais, de R\$ 100,1 milhões:

No 2T20, as despesas operacionais, registraram um incremento de 4,9% em comparação ao 2T19, excluindo custo de construção e depreciação e amortização. Esse aumento deve-se, principalmente a:

- Aumento de despesas com PECLD, no valor de R\$ 64,5 milhões, sobretudo em decorrência da pandemia do COVID-19, levando a deterioração econômica no trimestre, além da suspensão dos cortes de energia por inadimplência (Resolução Normativa nº 878/20, da ANEEL), medida eficaz de combate a inadimplência;
- Maior custo com materiais e serviços de terceiros, em R\$ 50,9 milhões, em decorrência, principalmente, (i) da aquisição de equipamentos de proteção individual para colaboradores, como máscaras e respiradores, no contexto do COVID-19; (ii) ajustes referentes a projetos de Eficiência Energética; e (iii) realização de melhorias e atualizações tecnológicas. Efeitos foram parcialmente compensados por:
- Menores custos com pessoal, incluindo entidade de previdência privada, no valor de R\$ 7,3 milhões, pelo efeito positivo com programa de saída voluntária concluído em 2019 e ganhos de eficiência.

No acumulado do ano as despesas operacionais, excluindo custo de construção e depreciação e amortização, totalizaram R\$ 1.054,5 milhões no 1S20, um aumento de 18,4% em comparação ao 6M19 (R\$ 890,8 milhões). Essa redução deve-se, principalmente a:

- Aumento de despesas com PECLD, no valor de R\$ 101,4 milhões, decorrente do agravamento do contexto econômico e da paralisação do corte por inadimplência devido à COVID-19 (Resolução Normativa nº 878 da Aneel), como já mencionado;
- Maior custo com materiais e serviços de terceiros, em R\$ 90,4 milhões, em decorrência, principalmente, do aumento no volume de serviços frente as fortes chuvas registradas no 1T20, além da aquisição de equipamentos de proteção individual para colaboradores, no contexto do COVID-19 e dos ajustes referentes a projetos de Eficiência Energética no 2T20. Efeitos foram parcialmente compensados por:
- Menor custo com pessoal e encargos no total de R\$ 19,0 milhões em comparação ao 1S19, derivado, sobretudo, do efeito positivo obtido com o programa de saída voluntária ("PSV") concluído em 2019;

EBITDA

Segue abaixo a conciliação dos valores que compõem os cálculos do EBITDA e do EBIT, constantes das demonstrações contábeis da companhia, de acordo com a instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012:

CONCILIAÇÃO DO EBITDA E DO EBIT (R\$ MIL)

	2T20	2T19	Var. %	1T20	Var. % (1)	6M20	6M19	Var. % (2)
Lucro (Prejuízo) Líquido do Período	(58.637)	131.313	-144,7%	155.231	-137,8%	96.594	200.364	-51,8%
(+) Tributos sobre o Lucro	(27.389)	74.690	-136,7%	81.674	-133,5%	54.285	80.762	-32,8%
(+) Resultado Financeiro	156.626	149.901	4,5%	128.709	21,7%	285.335	313.632	-9,0%
(=) EBIT	70.600	355.904	-80,2%	365.614	-80,7%	436.214	594.758	-26,7%
(+) Depreciações e Amortizações	165.559	158.088	4,7%	167.005	-0,9%	332.564	318.248	4,5%
(=) EBITDA	236.159	513.992	-54,1%	532.619	-55,7%	768.778	913.006	-15,8%

(1) Variação entre 2T20 e 1T20 | (2) Variação entre 6M20 e 6M19



Comentário do Desempenho

Resultado Financeiro

RESULTADO FINANCEIRO (R\$ MIL)

	2T20	2T19	Var. %	1T20	Var. % (1)	6M20	6M19	Var. % (2)
Receitas Financeiras								
Renda de Aplicações Financeiras	7.535	15.049	-49,9%	6.894	9,3%	14.429	25.911	-44,3%
Atualização Monetária sobre Contas de Energia Elétrica em Atraso	18.926	26.156	-27,6%	28.738	-34,1%	47.664	42.400	12,4%
Atualização de Créditos Tributários	216	353	-38,8%	262	-17,6%	478	21.435	-97,8%
Atualização Monetária dos Depósitos Judiciais	5.367	6.194	-13,4%	8.520	-37,0%	13.887	12.794	8,5%
Atualização Monetária do Ativo e Passivo Financeiro Setorial	8.243	47.731	-82,7%	13.911	-40,7%	22.154	61.558	-64,0%
Atualização Monetária Swap - Debêntures	(7.820)	-	n.a	12.061	n.a	4.241	-	n.a
ICMS - deságio na compra de créditos de terceiros	1.098	-	n.a	3.465	n.a	4.563	-	n.a
Outras Receitas Financeiras (incluindo partes relacionadas)	3.156	6.942	-54,5%	4.761	-33,7%	7.917	13.333	-40,6%
(-) PIS e Cofins sobre Receita Financeira	(1.688)	(2.543)	-33,6%	(2.448)	-31,0%	(4.136)	(5.388)	-23,2%
Total - Receitas Financeiras	35.033	99.882	-64,9%	76.164	-54,0%	111.197	172.043	-35,4%
Despesas Financeiras								
Encargo de Dívidas - Empréstimos, Debêntures e Mútuos	(37.885)	(89.297)	-57,6%	(45.447)	-16,6%	(83.332)	(164.809)	-49,4%
Variação monetária - Debêntures	7.702	-	n.a	(12.058)	n.a	(4.356)	-	n.a
Juros sobre Obrigações de Arrendamento Financeiro	(5.151)	(6.250)	-17,6%	(5.473)	-5,9%	(10.624)	(12.982)	-18,2%
Atualização Monetária - Incluindo P&D, Efic. Energ. e Energia Livre	(3.790)	(3.593)	5,5%	(2.963)	27,9%	(6.753)	(8.726)	-22,6%
Juros Capitalizados Transferidos para o Intangível em Curso	778	1.884	-58,7%	1.097	-29,1%	1.875	3.817	-50,9%
Cartas Fiança e Seguros Garantia	(8.148)	(13.261)	-38,6%	(7.717)	5,6%	(15.865)	(25.410)	-37,6%
Atualização Monetária de Processos Judiciais e Outros	(14.574)	(24.717)	-41,0%	(3.891)	274,6%	(18.465)	(47.446)	-61,1%
Atualização Acordo Eletrobras	(12.940)	(27.300)	-52,6%	(17.194)	-24,7%	(30.134)	(55.450)	-45,7%
Custo dos Juros (líquidos) do Plano de Pensão	(103.304)	(81.037)	27,5%	(103.305)	0,0%	(206.609)	(162.074)	27,5%
Outras Despesas Financeiras	(11.717)	(5.997)	95,4%	(6.512)	79,9%	(18.229)	(12.418)	46,8%
Total - Despesas Financeiras	(189.029)	(249.568)	-24,3%	(203.463)	-7,1%	(392.492)	(485.498)	-19,2%
Variações Cambiais	(2.630)	(215)	1123,3%	(1.410)	86,5%	(4.040)	(177)	n.a
Total - Receitas e Despesas Financeiras	(156.626)	(149.901)	4,5%	(148.313)	5,6%	(285.335)	(313.632)	-9,0%

(1) Variação entre 2T20 e 1T20 | (2) Variação entre 6M20 e 6M19

A Companhia registrou no 2T20 um resultado financeiro negativo de R\$ 156,6 milhões, um montante R\$ 6,7 milhões superior ao resultado financeiro negativo de R\$ 149,9 milhões reconhecido no 2T19.

As principais variações observadas nas rubricas de receitas e despesas financeiras foram: (i) redução com despesas de encargos da dívida (empréstimo, debêntures e mútuos) em R\$ 51,4 milhões, reflexo da queda na taxa de juros média do período³; (ii) menor despesa com atualização do acordo com a Eletrobras, em R\$ 14,4 milhões; e (iii) redução de R\$ 10,1 milhões com atualização monetária de processos judiciais no montante, devido à redução nas taxas de atualização; parcialmente compensado (v) pelo maior custo dos juros líquidos do plano de pensão em R\$ 22,3 milhões superior ao registrado no 2T19, decorrente do aumento na base de cálculo dos juros; (vi) pela diminuição na receita com aplicações financeiras, em R\$ 7,5 milhões, consequência do menor saldo médio de caixa no período e da queda na taxa de juros; e vi) menor receita com atualização de créditos tributários, em R\$ 7,2 milhões, devido à redução nas taxas de atualização no período.

No semestre, a Companhia reportou um resultado financeiro negativo de R\$ 285,3 milhões, montante 9% inferior ao registrado no primeiro semestre de 2019.

As principais variações registradas foram: (i) efeito positivo da redução de R\$ 81,5 milhões com encargos da dívida (empréstimo, debêntures e mútuos), reflexo da queda na taxa de juros média do período e; (ii) pela menor despesa com atualização do acordo com a Eletrobras, no montante de R\$ 25,3 milhões. Esses efeitos foram parcialmente compensados pelo (iii) aumento de R\$ 33,4 milhões com custo dos juros líquidos do Plano de Pensão, decorrente do aumento na base de cálculo dos juros; (iv) menor atualização monetária do ativo e passivo financeiro setorial, em um montante de R\$ 39,4 milhões; (v) menor receita com atualização de créditos tributários, em R\$21 milhões e; (vi) redução de R\$11,5 milhões em receita oriunda de aplicação financeira, consequência do menor saldo médio de caixa no período e da queda na taxa de juros⁴.

Tributos (IR/CSLL)

TRIBUTOS (IR/CSLL) E OUTROS (R\$ MIL)

	2T20	2T19	Var. %	1T20	Var. % (1)	6M20	6M19	Var. % (2)
Imposto de Renda e Contribuição Social	22.204	-	n.a	(22.204)	n.a	-	22.287	-100,0%
Contribuição Social Diferida	1.372	(19.772)	n.a	(15.742)	n.a	(14.370)	(27.279)	-47,3%
Imposto de Renda Diferido	3.813	(54.918)	n.a	(43.728)	n.a	(39.915)	(75.770)	-47,3%
Total	27.389	(74.690)	n.a	(81.674)	n.a	(54.285)	(80.762)	-32,8%

(1) Variação entre 2T20 e 1T20 | (2) Variação entre 6M20 e 6M19

³ O CDI médio reportado no 2T19 foi de 6,40 % contra 3,07 % no 2T20.

⁴ O CDI médio reportado no 1S19 foi de 6,40% contra 3,63% no 1S20.



Comentário do Desempenho

No 2T20, a Companhia registrou saldo positivo de Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), no montante de R\$ 27,4 milhões, explicado pelo resultado negativo do período. No 1S20, as despesas com IR e CSLL totalizaram R\$ 54,3 milhões, valor 32,8% menor em relação ao 1S19, decorrente do menor resultado tributável observado.

Endividamento

Indicadores de Endividamento

INDICADORES DE ENDIVIDAMENTO (R\$ mil)

	2T20	2T19	Var. % (1)	1T20	Var. % (2)
Empréstimos, Financiamentos, Deb. E Derivativos	4.464.313	4.606.677	-3%	4.053.934	10,12%
Fundo de Pensão	1.143.343	1.198.682	-5%	1.150.885	-0,66%
(-) Disponibilidades	(1.056.163)	(710.684)	49%	(1.187.850)	-11,09%
Dívida Líquida	4.551.493	5.094.674	-11%	4.016.969	13,31%
EBITDA (3)	2.223.898	1.613.212	38%	2.501.728	-11,11%
Dívida Bruta/EBITDA	2,52	3,60	-29,93%	2,08	21,23%
Dívida Líquida/EBITDA	2,05	3,16	-35,19%	1,61	27,12%
Dívida Bruta/(Dívida Bruta + PL)	0,60	0,65	-8,25%	0,56	7,00%
Dívida Líquida/(Dívida Líquida + PL)	0,55	0,62	-11,99%	0,49	11,88%

(1) Variação entre 2T20 e 2T19; (2) Variação entre 2T20 e 1T20; (3) EBITDA = Resultado Operacional + Depreciação e amortização (12 meses).

A Dívida Bruta⁵ da Companhia encerrou o 2T20 em R\$ 5.608 milhões, uma redução de R\$ 147 milhões em relação ao 2T19. Essa variação deve-se principalmente às novas captações de empréstimos para capital de giro no valor de R\$ 860 milhões realizados em março e abril de 2020, compensadas por liquidações de dívidas no valor total de R\$ 947 milhões no período e redução de R\$ 55 milhões referente à dívida com fundo de pensão devido à pagamentos realizados no período.

Em relação às liquidações realizadas, destaca-se o pagamento do *intercompany* que a Companhia possuía com a parte relacionada Enel Finance, em dezembro de 2019, no valor de R\$ 437 milhões, além da amortização da 5ª emissão de Nota Promissória, em setembro de 2019, no valor de R\$ 510 milhões.

As disponibilidades somaram R\$ 1.056 milhões no 2T20, ante R\$ 711 milhões no 2T19, um aumento de R\$ 345 milhões resultado de melhor desempenho operacional da Companhia no período. Dessa forma, a dívida líquida da Companhia totalizou R\$ 4.551 milhões no 2T20, uma redução de R\$ 548 milhões em relação ao saldo de R\$ 5.099 milhões do 2T19.

A Companhia encerrou o 2T20 com o custo médio da dívida no período de 5,55% a.a., ou CDI + 1,86% a.a e prazo médio de 3,50 anos, considerando a dívida com Funcesp. Sem considerá-la, o custo médio registrado foi de 4,29% a.a (CDI + 0,64%) e prazo médio de 2,96 anos.

Índices Financeiros - Covenants

A Companhia prevê, em seus contratos de dívida, à manutenção de índices financeiros, calculados com base em suas Informações Trimestrais e Demonstrações Contábeis Anuais, os quais foram atingidos em 30 de junho de 2020, conforme previsto em emissões vigentes da Companhia e demonstrado na tabela ao lado (23ª e 24ª emissão de debêntures).

INDICADORES FINANCEIROS (R\$ mil)

	2T20
Empréstimos, Financiamentos, Deb. E Derivativos	4.464.313
Fundo de Pensão	1.143.343
(-) Disponibilidades	(1.056.163)
Dívida Líquida	4.551.493
EBITDA (1) (12 meses)	2.223.898
(+)PDD	332.884
(+)Contingências	67.887
(+)Despesas com Funcesp (últimos 12 meses)	27.376
(+) Perda com desativação de bens e direitos (12 meses)	37.039
EBITDA (12 meses) - Ajustado 24ª Emissão	2.689.084
(-) Impacto arrendamento operacional (CPC 06 /IFRS 16)	(40.595)
(-) Perda com desativação de bens e direitos (12 meses)	(37.039)
EBITDA (12 meses) - Ajustado 23ª Emissão	2.611.450

(1) EBITDA = Resultado Operacional + Depreciação e amortização (12 meses).

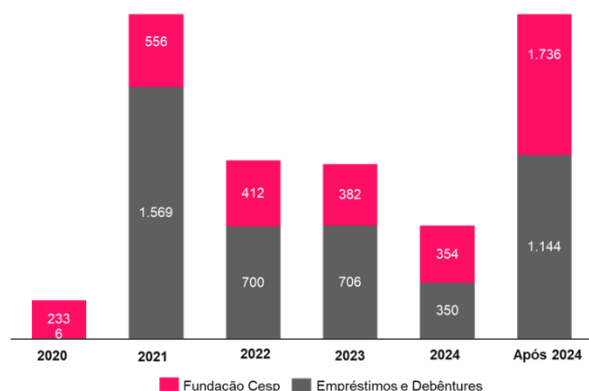
Covenant Financeiro

Dívida Líquida / EBITDA Ajustado - 24ª Debênture	1,69
Dívida Líquida / EBITDA Ajustado - 23ª Debênture	1,74

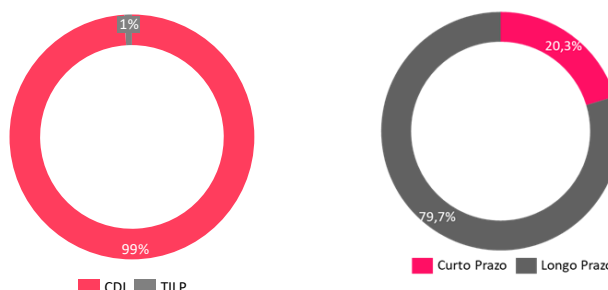
⁵ Dívida Bruta corresponde ao somatório dos empréstimos, financiamentos, e debêntures de curto e longo prazo, além do saldo devedor com o fundo de pensão e saldo líquido do derivativo. O saldo com fundo de pensão não considera o efeito líquido de ganhos/perdas atuariais no montante de R\$ 4.383,1 milhões em 30 de junho de 2020, R\$ 4.609,4 milhões em 31 de dezembro de 2019, e de R\$ 2.537,0 milhões em 30 de setembro de 2019.

Comentário do Desempenho

Cronograma de Amortização (R\$ milhões)⁶



Abertura da Dívida Bruta – Indexadores⁷ / Prazo



Rating da Companhia⁸

Escala	Ratings	Nacional	Internacional	Perspectiva
	Fitch	AAA	BBB- ¹ e BB+ ²	Estável
	Moody's	Aaa	Ba1	Estável

Últimas atualizações: Fitch - Set'19; Moody's - Ago'19; 1- Moeda Local; 2- Moeda Estrangeira

Investimentos

INVESTIMENTOS (R\$ MIL)

	2T20	2T19	Var. %	1T20	Var. % (1)	6M20	6M19	Var. % (2)
Manutenção	107.872	98.337	9,7%	100.851	7,0%	208.786	200.561	4,1%
Crescimento	87.206	73.788	18,2%	54.604	59,7%	141.753	141.143	0,4%
Novas Conexões	41.464	12.571	229,8%	41.095	0,9%	82.582	32.855	151,4%
Financiado pela Companhia	236.542	184.697	28,1%	196.550	20,3%	433.121	374.559	15,6%
Financiado pelo Cliente	6.210	14.164	-56,2%	4.738	31,1%	10.948	44.639	-75,5%
Total	242.752	198.861	22,1%	201.288	20,6%	444.069	419.198	5,9%

(1) Variação entre 1T20 e 4T19

No 2T20, a Companhia investiu R\$ 242,8 milhões, principalmente em atividades de manutenção de rede e crescimento, ou seja, adequação de infraestrutura para maior carga e expansão do sistema. Do total investido, R\$ 236,5 milhões foram realizados com recursos próprios e R\$ 6,2 milhões correspondem a projetos financiados pelos clientes.

No acumulado do ano, a Companhia investiu R\$ 444,1 milhões, sobretudo em atividades de manutenção e crescimento, volume 5,9% superior ao investido no 6M19.

Revisão Tarifária Periódica 2019

Em 02 de julho de 2019, a ANEEL deliberou sobre os resultados da revisão tarifária periódica de 2019, com aplicação a partir de 04 de julho de 2019.

Foi aprovado o índice de reposicionamento de +12,79% composto por: (i) reposicionamento econômico de +1,72%, sendo -1,57% de Parcela A e +3,29% de Parcela B e (ii) componentes financeiros de +11,07%.

⁶ Fluxo composto por amortização de principal e custos a amortizar. Não considera arrendamento financeiro e não considera diferenças de premissas entre PREVIC e CVM no montante de R\$ 370,3 milhões (Resolução CVM 695/2012).

⁷ Inclui empréstimos financeiros, debêntures e Swap. Não considera previdência e arrendamentos financeiros.

⁸ Quadro considera ratings válidos em 30 de Junho de 2020.



Comentário do Desempenho

Descontados os componentes financeiros considerados no último processo tarifário, no valor de -5,75%, o efeito médio a ser percebido pelos consumidores foi de +7,03%, conforme detalhado na tabela ao lado.

Composição		
Parcela A	Encargos Setoriais	-4,58%
	Energia Comprada	1,67%
	Encargos de Transmissão	1,33%
	Parcela A	-1,57%
Parcela B		3,29%
Reajuste Econômico		1,72%
CVA Total		10,47%
Outros Itens Financeiros da Parcela A		0,60%
Reajuste Financeiro		11,07%
Reajuste Total		12,79%
Componentes Financeiros do Processo Anterior		-5,75%
Efeito para o Consumidor		7,03%

Por fim, vale destacar que foram definidos os componentes do Fator X que serão deduzidos da variação do IGP-M na atualização anual dos custos da Parcela B da Companhia: (i) Componente X-Pd (ganhos de produtividade da atividade de distribuição) de +0,77%, para aplicação nos reajustes tarifários deste ciclo da Companhia; (ii) Componente X-T (trajetória dos custos operacionais) de -2,07%, para aplicação nos reajustes tarifários deste ciclo da Companhia.

O efeito líquido da aplicação destes componentes à Parcela B representará um acréscimo de 1,30% além do IGP-M anual. Em adição a esses efeitos, anualmente é apurado o Fator XQ, de incentivo à melhoria da qualidade, que nesta revisão foi apurado em -1,03%.

O reajuste tarifário médio de +7,03% (efeito médio a ser percebido pelos consumidores) apresenta variações para diversos níveis de tensão, conforme detalhado ao lado.

Níveis de Tensão	Efeito Médio
Alta Tensão	8,46%
Baixa Tensão	6,48%
Efeito Médio	7,03%

Reajuste Tarifário Anual 2020

Em 30 de junho de 2020, a Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL") deliberou sobre o reajuste tarifário anual de 2020 a ser aplicado a partir de 4 de julho de 2020.

Foi aprovado Reajuste Tarifário Anual da Companhia positivo de +15,60% composto por: (i) reajuste econômico de +15,27%, sendo +13,18% de Parcela A e +2,09% de Parcela B; e (ii) componente financeiro de +0,33%. Descontado o componente financeiro considerado no último processo tarifário, o efeito médio a ser percebido pelos consumidores será de +4,23%, conforme detalhado na tabela ao lado:

Reajuste Tarifário		
Parcela A	Encargos Setoriais	2,11%
	Energia Comprada	6,77%
	Encargos de Transmissão	4,30%
	Parcela A	13,18%
Parcela B		2,09%
Reajuste Econômico		15,27%
CVA Total		6,27%
Conta COVID		-8,70%
Outros Itens Financeiros da Parcela A		2,76%
Reajuste Financeiro		0,33%
Reajuste Total		15,60%
Componentes Financeiros do Processo Anterior		-11,38%
Efeito para o Consumidor		4,23%

O efeito líquido da aplicação destes componentes à Parcela B representará um acréscimo de 1,30% além do IGP-M anual, de 6,66%, no período de 12 meses findos em junho de 2020.

Níveis de Tensão	Efeito Médio
Alta Tensão	6,00%
Baixa Tensão	3,58%
Efeito Médio	4,23%

O reajuste tarifário médio de +4,23% a ser percebido pelos consumidores apresenta variações para diversos níveis de tensão, conforme detalhado na tabela ao lado.

Bandeiras Tarifárias

Composto por quatro modalidades (verde, amarela e vermelha - patamar 1 e patamar 2), o sistema de bandeiras tarifárias estabelece adicionais às tarifas de modo a refletir a variação dos custos da geração de energia, conforme demonstrado a seguir:

- Bandeira verde: a tarifa não sofre nenhum acréscimo;
- Bandeira amarela: acréscimo de R\$ 13,43/MWh;
- Bandeira vermelha: Patamar 1: acréscimo de R\$ 41,69/MWh, Patamar 2: acréscimo de R\$ 62,43/MWh



Comentário do Desempenho

Em maio de 2018, um novo critério de acionamento das bandeiras tarifárias entrou em vigor, decorrente da audiência pública nº 061/17, que discutiu a revisão da metodologia das bandeiras e dos valores de suas faixas de acionamento

Em função da pandemia, a ANEEL decidiu, por meio do Despacho nº1.511/20, suspender, em caráter excepcional e temporário, a aplicação das Bandeiras Tarifárias e acionar a bandeira verde até 31 de dezembro de 2020.

As bandeiras tarifárias que vigoraram no ano de 2019 e no 1º semestre de 2020, reflexo das condições hidrológicas, estão demonstradas a seguir:

2019	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Bandeira Tarifária												
	Verde	Verde	Verde	Verde	Amarela	Verde	Amarela	Vermelha 1	Vermelha 1	Amarela	Vermelha 1	Amarela
PLD gatilho - R\$/MWh	116,53	283,16	286,02	167,83	114,92	42,35	175,44	224,19	200,18	233,59	292,87	225,92

PLD Gatilho: Referência de PLD médio mensal para o partamar da Bandeira Tarifária, definido pela CCEE

2020	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Bandeira Tarifária												
	Amarela	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde
PLD gatilho - R\$/MWh	291,00	185,56	57,23	39,68	39,68							

PLD Gatilho: Referência de PLD médio mensal para o partamar da Bandeira Tarifária, definido pela CCEE

Atualização do WACC

A metodologia aprovada pela ANEEL em 10 de março de 2020 estabelece que o WACC será calculado anualmente e com impacto nas revisões ocorridas dos respectivos anos. Para a Companhia, portanto, entende-se que a nova metodologia será aplicada somente a partir da próxima Revisão Tarifária, a ocorrer em 2023.

Em termos metodológicos, a ANEEL priorizou a utilização de dados do mercado brasileiro, como uso de NTN-B para aferição do custo de capital próprio e de debêntures para o custo de capital de terceiros. Ademais, foi determinado para o segmento de distribuição um prêmio adicional de risco em relação aos segmentos de geração e transmissão.

COVID-19 – Contexto e Impactos da Pandemia

No contexto de prevenção a pandemia declarada no dia 11 de março de 2020 pela Organização Mundial da Saúde – OMS – referente ao novo-coronavírus (COVID-19), a ANEEL estabeleceu, no dia 24 de março, conjunto de medidas para preservação da prestação do serviço público de distribuição de energia elétrica, anunciadas por meio da Resolução Normativa (REN) 878. Entre as principais medidas anunciadas, ficou estabelecida, pelo prazo de 90 dias a partir de 25 de março de 2020, a suspensão do fornecimento de energia aos consumidores residenciais, além dos serviços essenciais já previstos em lei, além da suspensão, pelo mesmo prazo, das compensações relacionadas aos indicadores de continuidade no fornecimento (DIC/FIC/DMIC/DICRI). A vigências das medidas estabelecidas pela REN 878 foram prorrogadas até o dia 31 de julho.

Adicionalmente a essas medidas, como forma de mitigar eventuais impactos do COVID-19, em 08 de abril de 2020, o governo federal publicou Medida Provisória (MP 950) concedendo isenção no período de 01 de abril a 30 de junho, aos consumidores da categoria Baixa Renda, cujo consumo é inferior a 220 KWh/mês, a vigência dessa isenção foi, posteriormente, estendida. Como contrapartida, ficou estabelecido o ressarcimento às companhias de distribuição através da utilização de recursos da CDE para a cobertura do desconto tarifário concedido. Ainda em 08 de abril, a ANEEL publicou despacho 986, autorizando a Câmara de Comercialização



Comentário do Desempenho

de Energia Elétrica (CCEE), a repassar aos agentes do setor os recursos financeiros disponíveis no fundo de reserva para alívio futuro de encargos, totalizando R\$ 2 bilhões, com o objetivo de reforçar a liquidez do setor em meio a pandemia. O despacho autorizou a CCEE a efetuar novos repasses ao longo do ano.

Com o objetivo de minimizar os impactos da pandemia e proporcionar liquidez às distribuidoras, e o setor, foi estabelecida por meio do Decreto 10.350 a Conta-COVID, posteriormente regulamentada pela ANEEL na Resolução Normativa 885/20, em 23 de junho. A Conta-COVID provê auxílio às distribuidoras por meio da antecipação de recursos setoriais, cuja gestão de repasses é responsabilidade da CCEE, centralizando a contratação de recursos junto as instituições financeiras e repasses às distribuidoras dos montantes homologados pela ANEEL.

A Conta permite o adiantamento de recursos financeiros para cobrir déficits tarifários ou antecipar receitas (total ou parcialmente), compensando os efeitos financeiros da pandemia, ao cobrir os seguintes itens:

- Efeitos financeiros da sobrecontratação;
- Saldo em constituição da Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da “Parcela A” - CVA;
- Neutralidade dos encargos setoriais;
- Saldo da CVA reconhecido e diferimentos reconhecidos ou revertidos no último processo tarifário, que não tenham sido totalmente amortizados;
- Postergação até 30 de junho de 2020 dos resultados dos processos tarifários de distribuidoras de energia elétrica homologados até a mesma data; e
- Antecipação do ativo regulatório relativo à “Parcela B”, conforme o disposto em regulação da Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel.

A equalização desse fluxo será diluída em um prazo total de 60 meses, a partir de 2021. O fluxo utiliza recursos arrecadados através por meio de encargo setorial.

Em 03 de julho de 2020, a Companhia declarou os recursos financeiros requeridos da CONTA-COVID, no valor total de R\$ 1.389,2 milhões. A Companhia estima receber os recursos durante o segundo semestre de 2020. Tal encargo será arrecadado pelas distribuidoras e repassado à CCEE, que por sua vez, deverá amortizar o empréstimo contraído junto ao sindicato de bancos credores do empréstimo setorial.

Notas Explicativas**BALANÇOS PATRIMONIAIS**

Em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de Reais)

	Notas	30.06.2020	31.12.2019
ATIVO CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.017.532	1.280.195
Investimentos de curto prazo	4	38.630	5.496
Consumidores, revendedores e outros	5	2.296.508	2.447.175
Operação com instrumento derivativo	30.1	71.238	-
Imposto de renda e contribuição social compensáveis	8	96.865	68.086
Outros tributos compensáveis	8	945.387	697.049
Contas a receber - acordos	6	273.428	216.840
Ativo financeiro setorial	11	1.678.319	1.608.152
Outros créditos		278.016	195.581
Almoxarifado		33.703	15.830
Serviços em curso		191.269	188.528
Despesas pagas antecipadamente		48.414	33.166
TOTAL ATIVO CIRCULANTE		6.969.309	6.756.098
ATIVO NÃO CIRCULANTE			
Consumidores, revendedores e outros	5	23.899	25.920
Ativo financeiro setorial	11	567.113	444.594
Operação com instrumento derivativo	30.1	56.368	49.881
Outros tributos compensáveis	8	6.572.530	4.495.140
Tributos e contribuições sociais diferidos	9	4.192.845	4.327.475
Depósitos vinculados	17	877.423	808.869
Contas a receber - acordos	6	7.690	8.605
Outros créditos		50.441	41.713
Ativo contratual (infraestrutura em construção)	10.1	702.172	466.563
Ativo financeiro da concessão	10.2	4.692.070	4.532.124
Investimento		41.250	41.250
Imobilizado arrendado	15	201.938	230.806
Intangível	10.3	4.032.212	4.240.506
TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE		22.017.951	19.713.446
TOTAL DO ATIVO		28.987.260	26.469.544

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas**BALANÇOS PATRIMONIAIS**

Em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de Reais)

	Notas	30.06.2020	31.12.2019
<u>PASSIVO CIRCULANTE</u>			
Fornecedores	12	1.709.488	1.865.919
Empréstimos e financiamentos	14	943.660	230.884
Debêntures	14	28.227	42.624
Obrigações por arrendamentos	15	64.530	69.848
Subvenções governamentais		2.921	3.273
Outros tributos a pagar	13	547.714	515.091
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	21.5	584.681	214.054
Obrigações sociais e trabalhistas		119.425	134.354
Encargos setoriais	18	416.947	419.534
Obrigações com benefícios pós-emprego	16	11.629	12.358
Contas a pagar - acordo Eletrobras	19	350.553	342.811
Provisão para processos judiciais e outros	17	291.232	348.486
Reserva de reversão		7.342	7.342
Operação com instrumento derivativo	30.1	4.155	1.274
Outras obrigações		376.067	295.140
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	20	789.212	578.763
Passivo financeiro setorial	11	1.214.351	957.969
TOTAL PASSIVO CIRCULANTE		7.462.134	6.039.724
<u>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</u>			
Empréstimos e financiamentos	14	37.587	43.539
Debêntures	14	3.578.290	3.570.365
Obrigações por arrendamentos	15	170.907	192.034
Subvenções governamentais		3.854	5.215
Obrigações com benefícios pós-emprego	16	5.645.168	5.982.423
Contas a pagar - acordo Eletrobras	19	690.484	1.019.775
Provisão para processos judiciais e outros	17	651.779	573.606
Encargos setoriais	18	36.445	34.553
Reserva de reversão		40.385	44.056
Outras obrigações		49.186	77.597
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	20	6.476.582	4.395.313
Passivo financeiro setorial	11	393.314	522.128
TOTAL PASSIVO NÃO CIRCULANTE		17.773.981	16.460.604
<u>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>			
Capital social	21.1	3.079.525	3.079.525
Reservas de capital	21.3	2.268.430	2.268.430
Outros resultados abrangentes/Ajustes de avaliação patrimonial	21.4	(2.096.515)	(2.217.271)
Reservas de lucros:			
Reserva legal		196.766	196.766
Reserva especial para reforço de capital de giro		171.137	171.137
Proposta de distribuição de dividendos adicionais		-	470.629
Lucros acumulados		131.802	-
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		3.751.145	3.969.216
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		28.987.260	26.469.544

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS**

Trimestres e semestres findos em 30 de junho de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto resultado por ação)

		01.04.2020 a 30.06.2020	01.01.2020 a 30.06.2020	01.04.2019 a 30.06.2019	01.01.2019 a 30.06.2019
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	23	3.336.280	6.999.390	3.352.826	6.820.741
CUSTOS OPERACIONAIS					
Custo com energia elétrica					
Energia elétrica comprada para revenda	24	(1.910.835)	(3.861.837)	(1.702.599)	(3.685.084)
Energia elétrica comprada para revenda - PROINFA	24	(54.361)	(106.545)	(74.694)	(149.790)
Encargos do uso do sistema de transmissão e distribuição	24	(307.868)	(721.047)	(465.455)	(829.734)
Custo de operação					
Pessoal e administradores		(169.902)	(353.964)	(177.524)	(373.007)
Entidade de previdência privada		(7.611)	(13.797)	(7.268)	(12.923)
Serviços de terceiros		(157.370)	(308.647)	(116.276)	(241.991)
Material		(26.280)	(53.976)	(16.491)	(30.225)
Custo de construção		(284.609)	(486.670)	(153.741)	(352.346)
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	7	(139.998)	(244.106)	(75.523)	(142.658)
Provisão para processos judiciais e outros, líquida		(23.152)	(48.185)	(19.692)	(38.043)
Depreciação e amortização		(165.559)	(332.564)	(158.088)	(318.248)
Outras receitas e despesas operacionais	25	(18.135)	(31.838)	(29.571)	(51.934)
TOTAL DOS CUSTOS OPERACIONAIS		(3.265.680)	(6.563.176)	(2.996.922)	(6.225.983)
RESULTADO DO SERVIÇO (LUCRO BRUTO)		70.600	436.214	355.904	594.758
RESULTADO FINANCEIRO					
Receitas financeiras	26	35.033	111.197	99.882	172.043
Despesas financeiras	26	(189.029)	(392.492)	(249.568)	(485.498)
Variações cambiais, líquidas	26	(2.630)	(4.040)	(215)	(177)
TOTAL DO RESULTADO FINANCEIRO		(156.626)	(285.335)	(149.901)	(313.632)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		(86.026)	150.879	206.003	281.126
Contribuição social	27	5.997	-	-	-
Imposto de renda	27	16.207	-	-	22.287
Contribuição social diferida	9.4/27	1.372	(14.370)	(19.772)	(27.279)
Imposto de renda diferido	9.4/27	3.813	(39.915)	(54.918)	(75.770)
TOTAL DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		27.389	(54.285)	(74.690)	(80.762)
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO PERÍODO		(58.637)	96.594	131.313	200.364
Lucro (Prejuízo) líquido básico/diluído por ação ordinária	22.1	(0,29695)	0,48917	0,66502	1,01472

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES**

Trimestres e semestres findos em 30 de junho de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de Reais)

	01.04.2020 a 30.06.2020	01.01.2020 a 30.06.2020	01.04.2019 a 30.06.2019	01.01.2019 a 30.06.2019
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO PERÍODO	(58.637)	96.594	131.313	200.364
Outros resultados abrangentes:				
- Itens que não serão reclassificados para a demonstração do resultado				
Ajuste de avaliação atuarial - Previdência privada	226.257	226.257	-	-
Ajuste de avaliação atuarial - FGTS - PIA (multa 40%)	4.258	4.258	-	-
Imposto de renda e contribuição social sobre ajustes de avaliações atuariais	(78.375)	(78.375)	-	-
- Itens que serão reclassificados para a demonstração do resultado				
Valor justo de hedge de fluxo de caixa	(31.440)	5.794	4.854	4.854
Imposto de renda e contribuição social sobre valor justo de hedge de fluxo de caixa	10.690	(1.970)	(1.651)	(1.651)
TOTAL DOS RESULTADOS ABRANGENTES DO PERÍODO, LÍQUIDO DE TRIBUTOS	72.753	252.558	134.516	203.567

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Semestres findos em 30 de junho de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais)

Notas	Reservas de capital					Reservas de lucros					Total do patrimônio líquido
	Capital social	Opções de ações outorgadas	Benefício fiscal proveniente de incorporação	Outras reservas de capital	Ações em tesouraria	Outros resultados abrangentes/Ajustes de avaliação patrimonial	Reserva legal	Reserva especial para reforço de capital de giro	Proposta de distribuição de dividendos adicionais	Lucros (prejuízos) acumulados	
Saldos em 31 de dezembro de 2018	2.823.486	20.573	670.897	-	(49.236)	(781.506)	196.766	-	-	-	2.880.980
Resultado abrangente total:											
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	-	-	200.364	200.364
Valor justo de hedge de fluxo de caixa	-	-	-	-	-	4.854	-	-	-	-	4.854
Imposto de renda e contribuição social sobre valor justo de hedge de fluxo de caixa	-	-	-	-	-	(1.651)	-	-	-	-	(1.651)
Mutações internas do patrimônio líquido:											
Realização de ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	(56.437)	-	-	-	56.437	-
Imposto de renda e contribuição social sobre realização de ajuste de avaliação patrimonial	9.2	-	-	-	-	19.189	-	-	-	(19.189)	-
Saldos em 30 de junho de 2019	2.823.486	20.573	670.897	-	(49.236)	(815.551)	196.766	-	-	237.612	3.084.547
Saldos em 31 de dezembro de 2019	3.079.525	-	2.267.883	547	-	(2.217.271)	196.766	171.137	470.629	-	3.969.216
Resultado abrangente total:											
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	-	-	96.594	96.594
Ajuste de avaliação atuarial (previdência privada e multa FGTS)	-	-	-	-	-	230.515	-	-	-	-	230.515
Imposto de renda e contribuição social sobre ajuste de avaliação atuarial	-	-	-	-	-	(78.375)	-	-	-	-	(78.375)
Valor justo de hedge de fluxo de caixa	-	-	-	-	-	5.794	-	-	-	-	5.794
Imposto de renda e contribuição social sobre valor justo de hedge de fluxo de caixa	-	-	-	-	-	(1.970)	-	-	-	-	(1.970)
Mutações internas do patrimônio líquido:											
Dividendo adicional proposto - excedente ao mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	-	-	-	(470.629)	-	(470.629)
Realização de ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	(53.345)	-	-	-	53.345	-
Imposto de renda e contribuição social sobre realização de ajuste de avaliação patrimonial	9.2	-	-	-	-	18.137	-	-	-	(18.137)	-
Saldos em 30 de junho de 2020	3.079.525	-	2.267.883	547	-	(2.096.515)	196.766	171.137	-	131.802	3.751.145

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA**

Semestres findos em 30 de junho de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de Reais)

	01.01.2020 a 30.06.2020	01.01.2019 a 30.06.2019
Atividades operacionais:		
Lucro líquido do período	96.594	200.364
Ajustes para conciliar o lucro líquido do período com o caixa das atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	332.564	318.248
Variações monetárias	32.707	(5.101)
Atualização do ativo financeiro da concessão	(17.185)	(88.308)
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	244.682	143.448
Provisão para processos judiciais e outros, líquida	47.657	59.753
Atualização acordo Eletrobras	30.134	55.450
Custo de empréstimos e debêntures (encargos de dívidas)	152.942	160.992
Juros sobre obrigações de arrendamento	10.625	12.982
Juros sobre operação com instrumento derivativo	(66.064)	81
Benefícios pós-emprego	223.532	176.668
Receita de aplicação financeira em investimentos de curto prazo	(792)	(1.164)
Baixa de ativo financeiro, intangível da concessão e imobilizado	16.647	29.582
Tributos e contribuições sociais diferidos	54.285	103.049
Redução (aumento) dos ativos:		
Consumidores, revendedores e outros	(50.494)	(53.902)
Imposto de renda e contribuição social compensáveis	(22.127)	(22.285)
Outros tributos compensáveis	(2.325.728)	(5.011.266)
Almoxarifado	(17.873)	3.404
Serviços em curso	(2.741)	(2.046)
Contas a receber - acordos	(95.088)	(49.534)
Despesas pagas antecipadamente	(15.248)	(9.735)
Outros créditos	(98.228)	27.720
Ativo financeiro setorial	(192.686)	126.881
Aumento (redução) dos passivos:		
Fornecedores	(228.006)	55.888
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	2.291.718	4.919.915
Outros tributos a pagar	32.623	(13.778)
Obrigações sociais e trabalhistas	(14.929)	(57.941)
Encargos setoriais	4.949	(14.790)
Outras obrigações	48.845	33.702
Passivo financeiro setorial	127.568	(391.070)
	600.883	707.207
Pagamento de juros (encargos de dívidas), deduzido dos juros capitalizados	(90.970)	(148.227)
Pagamento de juros de obrigações por arrendamento	(10.852)	(9.583)
Pagamento de juros de operações com derivativo	(2.986)	-
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(6.098)	(8.409)
Pagamento de obrigações com benefícios pós-emprego	(331.001)	(236.650)
Pagamento de processos judiciais e outros	(51.679)	(52.730)
Pagamento de contas a pagar - acordo Eletrobras	(351.683)	(337.909)
Juros resgatados de investimentos de curto prazo	78	39
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	(244.308)	(86.262)
Atividades de investimentos:		
Adições para ativo contratual e intangível da concessão	(442.171)	(419.197)
Consumidores participação financeira	25.062	48.593
Aplicações em investimento de curto prazo	(66.513)	(43)
Resgates de investimento de curto prazo	34.013	2.001
Aplicações/Resgates de cauções e depósitos vinculados	(82.034)	(285.987)
Recebimento de venda de ativo imobilizado e intangível	4.573	976
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos	(527.070)	(653.657)
Atividades de financiamentos:		
Ingresso de novos empréstimos e debêntures	859.997	2.000.000
Pagamento de empréstimos e debêntures (principal)	(223.329)	(1.450.354)
Custo de empréstimos e debêntures (custos de transação e prêmios)	-	(19.427)
Pagamento de obrigações por arrendamento	(27.953)	(20.216)
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	(100.000)	-
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos	508.715	510.003
Variação no caixa líquido da Companhia	(262.663)	(229.916)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	1.280.195	936.678
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	1.017.532	706.762

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

**DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO**

Semestres findos em 30 de junho de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de Reais)

	01.01.2020 a 30.06.2020	01.01.2019 a 30.06.2019
1. RECEITAS	10.721.111	11.282.292
Receita bruta de venda de energia e outras receitas	10.965.217	11.424.950
Fornecimento de energia elétrica	4.911.162	5.945.468
Outras receitas - originadas de contratos com clientes	5.170.326	4.606.568
Outras receitas	397.059	520.568
Receita relativa à construção de ativos próprios	486.670	352.346
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa, líquida	(244.106)	(142.658)
2. INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(5.998.173)	(5.770.525)
Materiais	(301.381)	(181.567)
Outros custos operacionais	(57.448)	(63.470)
Custo da energia comprada e transmissão	(5.139.645)	(5.122.152)
Serviços de terceiros	(499.699)	(403.336)
3. VALOR ADICIONADO BRUTO	4.722.938	5.511.767
4. RETENÇÕES	(332.564)	(318.248)
Depreciação e amortização	(332.564)	(318.248)
5. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	4.390.374	5.193.519
6. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	111.197	172.043
Receitas financeiras	111.197	172.043
7. VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	4.501.571	5.365.562
8. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	4.501.571	5.365.562
Empregados (Colaboradores)	378.150	370.451
Salários e encargos	215.170	185.654
Participação dos trabalhadores nos lucros e resultados	36.216	43.488
Benefícios	106.189	124.491
FGTS	20.575	16.818
Tributos (Governo)	3.627.078	4.299.753
Federais	440.098	684.120
Imposto de renda e contribuição social	54.285	80.762
COFINS	273.782	450.890
PIS	59.354	97.076
INSS	36.016	38.394
Encargos sociais - Outros	16.661	16.998
Estaduais	1.885.278	2.015.985
ICMS	1.881.412	2.012.023
Outros	3.866	3.962
Municipais	21.894	23.239
ISS	87	95
IPTU	21.773	23.111
Outros	34	33
Encargos setoriais	1.279.808	1.576.409
CDE - Conta de desenvolvimento energético	1.119.775	1.434.693
Eficiência energética, P&D, FNDCT e EPE	64.510	63.411
Encargos do consumidor - PROINFA	50.168	44.249
Encargos do consumidor - CCRBT	35.879	27.190
Taxa de fiscalização - ANEEL	9.476	6.866
Remuneração de capitais de terceiros	399.749	494.994
Juros	395.323	485.675
Aluguéis	4.426	9.319
Remuneração de capitais próprios	96.594	200.364
Realização de ajuste de avaliação patrimonial	(35.208)	(37.248)
Lucros retidos	131.802	237.612

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais

A Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. ("Enel Distribuição São Paulo", ou "Companhia") é uma sociedade anônima com registro de companhia aberta Categoria "B", controlada diretamente pela Enel Brasil S.A. (Enel Brasil), sendo esta, por sua vez, uma controlada indireta da Enel S.p.A. (sediada na Itália).

A sede da Companhia está localizada na Avenida Dr. Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, nº 939, lojas 1 e 2 (térreo) e 1º ao 7º andar, Bairro Sítio Tamboré, Torre II do Condomínio Castelo Branco Office Park, Barueri, Estado de São Paulo, Brasil.

A Companhia está autorizada a operar como concessionária de Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica, principalmente para a distribuição e comercialização de energia elétrica em 24 municípios da região metropolitana da Grande São Paulo e tem suas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia.

O Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica nº 162/1998, assinado em 15 de junho de 1998 (Resolução ANEEL nº 72, de 25 de março de 1998), tem prazo de duração de 30 anos.

Segundo o Contrato de Concessão, a Companhia passa por processos de Revisão Tarifária a cada quatro anos, tendo o primeiro processo de revisão ocorrido em 4 de julho de 2003, e de Reajuste Tarifário anualmente. A última Revisão Tarifária da Companhia ocorreu em 4 de julho de 2019.

A Companhia apresenta passivos circulantes em excesso aos ativos circulantes no montante de R\$492.825 em 30 de junho de 2020, refletindo os impactos de mercado no trimestre e as medidas mitigatórias de riscos de liquidez no curtíssimo prazo. A Administração da Companhia entende que as ações do governo, no sentido de preservar a hígidez do setor elétrico, deverão resultar em reforço suficiente de sua capacidade de cumprir com as obrigações financeiras no curto prazo, que a Companhia continua com acesso franco a mecanismos de financiamento e que, ademais, a Companhia conta com suporte financeiro do Grupo Enel para assegurar a liquidez de que necessita para cumprir com seu plano de negócios.

1.1 Pandemia (Covid-19) - Impactos econômico-financeiros

Pessoas e sociedade

A Enel e suas subsidiárias no Brasil têm adotado o trabalho remoto há alguns anos. Conforme os efeitos da COVID-19 avançaram e tornaram-se pandêmicos, a Companhia decidiu estender o trabalho remoto para todos os dias úteis até dezembro de 2020 para todos os profissionais elegíveis.

Para os profissionais que realizam trabalhos operacionais, cujas atividades são imprescindíveis para a manutenção da prestação do serviço com a qualidade que sempre foi entregue, a Companhia providenciou e disponibilizou para cada profissional equipamentos de proteção individual, bem como comunicações e recomendações contínuas relacionadas a como evitar o contágio por COVID-19. Não obstante, a Companhia também estendeu o benefício de saúde, com apólices de seguro com cobertura adicional para os profissionais que eventualmente forem hospitalizados por decorrência de infecção por COVID-19.

O trabalho remoto tem propiciado novas possibilidades de comunicação e operação. A determinação dessa forma de trabalho se demonstrou eficiente e com a mesma qualidade ora atingida pelo trabalho em loco. Este resultado só foi possível pelos investimentos em digitalizações e sistemas realizados

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

pela Enel e suas subsidiárias no decorrer dos últimos anos. Essa nova realidade se tornou uma oportunidade para que a Enel e suas subsidiárias colocassem em prática um plano anterior de expansão do trabalho remoto.

Monitoramento e plano estratégico

Durante o primeiro semestre de 2020, a Enel e suas subsidiárias têm realizado acompanhamento constante relacionados a estratégia e manutenção da qualidade dos serviços, bem como a lucratividade de seus negócios. Esse monitoramento resultou em informações que puderam auxiliar a administração na tomada de decisões estratégicas, como também demonstraram que, apesar de toda crise causada pela pandemia da COVID-19, nenhum dos negócios mantidos apresentou indicativos de descontinuidade.

A Enel e suas subsidiárias, adicionaram indicadores de performance para cada área de negócio, o que tem proporcionado de forma tempestiva informações relacionadas às operações, transações e resultados operacionais. Nesse contexto, o alto nível de digitalização foi um fator imprescindível para a aplicação destes indicadores. Através destes indicadores, é possível, de forma confiável, monitorar o nível de operação de suas atividades, a qualidade do serviço prestado, bem como, se aplicável, eventuais reduções em atividades suportes em decorrência do trabalho remoto.

Para prevenir ou amenizar qualquer efeito negativo que possa, porventura, ser identificado em suas linhas de negócios, a Administração da Enel e suas subsidiárias continuará a monitorar suas atividades, demandas, resultados operacionais e de suporte, para que possa, de forma tempestiva, tomar ações que previnam ou amenizem tais efeitos.

Provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa

A Companhia tem observado uma tendência crescente em sua provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa - PECLD, parcialmente explicado pela crise financeira, principalmente a deterioração do poder de consumo e pagamento da população, por conta da COVID-19. Diversos estados e municípios, adotaram e ainda adotam o distanciamento social, o que, por sua vez, tem causado a deterioração de diversos setores da economia, colocando em dificuldades financeiras e operacionais empresas de pequeno e médio porte e, consequentemente, aumentando o desemprego.

O CPC 39, equivalente à norma internacional IFRS 9, prevê que as entidades devem reavaliar o risco de crédito sempre que houver indicativos de deterioração deste, e, dessa forma, a Companhia tem frequentemente acompanhado os eventos decorrentes da pandemia e seus reflexos sobre a PECLD. Este acompanhamento, inclui, dentre outras ações, a adoção de premissas como as estabelecidas pela instrução normativa nº 878 emitida pela ANEEL em 23 março de 2020, que determina a impossibilidade de corte por inadimplência para classes de consumos específicas (por exemplo: residencial, rural e consumidores classificados como serviços essenciais), e tal impedimento será exclusivo até 31 de julho de 2020. A provisão para perdas esperadas em contas a receber, abrange a melhor estimativa da Companhia com base nas informações vigentes até a data de divulgação dessas informações contábeis intermediárias, e representa a situação de risco de crédito de seus consumidores.

A Companhia tem implementado ações para aumentar a eficiência e a cobrabilidade de contas de energia em atraso, a saber: (i) campanhas de conscientização relacionadas à importância da manutenção dos pagamentos das contas de energia assíduos; (ii) planos de parcelamentos; e (iii) proporcionando aos seus consumidores alternativas de métodos de pagamentos, como por exemplo, a possibilidade de utilizar cartões de crédito com opção de parcelamentos para as contas de energia em atraso ou não.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Todos os efeitos possíveis e confiavelmente mensuráveis, têm sido aplicados de forma consistente na determinação da provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa, conforme divulgado na nota explicativa nº 7.

Medidas para o setor elétrico

Como resposta à pandemia, a ANEEL adotou algumas medidas temporárias a fim de preservar a prestação do serviço de distribuição de energia elétrica por meio da resolução normativa mencionada anteriormente. Dentre essas medidas, pode-se citar (i) a vedação temporária da suspensão de fornecimento por inadimplência de consumidores residenciais e de serviços essenciais, entre outras situações específicas, e (ii) a suspensão temporária de algumas exigências regulatórias, tais como a suspensão do atendimento presencial ao público e permissão de substituição de faturas impressas por eletrônicas, priorizando os meios digitais, os atendimentos de urgência/emergência e a manutenção do fornecimento de energia elétrica nas instalações, assim como os pedidos de ligação ou aumento de carga para locais de tratamento da população e os que não necessitem de obras para efetivação.

A ANEEL autorizou até 30 de junho de 2020 – período da pandemia – o diferimento dos reajustes tarifários, das distribuidoras que tinham reajuste tarifário no intervalo, permitindo, em contrapartida, que os pagamentos ao fundo da CDE fossem reduzidos, na mesma proporção da receita diferida. Os pagamentos do fundo CDE diferidos deverão ser repostos pelas referidas concessionárias durante o segundo semestre de 2020.

Como medida de reforço a liquidez financeira do setor de distribuição de energia elétrica, a ANEEL autorizou a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE a repassar às distribuidoras os recursos financeiros disponíveis no fundo de reserva para alívio futuro de encargos. O despacho ANEEL nº 986, de 7 de abril de 2020, determinou o repasse aos agentes de mercado. Sendo assim, a Companhia recebeu em 8 de abril e 13 de maio de 2020, os montantes de R\$ 141.312 e R\$14.448, respectivamente. Tais montantes foram contabilizados como passivo financeiro setorial e considerados no reajuste tarifário de 2020.

Adicionalmente, a Presidência da República editou medida provisória ampliando, por 3 (três) meses, os descontos da tarifa social para 100%, sendo tal subvenção custeada pelo Tesouro Nacional. Dessa forma, no dia 8 de abril de 2020, o Presidente da República, por meio da Medida Provisória ("MP") nº 950, que vigorou de 1 de abril a 30 de junho de 2020 adotou algumas alterações temporárias à Lei nº 12.212 de 20 de janeiro de 2010, alterando o formato de desconto tarifário para os consumidores beneficiados pela categoria baixa renda, onde a parcela do consumo de energia elétrica inferior ou igual a 220 KWh/mês passou a ter um desconto de 100% e a parcela do consumo de energia elétrica superior a 220 KWh/mês não teve a incidência de qualquer desconto. De acordo com as homologações da ANEEL, a Companhia recebeu repasses relacionados ao desconto da classe baixa renda, no valor de R\$ 61.629, referentes às competências de abril e maio de 2020, e previsão de recebimento em julho referente à competência de junho, no valor homologado de R\$ 40.600.

CONTA-COVID

O Decreto nº 10.350, de 18 de maio de 2020 autorizou a criação da CONTA-COVID, cuja gestão será da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE. A criação dessa conta tem como objetivo minimizar os impactos da pandemia e proporcionar liquidez para as distribuidoras, protegendo a cadeia produtiva do setor elétrico através de recursos financeiros para cobrir déficits tarifários ou antecipar receitas (total ou parcialmente), referentes aos seguintes itens:

- Efeitos financeiros da sobrecontratação;
- Saldo em constituição da Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da "Parcela A" - CVA;

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Neutralidade dos encargos setoriais;
- Postergação até 30 de junho de 2020 dos resultados dos processos tarifários de distribuidoras de energia elétrica homologados até a mesma data;
- Saldo da CVA reconhecido e diferimentos reconhecidos ou revertidos no último processo tarifário, que não tenham sido totalmente amortizados; e
- Antecipação do ativo regulatório relativo à “Parcela B”, conforme o disposto em regulação da Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel.

A CONTA-COVID foi organizada para evitar reajustes maiores das tarifas de energia elétrica. Se não houvesse a proposta da CONTA-COVID, haveria um impacto para os consumidores nos próximos reajustes, com pagamento em 12 meses. Com a CONTA-COVID, esse impacto será diluído em um prazo total de 60 meses. A CONTA-COVID garante recursos financeiros necessários para compensar a perda de receita em decorrência da pandemia e protege o resto da cadeia produtiva do setor elétrico, ao permitir que as distribuidoras continuem honrando seus contratos.

A CONTA-COVID é regulamentada pela Resolução Normativa nº 885, de 23 de junho de 2020, e os recursos da conta serão originados por meio de “empréstimo setorial”, contraído de um conjunto de bancos. A CCEE foi designada como gestora da conta, centralizando a contratação das operações de empréstimos e repassando os recursos para as distribuidoras. O credor responsável por contratar o agente fiduciário e garantidor de todo o recurso será a CCEE, que posteriormente fará o repasse para as distribuidoras, seguindo o teto estabelecido para cada distribuidora. A ANEEL homologará o montante dos recursos a serem repassados.

Em 3 de julho de 2020, a Companhia declarou os recursos financeiros requeridos da CONTA-COVID, no valor total de R\$ 1.389.233, e estima receber tais recursos durante o segundo semestre de 2020.

Os aumentos tarifários diferidos neste período, serão pagos em até 5 anos, a partir de 2021, por meio de encargo setorial arrecadado pelas distribuidoras e repassado à CCEE. A CCEE, por sua vez, amortizará o empréstimo contraído junto ao sindicato de bancos credores do empréstimo setorial.

Preservação do equilíbrio econômico-financeiro da concessão

A ANEEL, observando a Medida Provisória nº 950/2020, o Decreto nº 10.350/2020 e a cláusula sétima do contrato de concessão nº 162/1998, reconheceu que os fatos atuais causados pela pandemia, se incluem no âmbito das áleas administrativa e econômica. Assim, decidiu instaurar Consulta Pública, até 23 de agosto de 2020, para disciplinar os procedimentos a serem observados pelas concessionárias afetadas, em processo administrativo específico a ser avaliado pelo regulador, para demonstração do alcance e mensuração de seu direito ao reequilíbrio econômico-financeiro, conforme art. 15, § 1º, da Resolução Normativa nº 885, publicada no diário oficial em 23 de junho de 2020.

Para o semestre findo em 30 de junho de 2020, a Companhia não reconheceu ativo financeiro setorial referente ao direito do reequilíbrio econômico da concessão em seu balanço e demonstração de resultado, visto que ainda depende de regulamentação por parte do órgão regulador.

2. Base de preparação e apresentação das informações contábeis intermediárias

Em 21 de julho de 2020, a Diretoria Executiva da Companhia autorizou a conclusão das presentes informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.1 Declaração de conformidade

As informações contábeis intermediárias da Companhia foram preparadas e estão sendo apresentadas para o trimestre e semestre findos em 30 de junho de 2020 de acordo com o CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e com as normas internacionais e em conformidade com o IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitido pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, e também com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – (“CVM”), aplicáveis à elaboração das informações Trimestrais – ITR, e, quando aplicáveis, as regulamentações do órgão regulador, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

A Companhia considerou as orientações contidas na Orientação Técnica OCPC 07 na elaboração das informações contábeis intermediárias. Dessa forma, as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias estão evidenciadas nas notas explicativas e correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.

As informações contábeis intermediárias foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor (exceto quando exigido critério diferente) e ajustadas para refletir a avaliação de ativos e passivos mensurados a valor justo ou considerando a marcação a mercado, quando tais avaliações são exigidas pelas Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS).

2.2 Base de preparação e apresentação

Todos os valores apresentados nestas informações contábeis intermediárias estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo. Devido ao uso de arredondamentos, os números apresentados ao longo dessas informações contábeis intermediárias podem não perfazer precisamente os totais apresentados.

Continuidade operacional

Com base nos fatos e circunstâncias existentes até a data de autorização das presentes informações contábeis intermediárias, a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas informações contábeis intermediárias foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

Esta afirmação é baseada nas expectativas da Administração em relação ao futuro da Companhia, sendo consistentes com o seu plano de negócios. A Companhia prepara no início de cada exercício, planos de negócios, que compreendem os orçamentos anuais, todos os planos de investimento de capital, os planos estratégicos e os programas de manutenção das instalações da Companhia. Os planos são acompanhados durante o exercício pelos órgãos de governança da Companhia, podendo sofrer alterações.

Segmento de negócios

A receita da Companhia é, basicamente, composta pelos serviços de distribuição e disponibilidade de energia elétrica. Consequentemente, a Companhia concluiu que possui apenas o segmento de distribuição de energia elétrica como passível de reporte.

Sistema Empresas.Net

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

No quadro “Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido” do Sistema “Empresas.Net” utilizado para fins de elaboração e envio de documentos à CVM e B3, o ajuste de avaliação patrimonial, embora não corresponda a “Outros Resultados Abrangentes”, está apresentado na coluna com esta indicação, visto que não há opção mais apropriada para a apresentação no referido quadro.

2.3 Moeda funcional, conversão de saldos e transações em moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e de apresentação

As informações contábeis intermediárias foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

(b) Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não foram realizadas na moeda funcional da Companhia, foram convertidas para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data em que as transações foram realizadas. Os saldos de ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são reavaliados para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio na data base dos balanços.

3. Políticas contábeis e estimativas

As informações contábeis intermediárias foram preparadas seguindo a base de preparação e políticas contábeis consistentes com aquelas adotadas na elaboração das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2019, emitidas em 19 de fevereiro de 2020, e devem ser lidas em conjunto, com exceção às alterações estabelecidas pelo CPC 00 (R2) | Conceptual Framework – Estrutura conceitual para relatório financeiro.

3.1 Alterações ao CPC 00 (R2) | *Conceptual Framework* – Estrutura conceitual para relatório financeiro

O CPC 00 (R2) – Estrutura conceitual para relatório financeiro, equivalente ao pronunciamento do IASB conhecido como Conceptual Framework, alterado com o objetivo de melhor refletir alterações conceituais estabelecidas pelo IASB, principalmente com relação aos seguintes aspectos:

- Conceitualiza e clarifica questões acerca do objetivo do relatório financeiro, as características qualitativas da informação financeira útil, e a descrição da entidade, bem como os seus limites;
- Clarifica as definições de ativo, passivo, patrimônio líquido, receitas e despesas em diversos aspectos;
- Define critérios para inclusão de ativos e passivos nas demonstrações contábeis (reconhecimento) e orientação sobre quando removê-los (desreconhecimento);
- Bases de mensuração e orientação sobre quando e como utilizá-las; e
- Determina conceitos e estabelece orientações quanto a apresentação e divulgação das demonstrações contábeis e notas explicativas.

Adicionalmente, as alterações realizadas ao CPC 00 (R2) também impactam o conceito de materialidade, estabelecendo de forma clara a aplicação deste conceito e determinando que

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

“informação é material se sua omissão, distorção ou obscuridade pode influenciar, de modo razoável, decisões que os usuários primários das demonstrações contábeis de propósito geral tomam como base nessas demonstrações contábeis, que fornecem informações financeiras sobre o relatório específico da entidade”.

As mudanças são aplicáveis para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2020 e visam auxiliar o entendimento de temas específicos, melhorando a qualidade das demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia as mudanças realizadas não causaram impactos ou alterações em suas demonstrações contábeis.

A Companhia avaliou os demais pronunciamentos contábeis emitidos, alterados e substituídos, efetivos ou não efetivos para o exercício ao que esta demonstração contábil se refere e não identificou qualquer impacto material para suas demonstrações contábeis.

4. Caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo

Caixa e equivalentes de caixa:

	Nota	30.06.2020	31.12.2019
Numerário disponível		13.718	20.074
Numerário em trânsito	4.1	133.533	205.354
CDB-DI		870.281	1.054.767
Total		1.017.532	1.280.195

Investimentos de curto prazo:

		30.06.2020	31.12.2019
CDB-DI	4.2	38.630	3.518
Fundo de investimento		-	1.978
Total		38.630	5.496
Total geral		1.056.162	1.285.691

- 4.1 O numerário em trânsito representa o montante recebido de clientes, porém ainda não creditado em favor da Companhia pela instituição financeira, ou seja, estão em circulação e serão transferidos para a Companhia em D+1 ou D+2 (primeiro ou segundo dia útil após o pagamento efetuado pelo cliente). A redução foi ocasionada principalmente pelas arrecadações dos últimos dias do mês de dezembro de 2019, que foram transferidas para a Companhia somente no início de 2020 cujos os montantes foram superiores às arrecadações dos últimos dias do mês de junho de 2020.
- 4.2 O aumento está principalmente relacionado, pela decisão judicial mencionada na nota explicativa nº 17.2 (b.2), que determinou o bloqueio de parte dos investimentos da Companhia.

5. Consumidores, revendedores e outros

Incluem valores faturados e não faturados referentes aos serviços de distribuição de energia elétrica, valores a receber relativos à energia comercializada na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, participação financeira do consumidor e outros serviços cobráveis na fatura de energia elétrica.

A composição do saldo de consumidores, revendedores e outros é como segue:

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	A vencer	Vencidos				Total de consumidores, revendedores e outros	PECLD	Total 30.06.2020
	até 30 dias	até 90 dias	de 91 a 180 dias	de 181 a 360 dias	mais de 360 dias			
CIRCULANTE								
Consumidores - distribuição de energia:								
Residencial	441.757	447.566	144.259	161.298	723.639	1.918.519	(888.293)	1.030.226
Industrial	44.042	28.938	6.786	7.841	63.626	151.233	(62.050)	89.183
Comercial	168.309	90.599	24.024	12.928	71.385	367.245	(82.221)	285.024
Rural	184	124	75	28	113	524	(152)	372
Poderes públicos	33.806	9.416	2.220	867	2.022	48.331	(1.376)	46.955
Iluminação pública	22.063	1.976	71	3	36	24.149	(165)	23.984
Serviço público	35.123	61	19	36	66	35.305	(132)	35.173
Serviço cobráveis	164	577	428	5	8	1.182	(896)	286
Encargos de uso da rede	2.905	113	11	-	-	3.029	-	3.029
Fornecimento não faturado	771.485	-	-	-	-	771.485	(3.976)	767.509
Participação financeira do consumidor	391	12	42	237	44	726	-	726
Revendedores e outros:								
Ressarcimento - leilões de energia	14.041	-	-	-	-	14.041	-	14.041
TOTAL - CIRCULANTE	1.534.270	579.382	177.935	183.243	860.939	3.335.769	(1.039.261)	2.296.508

NÃO CIRCULANTE**Consumidores - distribuição de energia:**

Iluminação pública	-	-	-	-	24.079	24.079	(180)	23.899
TOTAL - NÃO CIRCULANTE	-	-	-	-	24.079	24.079	(180)	23.899
TOTAL - CIRCULANTE + NÃO CIRCULANTE	1.534.270	579.382	177.935	183.243	885.018	3.359.848	(1.039.441)	2.320.407

	A vencer	Vencidos				Total de consumidores, revendedores e outros	PECLD	Total 2019
	até 30 dias	até 90 dias	de 91 a 180 dias	de 181 a 360 dias	mais de 360 dias			
CIRCULANTE								
Consumidores - distribuição de energia:								
Residencial	390.213	473.405	80.023	122.957	668.872	1.735.470	(777.217)	958.253
Industrial	64.636	35.258	4.675	7.115	66.498	178.182	(62.457)	115.725
Comercial	265.278	100.333	6.339	11.453	65.579	448.982	(66.021)	382.961
Rural	220	146	15	35	81	497	(117)	380
Poderes públicos	48.503	16.648	1.011	1.114	1.734	69.010	(1.928)	67.082
Iluminação pública	7.816	1.607	-	10	40	9.473	(158)	9.315
Serviço público	32.800	40	35	9	59	32.943	(107)	32.836
Serviço cobráveis	342	918	105	3	8	1.376	(587)	789
Encargos de uso da rede	3.281	112	151	-	-	3.544	-	3.544
Fornecimento não faturado	866.332	-	-	-	-	866.332	(2.594)	863.738
Participação financeira do consumidor	-	753	36	108	14	911	-	911
Revendedores e outros:								
Ressarcimento - leilões de energia	11.641	-	-	-	-	11.641	-	11.641
TOTAL - CIRCULANTE	1.691.062	629.220	92.390	142.804	802.885	3.358.361	(911.186)	2.447.175

NÃO CIRCULANTE**Consumidores - distribuição de energia:**

Iluminação pública	-	-	-	-	26.114	26.114	(194)	25.920
TOTAL - NÃO CIRCULANTE	-	-	-	-	26.114	26.114	(194)	25.920
TOTAL - CIRCULANTE + NÃO CIRCULANTE	1.691.062	629.220	92.390	142.804	828.999	3.384.475	(911.380)	2.473.095

6. Contas a receber – acordos

Os saldos de contas a receber – acordos incluem os parcelamentos de consumidores em função dos programas de negociação realizados.

A composição do saldo de contas a receber - acordos é como segue:

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	30.06.2020	31.12.2019
CIRCULANTE			
Consumidores		529.966	439.818
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	7	(256.538)	(222.978)
Saldo líquido de PECLD		273.428	216.840
NÃO CIRCULANTE			
Consumidores		9.727	10.321
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	7	(2.037)	(1.716)
Saldo líquido de PECLD		7.690	8.605
Total circulante + não circulante		281.118	225.445

A abertura das contas a receber – acordos por vencimento é a seguinte:

	Saldos vincendos	Saldos vencidos		Total 30.06.2020
		até 90 dias	mais de 90 dias	
Consumidores	201.066	54.492	284.135	539.693
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	(5.181)	(14.441)	(238.953)	(258.575)
Saldo líquido de PECLD - Circulante + Não Circulante	195.885	40.051	45.182	281.118

7. Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa - PECLD

A movimentação das perdas esperadas com crédito de liquidação duvidosa é como segue:

Rubricas de origem	Nota	Saldo inicial 31.12.2019	(Provisões)/ reversões	Perda	Saldo final 30.06.2020
Consumidores	5	(911.380)	(203.182)	75.121	(1.039.441)
Contas a receber - acordos	6	(224.694)	(39.415)	5.534	(258.575)
Outros créditos - Multa rescisão contratual		(3.939)	(660)	731	(3.868)
Outros créditos		(1.543)	(1.425)	-	(2.968)
Total		(1.141.556)	(244.682)	81.386	(1.304.852)
Circulante		(1.139.644)			(1.302.633)
Não circulante		(1.912)			(2.219)
Total		(1.141.556)			(1.304.852)

A Companhia apresenta a seguir o efeito no resultado da perda esperada com créditos de liquidação duvidosa:

	Nota	30.06.2020	30.06.2019
(Provisão)/Reversão	7.1	(244.682)	(143.448)
Receita com recuperação de perdas		576	790
		(244.106)	(142.658)

- 7.1 O aumento da provisão está principalmente relacionado ao cenário causado pela pandemia (COVID-19) - vide nota explicativa nº 1.1.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Tributos e contribuições sociais compensáveis

Imposto de renda e contribuição social compensáveis

CIRCULANTE

Contribuição social

Imposto de renda

Imposto de renda retido na fonte

Total

Nota	30.06.2020	31.12.2019
	11.410	4.452
8.1	63.964	47.300
	21.491	16.334
	96.865	68.086

Outros tributos compensáveis

CIRCULANTE

PIS e COFINS a recuperar (ICMS)

Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS

ICMS - Compra de créditos

COFINS

PIS

INSS

Total

	30.06.2020	31.12.2019
20	789.212	578.763
	90.585	89.978
	35.374	1.747
	23.766	20.770
	6.391	5.734
	59	57
	945.387	697.049

NÃO CIRCULANTE

PIS e COFINS a recuperar (ICMS)

Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS

Total**Total**

20	6.501.883	4.426.554
	70.647	68.586
	6.572.530	4.495.140
	7.517.917	5.192.189

8.1 Dedutibilidade das despesas com o Programa de Alimentação do Trabalhador – PAT na apuração do IRPJ

Em 30 de junho de 2020, a Companhia mantém em seus registros contábeis, crédito de Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ a recuperar no valor de R\$ 44.758. O referido crédito foi registrado em março de 2019, e é decorrente de decisão judicial favorável, transitada em julgado, proferida em ação movida pela Companhia, em 2011, pleiteando o reconhecimento do seu direito ao benefício da dedução em dobro das despesas incorridas com o Programa de Alimentação dos Trabalhadores – PAT, na forma prevista na Lei 6.321/1976, bem como a repetição, através de compensação, do IRPJ recolhido indevidamente desde 2006. Em março de 2020, o pedido de habilitação do crédito foi deferido pela Receita Federal e a Companhia aproveitará o crédito tempestivamente.

9. Tributos e contribuições sociais diferidos

Impostos diferidos ativos e passivos estão apresentados líquidos em razão dos impostos diferidos serem relacionados somente à Companhia e sujeitos à mesma autoridade tributária, além de haver um direito legal assegurando a compensação do ativo fiscal corrente contra o passivo fiscal corrente.

9.1 Composição dos tributos e contribuições sociais diferidos

	Nota	30.06.2020	31.12.2019
Diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base de cálculo negativa	9.2	2.148.021	2.246.819
Benefício fiscal das incorporações	9.3	2.044.824	2.080.656
Total dos tributos e contribuições sociais diferidos		4.192.845	4.327.475

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

9.2 Saldos acumulados dos tributos diferidos sobre diferenças temporárias, prejuízos fiscais e bases negativas, são como segue:

Nota	Balanço patrimonial		Resultado	
	30.06.2020	31.12.2019	30.06.2020	30.06.2019
Tributos diferidos ativos:				
Provisão de benefício a empregados	223.223	266.093	(42.870)	(22.857)
Provisão para processos judiciais e outros	301.595	294.488	7.107	14.216
Provisão para processos judiciais e outros - acordo Eletrobras	-	-	-	(544.198)
Perda esperada para créditos de liquidação duvidosa	105.905	79.949	25.956	6.505
Provisão para materiais e serviços	20.015	13.651	6.364	(1.148)
Outros resultados abrangentes / ajuste avaliação atuarial	21.4 1.498.393	1.576.768	-	-
Prejuízo fiscal/Base de cálculo negativa	572.824	550.094	22.730	535.792
Créditos tributários sobre ágio na incorporação	124.159	165.545	(41.386)	(41.386)
Diferença na taxa de depreciação/amortização	56.199	59.712	(3.513)	(3.513)
Provisão programa de saída voluntária (PSV) / incentivo à aposentadoria (PIA)	-	554	(554)	(22.490)
Provisão FGTS - PIA programa de incentivo à aposentadoria (multa 40%)	44.306	42.889	1.417	2.513
Arrendamento mercantil CPC 06	2.236	1.623	613	1.068
Outros	22.718	31.450	(8.732)	(2.919)
Total dos tributos diferidos ativos	2.971.573	3.082.816	(32.868)	(78.417)
Tributos diferidos passivos:				
Ajustes de avaliação patrimonial/mais valia	21.4 (402.580)	(420.717)	18.137	19.189
Atualização do ativo financeiro da concessão	(327.704)	(321.778)	(5.926)	(30.025)
Atualização monetária de depósitos judiciais	(52.127)	(53.989)	1.862	(475)
Outros resultados abrangentes - cash flow hedge (derivativo)	21.4 (15.790)	(13.820)	-	-
Outros	(25.351)	(25.693)	342	(1.146)
Total dos tributos diferidos passivos	(823.552)	(835.997)	14.415	(12.457)
Ativo fiscal diferido, líquido	2.148.021	2.246.819	(18.453)	(90.874)
Realização do benefício fiscal das incorporações			(35.832)	(12.175)
Total despesa imposto de renda e contribuição social diferidos			(54.285)	(103.049)

9.3 Benefício fiscal gerado por incorporações:

Benefícios fiscais gerados pelas seguintes incorporações, registrados de acordo com os conceitos das Instruções CVM nºs 319/99 e 349/01, conforme alteradas:

AES Elpa S.A. ("AES Elpa") e Brasiliana Participações S.A. ("Brasiliana Participações") - Incorporação dos ágios das antigas controladoras AES Elpa e Brasiliana Participações, oriundo da reorganização societária concluída em 30 de dezembro de 2016 realizada por meio das cisões parciais da Brasiliana Participações e da AES Elpa, com a incorporação dos acervos cindidos pela Companhia.

O total do benefício fiscal incorporado pela Companhia foi de R\$ 693.897, sendo composto pelos créditos tributários sobre ágio de R\$ 413.863 e pelo benefício fiscal do ágio no montante de R\$ 280.034

Enel Brasil Investimentos Sudeste S.A ("Enel Sudeste") - Incorporação do benefício fiscal da mais valia (34% sobre a parcela dedutível) do intangível da concessão no montante de R\$ 1.881.558, oriundo da reorganização societária concluída em 06 de novembro de 2019.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A composição do saldo do benefício fiscal das incorporações é como segue:

	30.06.2020		31.12.2019
	Ágio/Benefício fiscal	Provisão	Valor líquido
AES Elpa			
Saldos oriundos da incorporação	515.570	(340.275)	175.295
Amortização acumulada	(156.913)	103.562	(53.351)
Subtotal	358.657	(236.713)	121.944
Brasília Participações			
Saldos oriundos da incorporação	308.058	(203.319)	104.739
Amortização acumulada	(93.757)	61.879	(31.878)
Subtotal	214.301	(141.440)	72.861
Ene! Sudeste			
Saldos oriundos da incorporação	6.150.317	(4.268.759)	1.881.558
Amortização acumulada	(91.532)	59.993	(31.539)
Subtotal	6.058.785	(4.208.766)	1.850.019
Total do ágio/benefício fiscal de incorporações	6.631.743	(4.586.919)	2.044.824
			2.080.656

Os ativos fiscais diferidos decorrentes das incorporações são realizados mensalmente. Vale ressaltar que tais realizações não impactam o resultado da Companhia, visto que a amortização, a reversão da provisão e o benefício fiscal ocorrem no mesmo momento. Somente há impacto de caixa devido à redução no pagamento do imposto de renda e contribuição social.

9.4 Movimentação dos saldos de tributos e contribuições sociais diferidos:

	30.06.2020
Saldo inicial	4.327.475
Impacto no resultado do semestre	(54.285)
Impacto no patrimônio líquido (Outros resultados abrangentes)	(80.345)
Saldo final	4.192.845

A Companhia estima que os saldos em 30 de junho de 2020, referentes aos impostos diferidos ativos, serão recuperados através de geração de lucros tributáveis futuros, de forma que não é esperada nenhuma perda na realização desses créditos.

10. Contratos de concessão público - privados

Os ativos da infraestrutura relacionados ao contrato de concessão estão segregados entre ativo contratual (infraestrutura em construção), ativo financeiro e ativo intangível. Esta segregação ocorre para distinguir o compromisso de remuneração garantido pelo poder concedente e o compromisso de remuneração pelos consumidores pelo uso da infraestrutura do serviço público.

	Nota	30.06.2020	31.12.2019
Ativo contratual	10.1	702.172	466.563
Ativo financeiro da concessão	10.2	4.692.070	4.532.124
Intangível			
Ativo intangível da concessão	10.3	4.032.212	4.240.506
Total dos contratos de concessão público - privado		9.426.454	9.239.193

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Bens vinculados à concessão

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na produção, transmissão, distribuição e venda de energia elétrica são vinculados a esses serviços, não podendo estes ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Poder Concedente.

10.1 Ativo contratual (infraestrutura em construção)

O ativo contratual (infraestrutura em construção) é o direito à contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos ao cliente. Conforme determinado pelo CPC 47/IFRS15 - Receita de contrato com cliente, os bens vinculados à concessão em construção, registrados sob o escopo do ICPC 01 (R1) - Contratos da Concessão, devem ser classificados como ativo contratual (infraestrutura em construção) pois a Companhia terá o direito de (i) cobrar pelos serviços prestados aos consumidores dos serviços públicos ou (ii) receber dinheiro ou outro ativo financeiro, pela reversão da infraestrutura do serviço público, apenas após a transferência dos bens em construção (ativo contratual) para intangível da concessão.

O ativo contratual (infraestrutura em construção) é reconhecido inicialmente pelo valor justo na data de sua aquisição ou construção, o qual inclui custos de empréstimos capitalizados.

A Companhia agrega, mensalmente, os juros incorridos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures ao custo de construção da infraestrutura, considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) os juros são capitalizados durante a fase de construção da infraestrutura; (b) os juros são capitalizados considerando a taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização; (c) os juros totais capitalizados mensalmente não excedem o valor do total das despesas mensais de juros; e (d) os juros capitalizados são amortizados considerando os mesmos critérios e vida útil determinados para o ativo intangível aos quais foram incorporados. Os juros foram capitalizados (nota explicativa nº 26) a uma taxa média de 4,88% a.a. no semestre findo em 30 de junho de 2020 (7,06% a.a. no semestre findo em 30 de junho de 2019), sobre o ativo contratual (infraestrutura em construção) qualificável.

A movimentação do ativo contratual (infraestrutura em construção) é como segue:

	Nota	Bens em construção	(-) Obrigações especiais	Total do ativo contratual
Saldos em 31 de dezembro de 2019		590.439	(123.876)	466.563
Adições		511.732	(25.062)	486.670
Transferências para intangível da concessão	10.3	(109.329)	5.082	(104.247)
Transferências para o ativo financeiro	10.2	(158.015)	11.201	(146.814)
Saldos em 30 de junho de 2020		834.827	(132.655)	702.172

10.2 Ativo financeiro da concessão

O ativo financeiro indenizável da concessão corresponde à parcela estimada dos investimentos realizados na infraestrutura do serviço público que não será totalmente amortizada até o final da concessão. A Companhia possui o direito incondicional de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do Poder Concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura do serviço público.

A Companhia classifica os saldos do ativo financeiro da concessão como instrumentos financeiros "valor justo por meio de resultado", pois o fluxo de caixa não é caracterizado apenas como principal e

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

juros. O modelo de negócio da Companhia para este ativo é recuperar o investimento realizado, cuja valorização é baseada no valor novo de reposição (VNR), acrescido de correção monetária pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), de acordo com a Base de Remuneração Regulatória (BRR).

A movimentação do ativo financeiro da concessão é como segue:

	Nota	30.06.2020
Saldo inicial		4.532.124
Transferência - ativo contratual (infraestrutura em construção)	10.1	146.814
Baixas	25	(4.053)
Atualização do ativo financeiro da concessão	23	17.185
Saldo final		4.692.070

10.3 Intangível da concessão

Os ativos classificados como intangíveis representam o direito da Companhia de cobrar os consumidores pelo uso da infraestrutura do serviço público ao longo do contrato da concessão.

A composição do saldo de ativos intangíveis é como segue:

<u>Ativo intangível da concessão</u>	30.06.2020	31.12.2019
Ativo intangível - custo	7.816.803	7.760.041
Amortização acumulada	(3.784.591)	(3.519.535)
Total do ativo intangível da concessão	4.032.212	4.240.506

A movimentação do ativo intangível é como segue:

	Nota	Intangível	(-) Obrigações especiais	Ativo intangível - custo	Amortização acumulada	Total do ativo intangível da concessão
Saldos em 31 de dezembro de 2019		8.701.147	(941.106)	7.760.041	(3.519.535)	4.240.506
Adições		2.014	-	2.014	(332.525)	(330.511)
Baixas		(49.499)	-	(49.499)	36.905	(12.594)
Amortização de obrigações especiais		-	-	-	30.564	30.564
Transferências do ativo contratual	10.1	109.329	(5.082)	104.247	-	104.247
Saldos em 30 de junho de 2020		8.762.991	(946.188)	7.816.803	(3.784.591)	4.032.212

11. Ativo e passivo financeiro setorial

A composição, movimentação dos saldos, composição por ciclo tarifário e segregação entre curto e longo prazo estão demonstradas da seguinte forma:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

										Ativo		Passivo		
	Nota	Saldos em 31.12.2019	Diferimentos	Amortização	Recebimento bandeiras tarifárias	Atualização monetária	Saldos em 30.06.2020	Valores em constituição	Valores em amortização	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	
Ativos e passivos financeiros setoriais														
Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela A - CVA		1.551.242	549.726	(744.192)	(98.020)	23.198	1.281.954	259.802	1.022.152	1.435.142	407.975	(427.031)	(134.132)	
Energia Itaipu - custo/variação cambial	11.1	455.850	691.160	-	-	9.603	1.156.613	356.800	799.813	799.813	363.310	-	(6.510)	
		Programa de Incentivo a Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA	13.945	(37.326)	(11.954)	-	(256)	(35.591)	-	(35.591)	-	-	(35.591)	-
		Transporte de energia pela rede básica	92.360	1.376	(33.513)	-	1.524	61.747	(16.256)	78.003	78.003	-	-	(16.256)
		Transporte de energia elétrica - Itaipu	25.644	10.019	(9.658)	-	416	26.421	4.021	22.400	22.400	4.021	-	-
		Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	192.433	167.326	(142.425)	-	5.220	222.554	2.662	219.892	219.892	2.662	-	-
		Custos de Aquisição de Energia	1.160.833	(56.447)	(796.279)	(98.020)	13.050	223.137	(91.897)	315.034	315.034	33.510	(14.041)	(111.366)
		Encargos do Serviço do Sistema - ESS/EER	(389.823)	(226.382)	249.637	-	(6.359)	(372.927)	4.472	(377.399)	-	4.472	(377.399)	-
Demais ativos e passivos financeiros setoriais		(978.593)	26.120	309.330	-	(1.044)	(644.187)	110.387	(754.574)	243.177	159.138	(787.320)	(259.182)	
Neutralidade da Parcela A		34.761	124.971	2.353	-	2.490	164.575	-	164.575	164.575	-	-	-	
Sobrecontratação de energia		(258.568)	180.401	114.082	-	(2.189)	33.726	159.138	(125.412)	-	159.138	(125.412)	-	
Ultrapassagem de demanda e excedente de reativos - 4CRTP		(254.967)	-	36.424	-	-	(218.543)	64.736	(283.279)	-	-	(72.848)	(145.695)	
Ultrapassagem de demanda e excedente de reativos - 5CRTP		(64.736)	(32.126)	-	-	(1.452)	(98.314)	(98.314)	-	-	-	-	(98.314)	
Risco hidrológico		(500.361)	(280.735)	199.229	-	(7.193)	(589.060)	-	(589.060)	-	-	(589.060)	-	
Outros		65.278	33.609	(42.758)	-	7.300	63.429	(15.173)	78.602	78.602	-	-	(15.173)	
Total		572.649	575.846	(434.862)	(98.020)	22.154	637.767	370.189	267.578					
Ativo (passivo) financeiro setorial										1.678.319	567.113	(1.214.351)	(393.314)	

11.1 O aumento no diferimento de energia de Itaipu deve-se basicamente ao aumento da taxa de câmbio (dólar médio), que no semestre findo em 30 de junho de 2020 foi de R\$ 4,63, enquanto que o dólar médio considerado na tarifa foi de R\$ 3,76.

Notas Explicativas

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS**

30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Fornecedores

	Nota	30.06.2020	31.12.2019
CIRCULANTE			
Itaipu		510.341	477.751
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	12.1	107.720	225.573
Suprimento de energia elétrica		461.950	564.198
Suprimento de energia elétrica - partes relacionadas	28.1	3.309	4.176
Energia livre		61.770	60.661
Encargos de uso de rede elétrica		170.499	147.713
Encargos de uso de rede elétrica - partes relacionadas	28.1	1.240	1.363
Total energia		1.316.829	1.481.435
Materiais e serviços		345.000	366.862
Materiais e serviços - partes relacionadas	28.1	47.659	17.622
Total Fornecedores		1.709.488	1.865.919

- 12.1 A redução do saldo a pagar no âmbito da CCEE está principalmente relacionada à melhora do cenário hidrológico, impactando em menor custo com risco hidrológico e custos variáveis das usinas termoeletricas.

13. Tributos a pagar

Outros tributos a pagar:			
CIRCULANTE			
Tributos Federais			
PIS		31.759	17.287
COFINS		146.284	79.626
INSS		25.158	8.926
IRRF		439	565
Outros		13.343	5.335
Subtotal - Federais	13.1	216.983	111.739
Tributos Estaduais			
ICMS		329.226	401.757
Subtotal - Estaduais		329.226	401.757
Tributos Municipais			
ISS		1.505	1.595
Subtotal - Municipais		1.505	1.595
Total - Outros tributos a pagar		547.714	515.091

A Companhia é tributada pelo regime de lucro real com recolhimentos por estimativa mensal, em relação ao Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (IRPJ e CSLL). No semestre findo em 30 de junho de 2020, a Companhia efetuou pagamentos relativos as estimativas de IRPJ e CSLL no montante de R\$ 22.203 e relativos ao imposto de renda retido na fonte (IRRF) no montante de R\$ 6.098.

- 13.1 O aumento dos tributos federais está relacionado com as determinações das Portarias nº 139, de 3 de abril de 2020 e nº 245 de 15 de junho de 2020.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Empréstimos, financiamentos e debêntures

14.1 Os saldos de empréstimos, financiamentos ou debêntures não conversíveis são compostos da seguinte forma:

		30.06.2020							
Vencimento	Taxa efetiva a.a. (%) ⁽ⁱⁱ⁾	Circulante			Não Circulante			Total Circulante + Não Circulante	
		Encargos	Principal	Total	Principal	Custos a amortizar	Total		
Empréstimos e financiamentos:									
Moeda nacional									
FINEP 2 (i) - c.3	2024	TJLP+5,00	90	11.705	11.795	37.587	-	37.587	49.382
Moeda estrangeira									
Tokio 4131 - a.1	2021	Dólar + 1,36	750	176.852	177.602	-	-	-	177.602
Scotiabank 4131 - a.2	2021	Dólar + 1,65	1.162	278.507	279.669	-	-	-	279.669
BNP - a.3	2021	Dólar + 2,96	2.870	471.724	474.594	-	-	-	474.594
Total - Moeda estrangeira			4.782	927.083	931.865	-	-	-	931.865
Total - Empréstimos e financiamentos			4.872	938.788	943.660	37.587	-	37.587	981.247
Debêntures:									
Debêntures - 23ª Emissão (1ª série) - c.2	2021	111,02% do CDI	7.018	-	7.018	704.052	(1.758)	702.294	709.312
Debêntures - 23ª Emissão (2ª série) - c.2	2023	112,85% do CDI	14.270	-	14.270	1.395.948	(5.231)	1.390.717	1.404.987
Debêntures - 24ª Emissão (1ª série) - c.1	2025	100% do CDI+1,16	2.992	-	2.992	700.000	(9.600)	690.400	693.392
Debêntures - 24ª Emissão (2ª série) - c.1	2026	100% do IPCA+5,05%	3.947	-	3.947	813.437	(18.558)	794.879	798.826
Total - Debêntures			28.227	-	28.227	3.613.437	(35.147)	3.578.290	3.606.517
Total da dívida			33.099	938.788	971.887	3.651.024	(35.147)	3.615.877	4.587.764
		31.12.2019							
Vencimento	Taxa efetiva a.a. (%) ⁽ⁱⁱ⁾	Circulante			Não Circulante			Total Circulante + Não Circulante	
		Encargos	Principal	Total	Principal	Custos a amortizar	Total		
Moeda nacional									
Empréstimos e financiamentos:									
FINEP 1 - b.2	2020	4,00	2	1.016	1.018	-	-	-	1.018
FINEP 2 (i) - c.3	2024	TJLP+5,00	126	11.354	11.480	43.539	-	43.539	55.019
Nota Promissória - 6ª emissão - b.1	2020	110,36% do CDI	3.525	215.000	218.386	-	-	-	218.386
Total - Empréstimos e financiamentos			3.653	227.370	230.884	43.539	-	43.539	274.423
Debêntures:									
Debêntures - 23ª Emissão (1ª série) - c.2	2021	111,02% do CDI	11.313	-	11.313	704.052	(2.418)	701.634	712.947
Debêntures - 23ª Emissão (2ª série) - c.2	2023	112,85% do CDI	23.006	-	23.006	1.395.948	(6.034)	1.389.914	1.412.920
Debêntures - 24ª Emissão (1ª série) - c.1	2025	100% do CDI+1,16	4.506	-	4.506	700.000	(10.498)	689.502	694.008
Debêntures - 24ª Emissão (2ª série) - c.1	2026	100% do IPCA+5,05%	3.799	-	3.799	809.061	(19.766)	789.315	793.114
Total - Debêntures			42.624	-	42.624	3.609.081	(38.716)	3.570.365	3.612.989
Total da dívida			46.277	227.370	273.508	3.652.620	(38.716)	3.613.904	3.887.412

(i) FINEP – saldo apresentado líquido das subvenções governamentais. O contrato do FINEP 2 (TJLP+5% a.a.) prevê uma redução (benefício de equalização) de 6% condicionada a adimplência e execução dos projetos.

(ii) A taxa efetiva de juros difere da taxa contratual, pois são considerados os custos de transação incorridos de cada dívida. Os custos de transação incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado do exercício pelo prazo da dívida que os originaram, por meio do método do custo amortizado. A utilização do método do custo amortizado resulta no cálculo e apropriação de encargos financeiros com base na taxa efetiva de juros em vez da taxa de juros contratual do instrumento.

Todos os recursos obtidos com os financiamentos contratados foram destinados à finalidade contratualmente prevista, ou seja, todos respeitaram os limites de utilização contratualmente previstos.

Garantias: A 23ª debênture conta com garantia prestada pela Enel Brasil S.A. Para a FINEP, a Companhia possui 3 cartas de fiança como garantia contratada no montante de R\$ 65.818, com taxa contratual de 0,60%a.a.

Notas Explicativas

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS**

30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

14.2 As principais características dos contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures estão descritas a seguir:**a) Empréstimos, financiamentos e debêntures obtidos durante o semestre findo em 30 de junho de 2020:**

Referência	Descrição	Valor do ingresso em moeda estrangeira	Valor do ingresso em moeda nacional	Data da emissão	Taxa contratual a.a	Pagamentos juros	Amortização	Data da amortização	Finalidade
a.1	TOKIO 4131	US\$ 32.500	R\$ 149.997	março de 2020	Dólar + 1,36% a.a.	Semestral	R\$ 149.997	março de 2021	Reforço de capital de giro
a.2	SCOTIABANK 4131	US\$ 51.181	R\$ 260.000	março de 2020	Dólar + 1,65% a.a.	Semestral	R\$ 260.000	março de 2021	Reforço de capital de giro
a.3	BNP 4131	US\$ 86.688	R\$ 450.000	abril de 2020	Dólar + 2,96% a.a.	Semestral	R\$ 450.000	abril de 2021	Reforço de capital de giro

(a.1) Em 06 de março de 2020 foi contratado um empréstimo em moeda estrangeira com o Bank of Tokyo (MUFG Bank Ltd.), no valor de US\$ 32.500, correspondente ao valor de R\$ 149.997 com desembolso em 10 de março de 2020, com pagamento de juros semestrais e vencimento final em 08 de março de 2021. Em conjunto com a dívida, foi contratado uma operação de derivativo (swap), para troca de indexação de "dólar venda" para CDI, seguindo o mesmo fluxo de vencimentos da dívida contratada.

(a.2) Em 24 de março de 2020 foi contratado um empréstimo em moeda estrangeira com o Scotiabank no valor de US\$ 51.181, correspondente ao valor de R\$ 260.000 com desembolso em 31 de março, com pagamento de juros semestrais a uma taxa fixa de 1,65% a.a. e vencimento final em 31 de março de 2021. Em conjunto com a dívida, foi contratado uma operação de derivativo (swap), para troca de indexação de "dólar venda" para CDI, seguindo o mesmo fluxo de vencimentos da dívida contratada.

(a.3) Em 13 de abril de 2020 foi contratado um empréstimo em moeda estrangeira com o BNP Paribas no valor de US\$ 86.688, correspondente ao valor de R\$ 450.000 com desembolso em 17 de abril de 2020, com pagamento de juros semestrais a uma taxa fixa de 2,96% a.a. e vencimento final em 19 de abril de 2021. Em conjunto com a dívida, foi contratado uma operação de derivativo (swap), para troca de indexação de "dólar venda" para CDI, seguindo o mesmo fluxo de vencimentos da dívida contratada.

b) Empréstimos, financiamentos e debêntures obtidos em exercícios anteriores e liquidados durante o semestre findo em 30 de junho de 2020:

Referência	Descrição	Valor do ingresso	Data da emissão	Taxa contratual a.a	Pagamentos juros	Amortização	Data da amortização	Finalidade
b.1	NOTAS PROMISSÓRIAS 6 EMISSÃO	R\$ 215.000	setembro de 2019	104% do CDI	Única	R\$ 215.000	março de 2020	Reforço de capital de giro
b.2	FINEP - 1º Protocolo	R\$ 37.096	março de 2012	4,0%	Mensal	Mensal(a partir de fevereiro de 2014)	fevereiro de 2020	Financiamento de projetos de inovação

c) Empréstimos, financiamentos e debêntures obtidos em exercícios anteriores e vigentes em 30 de junho de 2020:

Referência	Descrição	Valor do ingresso	Data da emissão ou repactuação	Taxa contratual a.a	Pagamentos juros	Amortização	Data da amortização	Finalidade
c.1	24ª Emissão (1ª Série)	R\$ 700.000	junho de 2019	CDI + 0,80%	Semestral	R\$ 350.000	maio de 2024	Alongamento do perfil de endividamento e investimento em projetos de expansão, renovação ou melhoria no sistema de Distribuição de
	24ª Emissão (2ª Série)	R\$ 800.000	junho de 2019	IPCA + 4,0134%	Semestral	R\$ 800.000	maio de 2026	
c.2	23ª EMISSÃO (1ª série)	R\$ 704.052	setembro de 2018	108,25% do CDI	Semestral	R\$ 704.052	setembro de 2021	Refinanciamento do passivo e pré pagamento de dívidas
	23ª EMISSÃO - (2ª série)	R\$ 1.395.948	setembro de 2018	111% do CDI	Semestral	R\$ 697.974 R\$ 697.974	setembro de 2022 setembro de 2023	
c.3	FINEP - 2º Protocolo	R\$ 55.301	agosto de 2014	TJLP - 1%	Mensal	Mensal (a partir de abril de 2017)	abril de 2024	Financiamento de desenvolvimento de projetos
	FINEP - 2º Protocolo (3ª liberação)	R\$ 41.448	novembro de 2017	TJLP - 1%	Mensal	Mensal	abril de 2024	

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

14.3 Os valores relativos ao principal e custos a amortizar apresentam a seguinte composição de indexadores:

	30.06.2020		31.12.2019	
	R\$	%	R\$	%
Moeda nacional				
CDI	2.783.411	61,11	2.995.912	78,00
TJLP	49.292	1,08	54.893	1,43
Taxa fixa	-	-	1.016	0,03
IPCA	794.879	17,46	789.314	20,54
Moeda estrangeira				
Dólar	927.083	20,35	-	-
Total	4.554.665	100,00	3.841.135	100,00

14.4 Em 30 de junho de 2020, as parcelas relativas ao principal dos empréstimos, financiamentos e debêntures e o custo de transação a amortizar, atualmente classificados no passivo não circulante, têm os seguintes vencimentos:

	Empréstimos e financiamentos	Debêntures	Custos a amortizar	Total
2021	6.119	704.052	(6.912)	703.259
2022	12.871	697.974	(11.378)	699.467
2023	13.781	697.974	(6.186)	705.569
2024	4.816	350.000	(5.100)	349.716
2025	-	350.000	(4.172)	345.828
2026 em diante	-	813.437	(1.399)	812.038
	37.587	3.613.437	(35.147)	3.615.877

14.5 Os indexadores utilizados para atualização dos empréstimos, financiamentos e debêntures tiveram a seguinte variação:

	30.06.2020
	%
CDI (*)	2,15
SELIC (*)	2,15
TJLP (*)	4,94
IPCA (**)	0,10
Dólar (*)	5,48

(*) Índice do último dia do semestre.

(**) Índice acumulado no semestre findo em 30 de junho de 2020.

14.6 Movimentações dos empréstimos, financiamentos e debêntures:

	Saldo inicial 31.12.2019	Ingressos	Encargos financeiros	Variação monetária	Variação cambial	Pagamentos principal	Pagamentos encargos financeiros	Amortização custos de transação	Outras movimentações	Saldo final 30.06.2020
Empréstimos e financiamentos:										
FINEP	56.037	-	1.194	-	-	(8.329)	(1.232)	-	1.712	49.382
Notas promissórias - 6ª emissão	218.386	-	1.750	-	-	(215.000)	(5.275)	139	-	-
Tokio Bank	-	149.997	738	-	26.867	-	-	-	-	177.602
SCOTIABANK	-	260.000	1.153	-	18.516	-	-	-	-	279.669
BNP	-	450.000	2.848	-	21.746	-	-	-	-	474.594
Total - Empréstimos e financiamentos	274.423	859.997	7.683	-	67.129	(223.329)	(6.507)	139	1.712	981.247
Debêntures:										
Debêntures - 23ª emissão	2.125.867	-	40.914	-	-	-	(53.945)	1.463	-	2.114.299
Debêntures - 24ª emissão	1.487.122	-	31.027	4.356	-	-	(32.393)	2.106	-	1.492.218
Total - Debêntures	3.612.989	-	71.941	4.356	-	-	(86.338)	3.569	-	3.606.517
Total da dívida	3.887.412	859.997	79.624	4.356	67.129	(223.329)	(92.845)	3.708	1.712	4.587.764

Notas Explicativas

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS**

30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

14.7 Conciliação da movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures resultantes das atividades de financiamento do Fluxo de Caixa:

No semestre findo em 30 de junho de 2020, não há diferença entre a movimentação de empréstimos, financiamentos e debêntures da nota explicativa nº 14.6 (ingressos, pagamentos de principal e diferimento de custos de transação) e a atividade de financiamento do fluxo de caixa.

14.8 Compromissos financeiros – Cláusulas restritivas (Covenants)

Como forma de monitoramento da situação financeira da Companhia pelos credores envolvidos em contratos financeiros, são utilizadas cláusulas financeiras restritivas (*covenants*) em alguns contratos de dívida.

A Administração da Companhia mantém o acompanhamento do seguinte índice financeiro:

- (i) Capacidade de endividamento: mede o nível de endividamento líquido^(*) em relação ao LAJIDA (*EBITDA*) ajustado^(**) dos últimos 12 meses. Conforme definido no contrato, este índice não poderá ser superior a 3,5 vezes.

- (*) Endividamento Líquido: Significa a Dívida do Mutuário e de suas Subsidiárias em uma base consolidada, de acordo com o último trimestre fiscal menos caixa e equivalentes e títulos negociáveis registrados como ativo circulante, conforme determinado de acordo com o IFRS.

- (**) LAJIDA (*EBITDA*) ajustado – Significa a soma dos últimos 12 (doze) meses: (i) Lucro antes do resultado financeiro; (ii) depreciação e amortização; (iii) despesas com uma entidade de previdência privada classificada na conta "Custo Operacional"; (iv) ajustes de ativos e despesas regulatórios (positivos e negativos no resultado), desde que não incluídas no resultado operacional acima; (v) provisão para contingências; (vi) provisão para devedores duvidosos; (vii) baixas de valores mobiliários incobráveis; e (viii) impairment de ativos e direitos.

Em 30 de junho de 2020, a Companhia estava em cumprimento dos termos dos *covenants*. O não cumprimento dos índices acima, por dois trimestres consecutivos, implica na possibilidade de antecipação do vencimento da dívida. Adicionalmente, a Companhia também acompanha outras cláusulas restritivas (*covenants* qualitativos), as quais em 30 de junho de 2020 foram atendidas.

15. Obrigações por arrendamento – CPC 06 (R2)/IFRS 16

Os saldos em 30 de junho de 2020 das obrigações por arrendamentos são demonstrados como segue:

	30.06.2020	31.12.2019	Vencimento	Média ponderada de meses remanescentes	Tipo de Amortização	Encargos Financeiros
Obrigações por arrendamento						
CPC 06 / IAS 17:						
Veículos e outros meios de transporte	119.423	128.603	31/03/2027	59,18	Mensal	de 4,65% a.a até 9,45% a.a
Ativos de tecnologia	12.529	16.248	31/05/2022	23,00	Mensal	6,57% a.a
Imóveis	5.463	6.101	01/11/2023	41,00	Mensal	13,39% a.a
CPC 06 (R2) / IFRS 16:						
Terrenos	5.224	5.538	01/01/2024	41,19	Mensal	de 7,82% a.a até 10,32% a.a
Imóveis	79.754	84.532	19/01/2027	67,21	Mensal	de 2,42% a.a até 11,25% a.a
Veículos e outros meios de transporte	-	90	31/05/2020	-	Mensal	8,97% a.a
Ativos de tecnologia	13.044	20.770	28/02/2021	7,73	Mensal	de 8,93% a.a até 8,97% a.a
Total - Obrigação por arrendamento	235.437	261.882				
Circulante	64.530	69.848				
Não circulante	170.907	192.034				
	235.437	261.882				

Notas Explicativas

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS**

30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 30 de junho de 2020, as parcelas relativas as obrigações por arrendamento no passivo circulante e não circulante, têm os seguintes vencimentos:

	CPC 06 (R2) / IFRS 16		CPC 06 / IAS 17		TOTAL		Total
	Principal	Juros	Principal	Juros	Principal	Juros	
2021 - 2022	20.228	(5.917)	34.204	(8.077)	54.432	(13.994)	40.438
2022 - 2023	18.026	(4.675)	27.827	(6.028)	45.853	(10.703)	35.150
2023 - 2024	14.695	(3.482)	19.108	(4.371)	33.803	(7.853)	25.950
2024 - 2025	12.958	(2.436)	18.436	(3.023)	31.394	(5.459)	25.935
2025 em diante	20.102	(1.569)	26.672	(1.771)	46.774	(3.340)	43.434
	86.009	(18.079)	126.247	(23.270)	212.256	(41.349)	170.907

A seguir é demonstrada a movimentação dos ativos de direito de uso (imobilizado arrendado) e das obrigações por arrendamentos:

<u>Ativo de direito de uso (Imobilizado arrendado):</u>	Saldo inicial 31.12.2019	Remensuração	Amortizações	Saldo final 30.06.2020
CPC 06 / IAS 17:				
Imóveis	4.377	-	(571)	3.806
Ativos de tecnologia	13.769	-	(2.849)	10.920
Veículos e outros meios de transporte	109.412	-	(10.317)	99.095
CPC 06 (R2) / IFRS 16:				
Terrenos	5.301	33	(684)	4.650
Imóveis	79.113	1.701	(7.847)	72.967
Veículos e outros meios de transporte	86	-	(86)	-
Ativos de tecnologia	18.748	-	(8.248)	10.500
Total - Ativo de direito de uso (Imobilizado arrendado)	230.806	1.734	(30.602)	201.938

Obrigações por arrendamentos:

	CPC 06 (R2) / IFRS 16	CPC 06 / IAS 17	TOTAL
Saldo em 31 de dezembro de 2019	110.930	150.952	261.882
Remensuração	1.734	-	1.734
Amortizações	(19.437)	(19.367)	(38.804)
Encargos provisionados	4.796	5.829	10.625
Saldo em 30 de junho de 2020	98.023	137.414	235.437

16. Obrigações com benefícios pós-emprego

A Companhia patrocina planos de benefícios suplementares de aposentadoria e pensão para seus empregados e ex-empregados e respectivos beneficiários. Está previsto em seu acordo coletivo o programa de incentivo à aposentadoria (PIA), cujo benefício é o pagamento da multa do FGTS na aposentadoria para os colaboradores elegíveis que aderirem ao programa.

O total de obrigações com benefícios pós-emprego está demonstrado a seguir:

	30.06.2020	31.12.2019
<u>Previdência privada</u>		
Obrigações registradas com previdência privada	5.526.485	5.868.638
<u>FGTS PIA (multa FGTS na aposentadoria)</u>		
Obrigações registradas com pagamento da multa do FGTS na aposentadoria	130.312	126.143
Total obrigações com benefícios pós-emprego	5.656.797	5.994.781
Circulante	11.629	12.358
Não circulante	5.645.168	5.982.423
Total	5.656.797	5.994.781

Notas Explicativas

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS**

30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

16.1 Plano de benefícios suplementares de aposentadoria e pensão

Em 13 de abril de 2020 (com vigência a partir de maio de 2020) foi aprovada a alteração regulamentar para o encerramento das contribuições previdenciárias de participantes e patrocinadora nos planos de Benefício Definido - BD e de Contribuição Definida- CD, exceto as destinadas à taxa de administração e amortização de eventual déficit. Adicionalmente, foi aprovado junto ao órgão regulador (PREVIC), a abertura de novo plano CD, exclusivo para adesão dos colaboradores que efetuavam contribuições nesses planos.

16.1.1 Contratos com a FUNCESP

A Companhia com o objetivo de equacionar o déficit atuarial e diminuir o risco de futuros déficits formalizou instrumentos jurídicos com a FUNCESP a partir de 1997, na forma de contratos de confissão de dívida e contrato de ajustes de reserva matemática. Esses contratos fazem parte do passivo atuarial determinado pelos atuários independentes, e possuem cláusulas variáveis:

<u>Previdência Privada</u>	30.06.2020	31.12.2019
<u>Empréstimos e financiamentos:</u>		
Confissão de dívida IIa	463.639	433.234
Confissão de dívida IIb	240.658	224.876
Contrato de ajustes de reserva matemática	2.969.688	2.928.662
Total dos contratos	3.673.985	3.586.772
Diferença entre premissas	1.852.500	2.281.866
Total registrado	5.526.485	5.868.638

Detalhes dos contratos com a FUNCESP podem ser verificados na nota explicativa 16.1.1 das demonstrações contábeis relativas ao exercício findo de 31 de dezembro de 2019.

16.2 Informações relevantes dos benefícios pós-emprego

Conforme previsto no CPC 33 (R1) e IAS 19 (R), a avaliação atuarial é permitida em períodos intermediários, para refletir a ocorrência de mudanças significativas em condições de mercado, as quais estão principalmente relacionadas a pandemia (COVID-19), e seus impactos econômico-financeiros – vide nota explicativa nº 1.1. Dessa forma, a Companhia procedeu a atualização dos passivos, realizada por atuário independente para o semestre findo em 30 de junho de 2020, para refletir a mudança significativa das condições de mercado, especificamente da variação da taxa de juros (taxa de desconto) e atualização dos patrimônios dos planos de aposentadoria. Todavia, conforme requerido pelo CPC 33(R1) e IAS 19(R), ao final do exercício a Companhia irá proceder ao cálculo atuarial anual completo, no qual revisará todas as premissas e bases cadastrais para aquela data.

A atualização da taxa de desconto e dos patrimônios, realizada no semestre findo em 30 de junho de 2020, ocasionou uma redução de R\$ 230.515 no passivo atuarial em contrapartida a outros resultados abrangentes, no patrimônio líquido.

(a) Ativos e passivos atuariais

	30.06.2020
<u>Obrigações com benefícios pós-emprego</u>	
Valor presente das obrigações atuariais	14.560.544
Valor justo dos ativos do plano	(8.903.747)
Obrigações registrada com benefícios pós-emprego	5.656.797

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

(b) Movimentação do valor presente das obrigações atuariais:

	30.06.2020
Valor presente das obrigações atuariais no início do período	15.221.631
Custo dos serviços correntes	16.920
Custo dos juros	536.334
Benefícios pagos	(540.746)
Contribuições dos empregados	2.068
Ganho atuarial gerado pela taxa de desconto	(675.663)
Valor presente das obrigações atuariais no final do período	14.560.544

(c) Movimentação do valor justo dos ativos do plano:

	Nota	30.06.2020
Valor dos ativos do plano no início do período		9.226.851
Contribuição do empregador		331.001
Contribuições dos empregados		2.068
Benefícios pagos		(540.746)
Rendimento esperado dos ativos do plano		329.721
Perda atuarial gerada pelo rendimento efetivo dos ativos do plano	(c.1)	(445.148)
Valor justo dos ativos do plano no final do período		8.903.747

(c.1) A queda no rendimento dos ativos está basicamente atrelada ao cenário econômico (pandemia covid-19), que afetou negativamente o rendimento dos ativos do plano, ficando abaixo da meta atuarial do período

(d) A movimentação contábil do passivo registrado é como segue:

	30.06.2020
Saldo inicial	5.994.781
Custo dos serviços correntes conforme laudo atuarial - BD	12.824
Custo dos serviços correntes conforme laudo atuarial - FGTS	4.099
Juros líquidos conforme laudo atuarial	206.609
Pagamento de contribuições BD e FGTS	(331.001)
Ajuste de avaliação atuarial	(230.515)
Saldo final	5.656.797

(e) Despesas reconhecidas no resultado dos trimestres e semestres:

	01.04.2020 a 30.06.2020	01.01.2020 a 30.06.2020	01.04.2019 a 30.06.2019	01.01.2019 a 30.06.2019
Custo dos serviços correntes conforme laudo atuarial - BD	6.413	12.824	5.508	11.017
Capitalização para infraestrutura em construção	(349)	(1.687)	(450)	(559)
Outras contribuições - contribuição definida	1.547	2.660	2.210	2.465
Despesas nos trimestres e semestres com entidade de previdência privada	7.611	13.797	7.268	12.923
Custo dos serviços correntes conforme laudo atuarial - FGTS	2.049	4.099	1.789	3.577
Despesas nos trimestres e semestres com benefícios pós-emprego	9.660	17.896	9.057	16.500
Custo dos juros das obrigações com benefícios pós-emprego	263.835	532.002	269.016	538.032
Rendimento esperado dos ativos do plano	(160.531)	(325.393)	(190.242)	(375.958)
Total dos juros (líquidos) de benefícios pós-emprego conforme laudo atuarial	103.304	206.609	78.774	162.074
Total das despesas nos trimestres e semestres	110.915	220.406	86.042	174.997

Notas Explicativas

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS**

30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

(f) Movimentações das remensurações atuariais reconhecidas em outros resultados abrangentes (ajuste de avaliação atuarial)

	30.06.2020
Saldo no início do período	(4.637.553)
Ganho atuarial gerado pela taxa de desconto	675.663
Perda atuarial gerada pelo rendimento efetivo dos ativos do plano	(445.148)
Saldo no final do período	(4.407.038)

Em 30 de junho de 2020, as taxas de desconto nominal utilizadas para a obrigação atuarial com benefício definido e FGTS foram de 7,80% e 7,59% respectivamente. Em 31 de dezembro de 2019 essas taxas eram de 7,33% e 7,22 para benefício definido e FGTS, respectivamente.

As demais premissas atuariais (econômicas, demográficas e expectativa de vida) utilizadas na avaliação atuarial anual, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, não sofreram alteração.

17. Provisões para processos judiciais e outros

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos envolvendo questões trabalhistas, cíveis, tributárias, ambientais, regulatórias e outros assuntos.

Provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente (formalizada ou não formalizada) como resultado de evento passado, é provável que será necessária uma saída de recursos econômicos para liquidar a obrigação, e possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

Depósitos Vinculados: A Companhia classifica os saldos de depósitos vinculados como instrumentos financeiros "custo amortizado", pois o modelo de negócio da Companhia, tem o objetivo coletar os fluxos de caixa de principal e juros. Esses recebíveis não têm componentes financeiros significativos (juros) incluídos no fluxo de caixa do ativo, sendo corrigidos pela TR (taxa referencial) mais juros entre 3% a 6% ao ano (processos trabalhistas), pela taxa Selic (processos fiscais), pelo IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA) ou pelo índice da Tabela Prática do Tribunal de Justiça de São Paulo (processos cíveis). Pela natureza deste ativo, a Companhia não pode realizar o resgate, venda, desconto em instituições financeiras ou securitização.

Os cauções e depósitos vinculados, estão depositados em instituições que a Companhia avalia de baixo risco. Não há histórico de perda de ativos financeiros nas instituições para os quais a Companhia possui cauções e depósitos vinculados. Desse modo, no semestre findo em 30 de junho de 2020 não foi registrada nenhuma perda esperada associada aos ativos sob a rubrica cauções e depósitos judiciais, e os mesmos são objeto de monitoramento contínuo pela Companhia.

Depósitos por tipo de prognóstico de perda	30.06.2020	31.12.2019
Depósitos judiciais - processos prováveis	309.257	322.667
Depósitos judiciais - processos possíveis	521.227	439.084
Depósitos judiciais - processos remotos	46.939	47.118
	877.423	808.869

A variação de depósitos vinculados de processos possíveis está relacionada a execução fiscal visando à cobrança de multa de ofício, relativa à COFINS processo que após decisão desfavorável de 1ª instância e, para manter o débito suspenso, a Companhia teve que substituir a fiança bancária por depósito em dinheiro em 13 de fevereiro de 2020. Para maiores detalhes, vide nota explicativa nº 17.2 (b.1).

Cartas de fiança, seguros garantia: Em 30 de junho de 2020, a Companhia possui cartas de fiança e seguros garantia para processos judiciais conforme relação a seguir:

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Natureza	Quantidade	Valor	Taxa a.a.
Fiscal	67	2.027.541	1,00% a 3,00%
Cível	55	346.858	0,20% a 2,35%
Trabalhista	179	244.874	0,20% a 2,35%
Regulatório	9	249.650	0,20% a 1,75%

17.1 Provisões relacionadas a processos com probabilidade de perda classificada como provável

As provisões para processos judiciais e outros e respectivos depósitos judiciais estão compostas da seguinte forma:

	Passivo					Ativo		
	Saldo inicial 31.12.2019	Ingressos	Atualizações	Pagamentos	Reversões	Saldo final 30.06.2020	Depósitos vinculados 30.06.2020	Depósitos vinculados 31.12.2019
Processos trabalhistas (a)	334.661	37.725	9.013	(29.136)	(16.071)	336.192	155.883	180.251
Processos cíveis (b)	246.768	33.243	10.469	(20.868)	(23.913)	245.699	6.643	8.240
Processos regulatórios (c)	119.999	10.764	2.502	-	-	133.265	-	-
Processos fiscais (d)								
PIS/COFINS sobre receitas financeiras (d.1)	129.805	5.947	2.113	-	-	137.865	146.172	133.068
IRPJ e CSLL sobre juros moratórios (d.2)	70.300	-	667	-	-	70.967	-	-
Outros processos fiscais (d.3)	5.355	349	88	(424)	(1.614)	3.754	559	1.108
Processos ambientais (e)	4.565	1.071	85	(1.095)	-	4.626	-	-
Outros processos	10.639	156	4	(156)	-	10.643	-	-
Total	922.092	89.255	24.941	(51.679)	(41.598)	943.011	309.257	322.667
Circulante	348.486					291.232		
Não circulante	573.606					651.779		
Total	922.092					943.011		

As estimativas de encerramento das discussões judiciais, divulgadas nos itens a seguir, podem não ser realizadas nos períodos estimados devido ao andamento futuro dos processos.

a) Processos trabalhistas:

A Companhia está envolvida em 4.063 processos, sendo 3.697 processos demandados por empregados e ex-empregados próprios e terceirizados, 21 processos de natureza previdenciária e 345 ações de complementação de aposentadoria que tramitam na Justiça Comum (4.054 processos, sendo 3.525 de natureza trabalhista demandados por empregados e ex-empregados próprios e terceirizados, 20 processos de natureza previdenciária e 409 ações de complementação de aposentadoria que tramitam na Justiça Comum em 31 de dezembro de 2019) pelos quais são pleiteados equiparação salarial, horas extras, adicional de periculosidade, complementação de aposentadoria entre outros. A Companhia mantém provisão para 858 processos (838 em 31 de dezembro de 2019).

A Administração da Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos, estima que os atuais processos serão concluídos entre 2020 e 2025.

b) Processos cíveis:

A Companhia está envolvida em processos cíveis relacionados a (i) autos de Infração lavrados pelo Procon/SP em virtude de supostas violações ao Código de Defesa do Consumidor; (ii) processos relacionados a multas de trânsito; (iii) multas posturais por supostas irregularidades relacionadas à sua operação, ajuizadas pelas municipalidades de sua área de concessão; e (iv) outros processos cíveis de natureza geral e especial, envolvendo ações consumeristas, vinculadas ao contrato de fornecimento de energia elétrica, ações indenizatórias decorrentes de acidentes na rede elétrica e de danos em geral, questões imobiliárias, ações com agentes governamentais, questionamentos envolvendo plano cruzado, relacionamento comercial da Companhia com outras empresas privadas e/ou concessionárias de serviços públicos bem como ações envolvendo agentes fiscalizadores, organizações não governamentais e/ou o Ministério Público, dentre outros.

Notas Explicativas

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS**

30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

c) Processos regulatórios:

A Companhia possui 9 autos de infração (8 em 31 de dezembro de 2019) relacionados à supostas não conformidades, sendo 5 discutidos no âmbito administrativo junto à ANEEL e 4 no âmbito judicial.

c.1) Processos regulatórios em fase judicial:

Auto de Infração	Data de Recebimento	Natureza	Última Decisão	Provável	Possível
nº 0063/2017	Novembro de 2017	Indicadores de continuidade individuais e coletivos (ano 2012)	Junho 2020 - Desfavorável	20.010	4.370
nº 0015/TN170	Maio de 2000	Inclusão de valores do poder público na provisão de créditos de liquidação duvidosa - PCLD	Julho de 2012 - Desfavorável em 2ª instância	23.372	-
nº 0014/2015	Setembro de 2015	Indicadores de continuidade individuais e coletivos (ano 2014)	Outubro de 2019 - Desfavorável em 1ª instância	3.627	31.302
nº 0010/2016	Janeiro de 2016	Indicadores de continuidade individuais e coletivos (ano 2013)	Aguardando decisão	17.681	50.757
Total				64.690	86.429

A Companhia mantém contratada carta fiança para o auto 015/TN170, e seguro garantia para os autos 014/2015 e 001/2016. A Administração da Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos, estima que os autos serão concluídos até 2025.

Com relação ao AI nº 0063/2017, em despacho emitido em 31 de março de 2020, a Aneel decidiu por não dar provimento ao recurso administrativo interposto pela Companhia e manteve a aplicação de multa avaliada em R\$ 20.010. A Companhia ajuizou ação, buscando suspender a exigibilidade das penalidades aplicadas e determinações decorrentes.

O montante de R\$ 86.429 é classificado como probabilidade de perda possível, consequentemente nenhuma provisão foi constituída.

c.2) Processos regulatórios em fase administrativa:

Auto de Infração	Data de Recebimento	Natureza	Última Decisão	Provável	Possível
nº 0064/2017	Novembro de 2017	Indicadores de continuidade individuais e coletivos (ano 2015)	Novembro 2018 - Favorável Parcial em 1ª instância	21.159	3.386
nº 1008/2018	Dezembro de 2018	Irregularidade do tratamento as manifestações de consumidores por meio de centrais de teleatendimento e ouvidoria.	Aguardando decisão	21.484	18.650
nº 0006/2019	Agosto de 2019	Verificação de cumprimento de determinação no processo de Nível de Tensão 2009 e 2010	Aguardando decisão	3.031	-
nº 0010/2019	Novembro de 2019	Ineficiência na identificação da gravidade e extensão de danos causados aos consumidores, provocado por curto circuito de longa duração.	Aguardando decisão	11.408	2.406
nº 0001/2020	Março de 2020	Ineficiência na identificação da gravidade e extensão de danos causados a linha de transmissão aérea, envolvendo uma queda do pinheiro na linha entre as subestações sul e bandeirantes.	Aguardando decisão	10.880	2.749
Outros				611	-
Total				68.572	27.191

A Administração da Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos, estima que os autos serão concluídos em até 2 anos.

O montante de R\$ 27.191 é classificado como probabilidade de perda possível, consequentemente nenhuma provisão foi constituída.

d) Processos fiscais:

d.1) PIS/COFINS sobre receitas financeiras: A Companhia discute judicialmente os efeitos do Decreto nº 8.426/2015, que trata da tributação de PIS/COFINS sobre receitas financeiras. Foram proferidas decisões desfavoráveis em 1ª e 2ª instâncias e a Companhia interpôs recursos especial e extraordinário, que permanecem sobrestados até o julgamento de recurso representativo da controvérsia pelo Supremo Tribunal Federal – STF. A decisão proferida pelo STF, será replicada em todos os processos de mesma matéria, no território nacional. Baseado na opinião de seus assessores jurídicos, estima-se que esse processo será concluído até 2022. Para obter a suspensão da exigibilidade do débito, a Companhia, mensalmente, deposita em juízo o valor em discussão.

d.2) IRPJ e CSLL sobre juros moratórios: A Companhia discute judicialmente a incidência de IRPJ e CSLL sobre receitas auferidas a título de juros moratórios, em razão do atraso no adimplemento de

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

obrigações contratuais por terceiros. Em março de 2012, foi proferida decisão favorável em 1ª instância e aguarda-se julgamento em 2ª instância do recurso apresentado pela Fazenda Nacional. Com base na opinião de seus assessores jurídicos, estima-se que esse processo será concluído nos próximos 5 anos. Os débitos em discussão estão suspensos, em razão de liminar concedida pelo Juiz de 1ª instância.

d.3) Outros processos fiscais: Processos fiscais de natureza geral, dentre os quais se destacam os casos de IPTU e taxas, principalmente de fiscalização e funcionamento de estabelecimentos. Nesses casos, as suspensões das exigibilidades dos débitos foram obtidas por meio de depósitos judiciais e oferecimento de garantias – fianças e seguros.

e) Processos ambientais:

Os órgãos ambientais de São Paulo acompanham atividades de gerenciamento ambiental de alguns imóveis da Companhia, por meio de processos administrativos próprios, levando a Companhia, com base em estudos técnicos, a reconhecer provisões para os valores das demandas que são passíveis de quantificação. Dentre esses processos, destacam-se as demandas relacionadas a solo e água subterrânea as quais, em sua maioria, encontram-se em fase de monitoramento para encerramento perante os órgãos ambientais, tais como as Estações transformadoras de distribuição e alguns imóveis, bem como o processo judicial Represa de Guarapiranga descrito a seguir:

e.1) Represa Guarapiranga: Em setembro de 1996, o Ministério Público do Estado de São Paulo (MP) moveu ação civil pública em face da Companhia e da Associação Desportiva Cultural visando à reparação de supostos danos ambientais que teriam sido ocasionados pela construção de um clube esportivo e recreativo às margens da Represa de Guarapiranga. A ação foi julgada procedente condenando as rés, solidariamente, ao cumprimento das seguintes obrigações de fazer: (i) regularização de construções em áreas denominadas de "segunda categoria" e, (ii) demolição total das obras e construções situadas na área denominada de "primeira categoria", com o plantio de árvores em lugares determinados em perícia. A decisão determina ainda o pagamento de indenização ou, alternativamente, a implantação de um projeto ambiental. A decisão de mérito desfavorável à Companhia transitou em julgado em 10 de agosto de 2012. Em janeiro de 2013 o processo retornou à 1ª instância e teve início a execução. A Companhia segue em tratativas com o Ministério Público, a Secretaria do Meio Ambiente – SMA e o Departamento de Parques e Áreas Verdes para a implementação de um projeto ambiental (restauração ecológica) nos Parques Municipais Jaceguava e Itaim.

17.2 Processos com probabilidade de perda classificada como possível

A Companhia está envolvida em outros processos cuja probabilidade de perda está avaliada como possível e, por esse motivo, nenhuma provisão sobre eles foi constituída. A avaliação dessa probabilidade está embasada em relatórios preparados por consultores jurídicos internos e externos da Companhia.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

O total estimado de processos cuja probabilidade foi classificada como possível é de:

	Valor estimado da contingência	
	30.06.2020	31.12.2019
Processos cíveis (a)	536.978	504.253
Processos cíveis diversos	536.978	504.253
Enquadramento de consumidores - ação civil pública	Não determinado	Não determinado
Revisão tarifária - exclusão de valores - contratos bilaterais	Não determinado	Não determinado
Revisão tarifária - inclusão benefício fiscal	Não determinado	Não determinado
Uso da faixa de domínio de rodovias	Não determinado	Não determinado
Ação civil pública - contas vencidas - 90 dias	Não determinado	Não determinado
Ação indenizatória - Shopping Balneário de Santos	Não determinado	Não determinado
Ação civil pública - Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor - IDEC	Não determinado	Não determinado
(a.1) Arbitragem Neoenergia	Não determinado	Não determinado
Processos regulatórios	1.421.816	1.372.736
Devolução tarifária - Base Blindada	927.003	888.028
Ação Anulatória - AI 122/2012 - Base de Remuneração Regulatória (BRR)	185.401	183.523
Autos de Infração - Indicadores de continuidade	97.016	95.793
Ação Anulatória - AI 008/2012 - Ativo imobilizado em serviço (AIS/2010)	91.917	91.013
Autuações PCLD - Provisão para créditos de liquidação duvidosa	73.610	70.707
Outros processos regulatórios	46.869	43.672
Processos fiscais (b)	2.575.779	2.538.931
CSLL - base negativa	152.978	151.836
Execuções fiscais municipais - diversas	89.834	92.675
PIS - Estatuto da decadência	242.985	241.884
COFINS - anistia	161.984	161.329
(b.1) COFINS - Multa de Ofício	70.786	70.786
Autos de infração de ICMS - Estornos de débitos	139.479	153.174
Plano Suplementar de Aposentadoria e Pensão	172.690	171.544
PIS - Decretos-Lei nos 2.445/1988 e 2.449/1988	657.075	653.098
FINSOCIAL	225.316	223.272
PIS - Compensações Decretos (Créditos Remanescentes)	158.490	156.866
Autos de infração de ICMS - Ativo imobilizado	127.623	126.030
Contribuição para o custeio da iluminação pública - COSIP - São Paulo/SP - 2011 a 2015	137.617	130.586
Multa Isolada - PIS Compensações - Créditos Remanescentes	46.075	45.263
Autos de infração de PIS/COFINS - Glosa de créditos	82.730	81.567
(b.2) Débitos de IUEE - Imposto único sobre energia elétrica	41.263	-
Outros processos fiscais	68.854	79.021
Processos trabalhistas (c)	968.286	1.092.109
Ação Civil Pública - Terceirização	Não determinado	Não determinado
Ações de periculosidade - Sede barueri	125.509	117.142
(c.1) Recolhimentos do FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço	95.809	94.898
Notificação Fiscal de Lançamento de Débitos (NFLDs) - execuções fiscais	63.832	53.042
Contribuição Previdenciária - SAT	43.469	44.013
Outros processos trabalhistas	639.667	783.014

Os processos não detalhados nas presentes informações contábeis intermediárias não tiveram alterações relevantes, exceto às regulares atualizações de valores. As descrições e históricos detalhados podem ser verificados na nota explicativa nº 17.2 das demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

(a) Processos cíveis:

- (a.1) **Arbitragem Neoenergia:** Trata-se de arbitragem proposta pela Neoenergia em face da Companhia perante a Câmara de Arbitragem do Mercado - CAM com base no Acordo de Investimento celebrado entre a Companhia e a Neoenergia em 16 de abril de 2018. Em 21 de fevereiro de 2020, foi proferida decisão favorável à Companhia, negando todos os pedidos formulados pela Neoenergia. Esse caso é tratado sob confidencialidade, razão pela qual a Companhia limitou-se em divulgar as informações acima descritas.

Notas Explicativas

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS**

30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

(b) Processos fiscais:

(b.1) COFINS – Multa de ofício: Trata-se de Execução Fiscal visando à cobrança de multa de ofício, relativa à COFINS, no período de abril de 1992 a março de 1993, quitada por meio de programa de parcelamento (anistia fiscal instituída pela MP nº 2.158/1999). Em junho de 2018, a Companhia opôs Embargos à Execução, julgados improcedentes em 1ª instância, uma vez que o Juiz entendeu que a anistia fiscal instituída pela MP nº 2.158/1999 não previa descontos para multas de ofício, apenas juros e multa de mora. Em abril de 2019, a Companhia interpôs recurso de apelação, que aguarda julgamento. A multa de ofício não sofre atualização. Após decisão desfavorável de 1ª instância e, para manter o débito suspenso, a Companhia teve que substituir a fiança bancária por depósito em dinheiro em 13 de fevereiro de 2020.

(b.2) Débitos de IUEE - Trata-se de início de execução de sentença decorrente de Medida Judicial que se encerrou desfavoravelmente a Companhia, proposta pelos Municípios de Aparecida, Mauá, Praia Grande, Rio Grande da Serra, São Sebastião e Cubatão, a fim de cobrar o pagamento em dinheiro das quotas-partes do Imposto Único sobre Energia Elétrica - IUEE pertencentes aos Municípios, até a entrada em vigor da Constituição Federal de 1988, na época pagas com ações societárias. Após o início da execução da decisão, em 1º de abril de 2020, a Companhia sofreu um bloqueio judicial no valor cobrado pelos Municípios. A Companhia apresentou impugnação ao valor exigido pelos Municípios, que não foi acolhida pelo Juiz de primeiro grau. Diante disso, a Companhia recorreu ao Tribunal e aguarda o julgamento do seu recurso.

(c) Processos trabalhistas:

(c.1) Recolhimentos do FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço: Em novembro de 1998 foram lavradas pela Caixa Econômica Federal três notificações relativas à suposta falta de recolhimento de FGTS durante o período de janeiro de 1993 a setembro de 1998. A exigência fiscal integralmente foi mantida na esfera administrativa, e nesse caso a Companhia mantém contratado seguro garantia. Sentença de mérito favorável em parte para Companhia, com apelação da União pendente de julgamento no Tribunal. Em 08 de janeiro de 2020 a Companhia manifestou-se sobre a Execução Fiscal intentada pela União, a qual está suspensa até julgamento final da ação principal ingressada pela Companhia.

18. Encargos setoriais

Os encargos setoriais são todos criados por leis aprovadas pelo Congresso Nacional para viabilizar a implantação de políticas públicas no setor elétrico brasileiro. Seus valores constam de resoluções ou despachos da ANEEL e são recolhidos pelas distribuidoras por meio da conta de energia. Cada um dos encargos possui objetivos predefinidos.

	30.06.2020	31.12.2019
CIRCULANTE		
Pesquisa e desenvolvimento	113.929	101.027
Fundo Nacional de Desenvolvimento Tecnológico	2.321	2.306
Ministério de Minas e Energia	1.161	1.153
Eficiência energética	297.895	269.934
Encargos do consumidor - Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias	-	43.473
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	1.579	1.579
Outros encargos	62	62
Total	416.947	419.534
NÃO CIRCULANTE		
Pesquisa e desenvolvimento	36.445	34.553
Total	36.445	34.553

Notas Explicativas

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS**

30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Contas a pagar – Acordo Eletrobras

Em 9 de março de 2018, a Companhia celebrou acordo com a Eletrobras e seus advogados visando encerrar disputa judicial que envolvia a Eletrobras, a Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista (“CTEEP”) e a Companhia, relativa ao saldo de encargos financeiros referentes ao empréstimo concedido em 1986 pela Eletrobras à empresa estatal (ECF-1.046/1986), que posteriormente foi cindida, dando origem à quatro companhias, entre as quais a Companhia e a CTEEP atuais. Em 25 de abril e 10 de junho de 2019 foi certificado o trânsito em julgado dos acordos com a Eletrobras e com os advogados, restando atendidas todas as condições para início dos pagamentos. As parcelas são atualizadas por CDI+1% a.a..

No primeiro semestre de 2020, a Companhia efetuou o pagamento de R\$ 351.683, referente ao acordo firmado com a Eletrobras e com os advogados.

A seguir o cronograma de realização das parcelas:

Cronograma de pagamento	Parcela	Principal	Principal + correção
Junho de 2021	3ª - Eletrobras	300.000	350.553
Junho de 2022	4ª - Eletrobras	300.000	350.553
Junho de 2023	5ª - Eletrobras	250.000	292.128
Junho de 2023	2ª - Advogados	50.000	47.803
			1.041.037

Não existem compromissos financeiros contratuais (*covenants*) relacionados ao acordo firmado.

20. PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores

O STF decidiu em março de 2017 o tema 69 da repercussão geral e confirmou a tese de que o ICMS não compõe a base de cálculo para a incidência do PIS e da COFINS. A União Federal apresentou embargos de declaração que estão pendentes de julgamento, buscando a modulação dos efeitos e alguns esclarecimentos. A Companhia possui dois processos judiciais que discutiram a tese.

No primeiro processo, em 28 de fevereiro de 2019 a Companhia foi cientificada do trânsito em julgado da decisão proferida pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região reconhecendo o seu direito à exclusão do ICMS incidente em suas operações próprias das bases de cálculo do PIS e da COFINS, no período compreendido entre dezembro de 2003 e dezembro de 2014.

No segundo processo, referente ao período de janeiro de 2015 em diante, a Companhia em 18 de março de 2020 foi cientificada do trânsito em julgado da decisão favorável proferida pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região. Desse modo, em conformidade com a decisão definitiva, a Companhia a partir do recolhimento de março de 2020 passará a calcular os valores a recolher de PIS e de COFINS sem a inclusão do ICMS nas referidas bases de cálculo.

Amparada nas avaliações de seus assessores legais e melhor estimativa, relativamente aos períodos abrangidos, a Companhia constituiu ativo de PIS e de COFINS a recuperar que atualizados correspondem ao montante de R\$ 5.024.434 e passivo de R\$ 4.992.983, referente ao primeiro processo, e constituiu ativo de PIS e de COFINS a recuperar e passivo a repassar aos consumidores de montantes iguais, que atualizados correspondem ao montante de R\$ 2.271.100, referente ao segundo processo, por entender que os montantes a serem recebidos como créditos fiscais devem ser integralmente repassados aos consumidores nos termos das normas regulatórias do setor elétrico, juntamente com o entendimento da Administração da Companhia sobre a neutralidade desse tributo nas tarifas cobradas aos consumidores. Os valores a serem devolvidos serão calculados líquidos de

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

qualquer custo incorrido ou a ser incorrido pela Companhia. A Companhia está adotando os procedimentos de recuperação do crédito tributário de acordo com as previsões legais. O repasse aos consumidores dependerá do efetivo aproveitamento do crédito tributário pela Companhia e será efetuado conforme normas regulatórias da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

A seguir é apresentado o resumo dos impactos:

	Nota	30.06.2020	31.12.2019
PIS/COFINS - consumidores a restituir - tributo a compensar			
<u>Ativo circulante</u>	8	789.212	578.763
<u>Ativo não circulante</u>	8	6.501.883	4.426.554
Total Ativo		7.291.095	5.005.317
PIS/COFINS - consumidores a restituir			
<u>Passivo circulante</u>		789.212	578.763
<u>Passivo não circulante</u>		6.476.582	4.395.313
Total Passivo		7.265.794	4.974.076
		30.06.2020	
Resultado			
Receita operacional bruta			
PIS/COFINS - consumidores a restituir	23	(1.866.587)	
PIS/COFINS - consumidores a restituir - tributo a compensar	23	1.866.587	
Receita financeira			
(+) PIS/COFINS - consumidores a restituir - tributo a compensar		424.592	
(-) PIS/COFINS - consumidores a restituir		(424.592)	
Efeito líquido no resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		-	

21. Patrimônio líquido

21.1 Capital social

O capital social autorizado é de R\$ 3.248.680 em ações ordinárias, todas nominativas escriturais e sem valor nominal. O capital social poderá ser aumentado mediante a emissão de ações ordinárias, por deliberação do Conselho de Administração, até o limite do capital social autorizado.

Em 30 de junho de 2020 o capital social da Companhia é de R\$ 3.079.525 totalmente subscrito e integralizado, dividido em 197.466.862 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

21.2 Composição acionária

	30.06.2020		31.12.2019	
	Ordinárias		Ordinárias	
<u>Acionistas:</u>	Quantidade	%	Quantidade	%
ENEL Brasil S.A	197.466.862	100,00	197.466.862	100,00
Total das ações ordinárias em poder dos acionistas	197.466.862	100,00	197.466.862	100,00

21.3 Reservas de capital

	Nota	30.06.2020	31.12.2019
Reserva especial - gerada por incorporações	9.3	2.267.883	2.267.883
Outras reservas de capital		547	547
Total		2.268.430	2.268.430

Notas Explicativas

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS**

30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

As reservas de capital seguem as definições do seu estatuto social e legislação societária brasileira. A reserva especial foi gerada pelas reorganizações societárias ocorridas em 2016 e 2019 – vide nota explicativa nº 9.3.

21.4 Ajustes de avaliação patrimonial / outros resultados abrangentes

Os saldos de ajustes de avaliação patrimonial e outros resultados abrangentes são compostos pela mais valia dos ativos registradas em 1998 e 2007, pelas perdas atuariais líquidas do plano de pensão e FGTS e variação dos valores justos do *hedge* de fluxo de caixa.

A composição desses saldos é como segue:

	Nota	30.06.2020	31.12.2019
Ajuste de avaliação patrimonial		1.184.056	1.237.401
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9.2	(402.580)	(420.717)
Ajuste de avaliação patrimonial, líquido		781.476	816.684
Outros resultados abrangentes - plano de pensão		(4.383.144)	(4.609.398)
Outros resultados abrangentes - FGTS PIA (multa 40%)		(23.894)	(28.155)
Outros resultados abrangentes - derivativo	30.1.1	46.444	40.650
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9.2	1.482.603	1.562.948
Outros resultados abrangentes, líquido		(2.877.991)	(3.033.955)
Total registrado no patrimônio líquido		(2.096.515)	(2.217.271)

21.5 Destinação dos resultados relativos ao exercício findo em 31 de dezembro 2019

Em Assembleia Geral Ordinária - AGO realizada em 8 de abril de 2020, foi aprovada a destinação do resultado referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a qual segue: (i) dividendo mínimo obrigatório no montante de R\$ 213.923; (ii) R\$ 171.137 destinados para reserva especial estatutária; e (iii) dividendos complementares ao mínimo obrigatório no montante de R\$ 470.629. Os dividendos declarados serão pagos até 31 de dezembro de 2020, sendo que em 9 de abril de 2020 ocorreu o pagamento parcial no montante de R\$ 100.000 para a controladora Enel Brasil.

22. Resultado por ação

O objetivo do cálculo do resultado por ação é de permitir comparações de desempenho entre diferentes companhias no mesmo período, bem como para a mesma companhia em períodos diferentes.

22.1 Demonstração do cálculo do resultado por ação - básico/diluído

A tabela a seguir apresenta o lucro (prejuízo) básico/diluído por ação para os trimestres e semestres findos em 30 de junho de 2020 e 2019:

	01.04.2020 a 30.06.2020	01.01.2020 a 30.06.2020	01.04.2019 a 30.06.2019	01.01.2019 a 30.06.2019
Numerador:				
Lucro (Prejuízo) líquido dos trimestres e semestres	(58.637)	96.594	131.313	200.364
Denominador (em milhares de ações):				
Número de ações ordinárias	197.467	197.467	197.457	197.457
Lucro (Prejuízo) básico e diluído por ação (em Reais - R\$)	(0,29695)	0,48917	0,66502	1,01472

Para cálculo do denominador comum, foi considerado o número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

23. Receita operacional líquida

A receita pode ser originada de um contrato com cliente ou outros tipos de receita, incluindo somente os ingressos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela Companhia. As quantias cobradas por conta de terceiros, tais como tributos sobre vendas não são benefícios econômicos, portanto, não estão apresentadas nas demonstrações de resultado.

O reconhecimento da receita originada de um contrato com cliente ocorre após o cumprimento da obrigação de desempenho e transferência dos bens e serviços para o consumidor, refletindo a contraprestação que a Companhia espera ter direito em troca desses bens ou serviços. Uma receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa sobre a sua realização.

Os principais componentes da receita operacional líquida estão detalhados na nota explicativa nº 23 das demonstrações contábeis relativas ao exercício findo de 31 de dezembro de 2019.

a) nos trimestres

	01.04.2020 a 30.06.2020			01.04.2019 a 30.06.2019		
	Número de unidades consumidoras faturadas	MWh	R\$	Número de unidades consumidoras faturadas	MWh	R\$
Receita de prestação de serviço de distribuição de energia elétrica						
Classe de consumidores:						
Residencial	6.701.599	3.942.159	2.436.155	6.803.295	4.047.656	2.570.809
Industrial	24.832	485.646	287.558	25.978	735.500	423.835
Comercial	390.970	1.925.410	1.168.303	404.871	2.660.290	1.592.050
Rural	553	7.771	2.108	565	7.943	2.053
Poder público	14.960	235.808	126.092	15.825	308.391	163.649
Iluminação pública	2.537	191.723	67.287	1.094	200.251	68.078
Serviço público	1.387	97.187	48.381	1.379	112.006	55.386
Transferência para atividades de distribuição	-	-	(1.960.284)	-	-	(1.975.718)
Subtotal - fornecimento	7.136.838	6.885.704	2.175.600	7.253.007	8.072.037	2.900.142
Outras receitas - originadas de contratos com clientes						
Não faturado	-	-	(3.330)	-	-	(39.488)
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição - TUSD (cativo)	-	-	1.960.284	-	-	1.975.718
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição - TUSD (livre)	1.876	2.365.761	384.151	1.403	2.815.660	342.911
(-) DIC/FIC/DMIC/DICRI sobre TUSD Consumidores cativos e livres	-	-	(175)	-	-	(17.383)
Energia no curto prazo	-	1.382.298	60.299	-	430.208	(42.518)
Energia no MVE - Mecanismo de venda de excedente	-	-	-	-	-	-
Receita de construção	-	-	284.609	-	-	153.741
Aluguel de poste	-	-	39.592	-	-	35.217
Receitas com partes relacionadas	-	-	56	-	-	286
Outras receitas	-	-	4.948	-	-	5.451
Total receitas - originadas de contratos com clientes	7.138.714	10.633.763	4.906.034	7.254.410	11.317.905	5.314.077
Outras receitas						
Subvenção de recursos da CDE	-	-	143.611	-	-	83.237
Ativo e passivo financeiro setorial	-	-	133.134	-	-	167.458
Atualização do ativo financeiro da concessão	-	-	(26.569)	-	-	38.142
Total outras receitas	-	-	250.176	-	-	288.837
Receita operacional bruta	7.138.714	10.633.763	5.156.210	7.254.410	11.317.905	5.602.914
Deduções da receita operacional bruta						
Eficiência energética, P&D, FNDCT e EPE	-	-	(30.581)	-	-	(31.359)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	(559.888)	-	-	(700.974)
Encargos do consumidor - PROINFA	-	-	(23.996)	-	-	(22.325)
Encargos do consumidor - CCRBT	-	-	(216)	-	-	(27.049)
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	-	-	(4.738)	-	-	(3.433)
ICMS	-	-	(847.714)	-	-	(972.814)
COFINS - corrente	-	-	(289.862)	-	-	(404.382)
PIS - corrente	-	-	(62.894)	-	-	(87.704)
ISS	-	-	(41)	-	-	(48)
Total das deduções da receita operacional bruta	-	-	(1.819.930)	-	-	(2.250.088)
Receita operacional líquida	7.138.714	10.633.763	3.336.280	7.254.410	11.317.905	3.352.826

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) nos semestres

Nota	01.01.2020 a 30.06.2020			01.01.19 a 30.06.2019		
	Número de unidades consumidoras faturadas	MWh	R\$	Número de unidades consumidoras faturadas	MWh	R\$
Receita de prestação de serviço de distribuição de energia elétrica						
Classe de consumidores:						
Residencial	6.701.599	7.992.062	5.221.890	6.803.295	8.267.921	5.285.693
Industrial	24.832	1.109.973	669.991	25.978	1.468.842	851.437
Comercial	390.970	4.505.464	2.818.657	404.871	5.541.035	3.323.024
Rural	553	15.879	4.414	565	16.287	4.188
Poder público	14.960	522.676	286.413	15.825	619.166	327.989
Iluminação pública	2.537	379.668	139.338	1.094	397.299	137.747
Serviço público	1.387	210.307	107.828	1.379	231.217	114.404
Transferência para atividades de distribuição	-	-	(4.337.369)	-	-	(4.099.014)
Subtotal - fornecimento	7.136.838	14.736.029	4.911.162	7.253.007	16.541.767	5.945.468
Outras receitas - originadas de contratos com clientes						
Não faturado	-	-	(94.848)	-	-	(120.257)
PIS/COFINS consumidores a restituir	20	-	(1.866.587)	-	-	(2.516.007)
PIS/COFINS - consumidores a restituir - tributo a compensar	20	-	1.866.587	-	-	2.516.007
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição - TUSD (cativo)	-	-	4.337.369	-	-	4.099.014
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição - TUSD (livre)	1.876	5.185.683	830.406	1.403	5.518.701	672.612
(-) DIC/FIC/DMIC/DICRI sobre TUSD Consumidores cativos e livres	-	-	(15.658)	-	-	(35.066)
Energia no curto prazo	-	1.565.639	23.537	-	548.692	(107.216)
Energia no MVE - Mecanismo de venda de excedente	-	-	-	-	-	16.766
Receita de construção	-	-	486.670	-	-	352.346
Aluguel de poste	-	-	76.635	-	-	69.277
Receitas com partes relacionadas	28.1	-	349	-	-	574
Outras receitas	-	-	12.536	-	-	10.864
Total receitas - originadas de contratos com clientes	7.138.714	21.487.351	10.568.158	7.254.410	22.609.160	10.904.382
Outras receitas						
Subvenção de recursos da CDE	-	-	238.889	-	-	172.618
Ativo e passivo financeiro setorial	11	-	140.985	-	-	259.642
Atualização do ativo financeiro da concessão	10.2	-	17.185	-	-	88.308
Total outras receitas	-	-	397.059	-	-	520.568
Receita operacional bruta	7.138.714	21.487.351	10.965.217	7.254.410	22.609.160	11.424.950
Deduções da receita operacional bruta						
Eficiência energética, P&D, FNDCT e EPE	-	-	(64.510)	-	-	(63.411)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	(1.119.775)	-	-	(1.434.693)
Encargos do consumidor - PROINFA	-	-	(50.168)	-	-	(44.249)
Encargos do consumidor - CCRBT	-	-	(35.879)	-	-	(27.190)
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	-	-	(9.476)	-	-	(6.866)
ICMS	-	-	(1.881.125)	-	-	(2.012.019)
COFINS - corrente	-	-	(661.317)	-	-	(834.652)
PIS - corrente	-	-	(143.490)	-	-	(181.034)
ISS	-	-	(87)	-	-	(95)
Total das deduções da receita operacional bruta	-	-	(3.965.827)	-	-	(4.604.209)
Receita operacional líquida	7.138.714	21.487.351	6.999.390	7.254.410	22.609.160	6.820.741

24. Custo do serviço de energia elétrica

Nota	MWh		R\$			
	01.01.2020 a 30.06.2020	01.01.2019 a 30.06.2019	01.04.2020 a 30.06.2020	01.01.2020 a 30.06.2020	01.04.2019 a 30.06.2019	01.01.2019 a 30.06.2019
Energia elétrica comprada para revenda:						
Itaipu	4.128.574	4.239.722	(771.124)	(1.463.487)	(533.357)	(1.041.189)
ANGRA 1 e 2	772.130	798.216	(107.636)	(215.446)	(101.886)	(202.918)
Compra - CCEE	-	355.818	-	-	(173)	(272.957)
Compra - CCEAR	8.917.850	9.115.922	(897.670)	(1.916.049)	(863.237)	(1.891.349)
Quotas de garantia física / CCEAR - Partes relacionadas	112.309	164.324	(9.524)	(21.609)	(14.773)	(30.966)
Quotas de garantia física	4.839.945	4.785.482	(254.131)	(503.817)	(236.040)	(462.789)
Risco hidrológico	-	-	(66.170)	(151.085)	(105.132)	(170.877)
(-) Ressarcimento - leilões de energia	-	-	11.159	32.927	(12.824)	30.258
(-) Créditos de PIS/COFINS	-	-	184.261	376.729	164.823	357.703
Subtotal	18.770.808	19.459.484	(1.910.835)	(3.861.837)	(1.702.599)	(3.685.084)
Energia elétrica comprada para revenda - PROINFA	362.117	377.012	(54.361)	(106.545)	(74.694)	(149.790)
Total	19.132.925	19.836.496	(1.965.196)	(3.968.382)	(1.777.293)	(3.834.874)

Encargo de uso do sistema de transmissão e distribuição:

Nota	01.04.2020 a 30.06.2020	01.01.2020 a 30.06.2020	01.04.2019 a 30.06.2019	01.01.2019 a 30.06.2019
Uso da rede básica		(315.857)	(676.360)	(342.389)
Uso da rede básica - partes relacionadas	28.1	(3.731)	(8.265)	(4.849)
Encargos do Serviço do Sistema - ESS/EER		(88.109)	(91.630)	(76.978)
(-) Ajustes referente ao alívio retroativo	24.1	155.761	155.761	(6.269)
Transporte de energia - Furnas/Itaipu		(55.512)	(108.307)	(54.256)
Operador Nacional do Sistema - ONS		(5.640)	(13.345)	(9.574)
Custo do Uso do Sistema de Distribuição - CUSD		(2.443)	(4.951)	(2.417)
Conexão a Rede Básica - CTEEP		(23.718)	(47.437)	(23.779)
(-) Créditos de PIS/COFINS		31.381	73.487	55.056
Total		(307.868)	(721.047)	(465.455)

24.1 O alívio financeiro retroativo ocorre quando há sobras de recursos do tratamento de exposições em função da diferença de preços entre os submercados para alívio de despesas com ESS. Os valores são calculados e repassados nas liquidações financeiras pela CCEE.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

25. Outras receitas e despesas operacionais

Nota	01.04.2020 a 30.06.2020	01.01.2020 a 30.06.2020	01.04.2019 a 30.06.2019	01.01.2019 a 30.06.2019
Ganhos líquidos na alienação de bens e direitos	455	441	4.241	6.346
Arrendamentos e aluguéis	689	(2.205)	(3.187)	(7.510)
Arrendamentos e aluguéis - partes relacionadas	28.1	1.210	983	(145)
Seguros	(1.631)	(3.414)	(870)	(1.946)
Tributos	(14.878)	(23.801)	(13.245)	(25.428)
Compartilhamento de infraestrutura outros - partes relacionadas	28.1	(223)	(190)	(190)
Doações, contribuições e patrocínios	(1.201)	(2.248)	(966)	(1.841)
Tarifa bancária	(15.333)	(28.612)	(16.063)	(31.613)
Publicidade	(84)	(214)	(21)	(177)
Responsabilidade social	(40)	(85)	(47)	(47)
Perdas na desativação de bens e direitos	1.241	(136)	(9.783)	(13.649)
Indenização por danos elétricos e não elétricos - PID	(4.224)	(9.766)	(6.682)	(13.272)
Baixa do ativo financeiro da concessão	10.2	(2.299)	(4.053)	(6.468)
Taxa de administração do plano - Funcesp	(2.555)	(4.470)	(2.506)	(5.705)
Multa de mora - 2% - faturas a receber em atraso	25.804	56.895	29.878	60.144
Penalidades - devoluções a consumidores	(438)	(2.099)	(3.333)	(4.211)
Multa de mora - pagamento de fornecedores	(584)	(934)	(115)	(1.687)
Taxa de contribuição CCEE	(922)	(1.857)	(873)	(1.757)
Outros	(3.122)	(5.976)	(2.965)	(2.778)
Total	(18.135)	(31.838)	(29.571)	(51.934)

26. Resultado financeiro

Nota	01.04.2020 a 30.06.2020	01.01.2020 a 30.06.2020	01.04.2019 a 30.06.2019	01.01.2019 a 30.06.2019
Receitas financeiras				
Renda de aplicações financeiras	7.535	14.429	15.049	25.911
Atualização monetária sobre contas de energia elétrica em atraso	26.1	18.926	47.664	26.156
Subvenções governamentais	834	1.712	1.048	2.135
Atualização de créditos tributários	8.1	216	478	353
Atualização monetária dos depósitos judiciais	5.367	13.887	6.194	12.794
Atualização monetária do ativo e passivo financeiro setorial	11	8.243	22.154	47.731
Atualização monetária Swap - Debêntures	(7.820)	4.241	-	-
ICMS - deságio na compra de créditos de terceiros	1.098	4.563	-	-
Outras receitas financeiras	2.322	6.205	5.894	11.198
(-) PIS e Cofins sobre receita financeira	(1.688)	(4.136)	(2.543)	(5.388)
Subtotal	35.033	111.197	99.882	172.403
Despesas financeiras				
Encargo de dívidas - empréstimos e debêntures	(37.885)	(83.332)	(79.740)	(148.491)
Variação monetária - Debêntures	7.702	(4.356)	-	-
Juros Swap - Debêntures	416	(1.108)	-	-
Juros Swap - Empréstimos Moeda Estrangeira	(3.985)	(4.198)	-	-
Encargo de dívidas - mútuo - partes relacionadas	28.1	-	(9.557)	(16.318)
Juros sobre obrigações de arrendamento	15	(5.151)	(6.250)	(12.982)
Subvenções governamentais	(834)	(1.712)	(1.048)	(2.135)
Atualização monetária de P&D e eficiência energética	(3.336)	(5.644)	(2.641)	(6.082)
Juros capitalizados transferidos para o ativo contratual	10.1	778	1.875	3.817
Cartas de fiança e seguros garantia	(8.148)	(15.865)	(13.261)	(25.410)
Atualização monetária de processos judiciais e outros	(14.574)	(18.465)	(24.717)	(47.446)
Atualização monetária - energia livre	(454)	(1.109)	(952)	(2.644)
Atualização acordo Eletrobras	(12.940)	(30.134)	(27.300)	(55.450)
Custo dos juros (líquidos) de benefícios pós-emprego	16.2	(103.304)	(206.609)	(81.037)
Comissão de fiança - partes relacionadas	28.1	(1.080)	-	-
Outras despesas financeiras	(6.234)	(9.035)	(4.949)	(10.283)
Subtotal	(189.029)	(392.492)	(249.568)	(485.498)
Variações cambiais, líquidas				
Variações cambiais - Empréstimos	(45.381)	(67.129)	-	-
Variações cambiais - Swap Empréstimos	45.381	67.129	-	-
Variações cambiais - outras	(2.630)	(4.040)	(215)	(177)
Subtotal	(2.630)	(4.040)	(215)	(177)
Total do resultado financeiro	(156.626)	(285.335)	(149.901)	(313.632)

26.1 Os consumidores escolhem as datas de vencimento de suas faturas mensais. Após o vencimento, há a incidência de juros de 0,033% ao dia e atualização financeira pelo índice IGP-M sobre o valor das faturas dos consumidores em atraso.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

27. Imposto de renda e contribuição social

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. As despesas de imposto de renda e contribuição social correntes são calculadas de acordo com a legislação tributária vigente. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para a parcela do lucro que exceder R\$ 240 no período base para apuração do imposto, enquanto que a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável. O imposto de renda e a contribuição social correntes são reconhecidos pelo regime de competência.

A Administração avalia, periodicamente, a posição fiscal de situações que requeiram interpretações da regulamentação fiscal e estabelece provisões quando apropriado.

A composição da base de cálculo e dos saldos desses tributos é a seguinte:

No trimestre:	01.04.2020 a 30.06.2020		01.04.2019 a 30.06.2019	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
a) Composição dos tributos no resultado:				
Na rubrica de tributos:				
Correntes	16.207	5.997	-	-
Diferidos	3.813	1.372	(54.918)	(19.772)
Total	20.020	7.369	(54.918)	(19.772)
b) Demonstração do cálculo dos tributos - despesa:				
Resultado antes dos tributos	(86.026)	(86.026)	206.003	206.003
Adições:				
Doações	227	227	215	215
Gratificação a administradores	64	64	418	418
Perdas indedutíveis no contas a receber	1.233	1.233	11.984	11.984
Perdas na baixa de bens e direitos	1.533	1.533	227	227
Multas indedutíveis	371	371	517	517
Despesas indedutíveis	614	614	-	-
Salário maternidade e paternidade	107	107	87	87
Outros	-	-	220	220
Total das adições	4.149	4.149	13.668	13.668
Base de cálculo	(81.877)	(81.877)	219.671	219.671
Alíquota nominal	25%	9%	25%	9%
Despesa com tributos às alíquotas nominais	20.470	7.369	(54.918)	(19.772)
Incentivos	(444)	-	-	-
Compensação de base de cálculo	(6)	-	-	-
Total da despesa com tributos	20.020	7.369	(54.918)	(19.772)
Alíquota efetiva	23,3%	8,6%	26,7%	9,6%

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

No semestre:

a) Composição dos tributos no resultado:

Na rubrica de tributos:

Correntes

Diferidos

Total

b) Demonstração do cálculo dos tributos - despesa:

Resultado antes dos tributos

Adições:

Doações

Gratificação a administradores

Perdas indedutíveis no contas a receber

Perdas na baixa de bens e direitos

Multas indedutíveis

Despesas indedutíveis

Salário maternidade e paternidade

Outros

Total das adições

Base de cálculo

Alíquota nominal

Despesa com tributos às alíquotas nominais

Ajuste PAT em dobro IR 2006 a 2011 - a recuperar

Total da despesa com tributos

Alíquota efetiva

	01.01.2020 a 30.06.2020		01.01.2019 a 30.06.2019	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
	-	-	22.287	-
	(39.915)	(14.370)	(75.770)	(27.279)
	(39.915)	(14.370)	(53.483)	(27.279)
	150.879	150.879	281.126	281.126
	298	298	238	238
	619	619	693	693
	3.025	3.025	18.748	18.748
	1.593	1.593	1.149	1.149
	908	908	681	681
	2.133	2.133	-	-
	209	209	227	227
	-	-	220	220
	8.785	8.785	21.956	21.956
	159.664	159.664	303.082	303.082
	25%	9%	25%	9%
	(39.915)	(14.370)	(75.770)	(27.279)
	-	-	22.287	-
	(39.915)	(14.370)	(53.483)	(27.279)
	26,5%	9,5%	19,0%	9,7%

28. Partes relacionadas

Os contratos celebrados entre partes relacionadas são submetidos à anuência prévia ou posteriori da ANEEL, de acordo com a Resolução Normativa nº 699/16.

28.1 Partes relacionadas

Ativos e receitas:

Natureza da transação	Parte relacionada		Total estimado	Vigência	Ativo		Receita	
					30.06.2020	31.12.2019	01.01.2020 a 30.06.2020	01.01.2019 a 30.06.2019
Comissão (Propaganda/publicidade/venda em fatura de energia)	ENEL X	Controle comum	Conforme demanda	Setembro de 2018 a setembro de 2020	198	98	349	574
Reembolso Expatriados	Enel Chile	Controle comum			592	184	407	-
	Enel Spa	Controle comum			246	155	92	-
Compartilhamento de recursos humanos/infraestrutura	COELCE CIA. ENERGÉTICA	Controle comum	Conforme critério regulatório de rateio	Fevereiro de 2024	6.480	5.951	529	1.476
	AMPLA ENERGIA E SERVICOS S.A.	Controle comum			3.670	3.155	515	673
	ENEL Green Power Projetos I S.A.	Controle comum			190	160	30	61
	ENEL GREEN POWER BRASIL	Controle comum			3.132	2.820	312	593
	Enel Brasil	Controladora			750	584	166	198
	Enel Fortaleza	Controle comum			75	53	22	27
	CELG DISTRIBUICAO S/A	Controle comum			7.934	5.033	2.901	567
	CENTRAIS ELETRICAS DE CACHOEIRA DOURADA	Controle comum			78	54	24	27
	CIEN COMPANHIA DE INTERCONEXAO	Controle comum			501	449	52	63
	Outros créditos:					23.846	18.696	-
Total receita operacional - nota explicativa nº 23:					-	-	349	574
Pessoal e administradores:					-	-	2.766	1.135
Material:					-	-	24	45
Serviços de terceiros:					-	-	235	1.111
Outras receitas e despesas operacionais - nota explicativa nº 25:					-	-	2.025	1.394

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Passivos e despesas:

Natureza da transação	Parte relacionada	Total estimado	Vigência	Passivo		Despesa		
				30.06.2020	31.12.2019	01.01.2020 a 30.06.2020	01.01.2019 a 30.06.2019	
Suprimento de energia - CCGF	ENEL Green Power Paranapanema S.A.	Controle comum	R\$ 9.153	Resolução Homologatória nº 2.318/2017 da ANEEL	296	296	(1.660)	(1.642)
	ENEL Green Power Mourao S.A.	Controle comum	R\$ 2.622	Resolução Homologatória nº 2.318/2017 da ANEEL	80	80	(474)	(463)
	ENEL Green Power Projetos I S.A.	Controle comum	R\$ 64.072	Resolução Homologatória nº 2.318/2017 da ANEEL	2.108	2.108	(13.146)	(12.043)
Suprimento de energia - CCEAR	ENEL Green Power Cabeça de Boi S.A.	Controle comum	R\$ 994	Até o final da concessão	110	106	(499)	(472)
	ENEL Green Power Cachoeira Dourada S.A.	Controle comum	R\$ 2.603	Até o final da concessão	-	891	(2.602)	(6.406)
	ENEL Green Power Cristalândia I Eólica S.A.	Controle comum até 31 de maio de 2019		-	-	-	(2.287)	
	ENEL Green Power Cristalândia II Eólica S.A. (II e III)	Controle comum até 31 de maio de 2019		-	-	-	(4.579)	
	ENEL Green Power da Fazenda S.A.	Controle comum	R\$ 665	Até o final da concessão	73	71	(334)	(316)
	ENEL Green Power Morro do Chapéu I Eólica S.A.	Controle comum	R\$ 2.052	Até o final da concessão	239	233	(1.074)	(1.028)
	ENEL Green Power Morro do Chapéu II Eólica S.A.	Controle comum	R\$ 2.132	Até o final da concessão	222	216	(997)	(952)
	ENEL Green Power Salto Apicás S.A.	Controle comum	R\$ 1.640	Até o final da concessão	181	175	(823)	(778)
Encargo de uso do sistema de transmissão	ENEL CIEN S.A.	Controle comum	R\$ 8.265	Até o final da concessão	1.240	1.363	(8.265)	(9.709)
Mútuo	ENEL Finance International N.V.	Controle comum	R\$ 453.738	Dezembro de 2018 a dezembro de 2019	-	-	-	(16.318)
Comissão de fiança	Enel Brasil S.A	Controladora	0,20% sobre saldo dívida	Setembro de 2018 a setembro de 2025	1.958	1.993	(2.176)	-
Compartilhamento de recursos humanos/infraestrutura/expatriados	ENEL GLOBAL IN E NETWORK	Controle comum	Conforme critério regulatório de rateio	Fevereiro de 2024	3.787	4.495	(4.829)	-
	AMPLA Energia e Serviços S.A.	Controle comum			3.247	1.931	(1.316)	(1.300)
	ENEL CIEN S.A	Controle comum			176	156	(20)	(88)
	CELG Distribuição S.A	Controle comum			4.888	3.406	(1.482)	(448)
	Enel Brasil	Controle comum			10.583	6.785	(3.798)	(3.467)
	ENEL GREEN POWER BRASIL Participações	Controle comum			672	457	(215)	(119)
	ENEL Green Power Cachoeira Dourada S.A.	Controle comum			124	35	(89)	-
	COELCE-CIA. Energética	Controle comum			141	46	(7)	(22)
	ENEL GENERACION FORTALEZA S.A..	Controle comum			1.218	311	(907)	(306)
Prestação de serviços técnicos e de gestão	Enel Brasil	Controladora	R\$ 40.900	Março de 2025	22.823	-	(22.823)	-
Dividendos	Enel Brasil	Controladora	R\$ 684.551		584.551	213.923	-	-
Fornecedores - nota explicativa nº 12:					52.208	23.161	-	-
Outras obrigações:					1.958	1.993	-	-
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar:					584.551	213.923	-	-
Custo do serviço de energia elétrica - nota explicativa nº 24:					-	-	(29.874)	(40.675)
Empréstimos e financiamentos:					-	-	-	(16.318)
Pessoal e administradores:					-	-	(10.252)	(2.864)
Material:					-	-	(128)	(119)
Serviços de terceiros:					-	-	(23.777)	(1.038)
Outras receitas e despesas operacionais - nota explicativa nº 25:					-	-	(1.329)	(1.729)
Resultado Financeiro - nota explicativa nº 26:					-	-	(2.176)	-

Para os Contratos de Cotas de Garantia Física – CCGF, o total estimado considera o percentual de participação da Companhia definido pela Resolução Homologatória ANEEL nº 2.318/2017 para os anos de 2019 e 2020 e a receita anual de geração das usinas, homologados pela Resolução ANEEL nº 2.421/2018. Para os contratos de CCEAR o montante estimado considerou o volume e tarifas contratados para 2020. Em 31 de maio de 2019, a EGP Brasil Participações Ltda concretizou a venda de duas usinas eólicas (EGP Cristalândia Eólica S.A. I e EGP Cristalândia Eólica S.A. II). Dessa forma, em 30 de junho de 2020, permanecem demonstradas no resultado, as transações realizadas até a data da venda dessas companhias.

Quanto ao Encargo de uso do sistema de transmissão (contrato nº 121/2002), o mesmo é administrado pelo ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico) que é responsável pelo rateio dos custos entre todos os usuários do sistema de transmissão. Portanto, não há quantidades contratadas bilateralmente entre a ENEL CIEN S.A e a Companhia, mas sim um rateio calculado mensalmente a partir do total contratado com o ONS. Dessa forma, o total estimado informado considera o custo realizado para o semestre findo em 30 de junho de 2020.

Os contratos mencionados acima são regulados pela ANEEL, motivo pelo qual não há anuência para tais transações.

O contrato de compartilhamento, decorre de reembolso do compartilhamento das despesas de infraestrutura condominial, de informática e telecomunicações, pelo critério regulatório de rateio, nos termos do artigo 12 da Resolução ANEEL nº 699/2016 e reembolso do compartilhamento de Recursos Humanos entre as partes relacionadas, conforme Despacho nº 338, de 06 de fevereiro de 2019. As

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

despesas líquidas para a Companhia estão limitadas ao montante de R\$ 162.000 ao ano. A contabilização, tanto da despesa quanto da receita de compartilhamento é efetuada na rubrica de origem, que poderá ser pessoal, serviços de terceiros, material e outros.

O contrato de prestação de serviços técnicos e de gestão envolve serviços de fornecimento de apoio técnico e gerencial, para promover integração e padronização dos processos das empresas do grupo Enel no Brasil, garantindo ganhos de eficiência pela adoção das melhores práticas verificadas em todas as empresas de energia do grupo ao redor do mundo. O montante total estimado considera a despesa prevista para o exercício de 2020. O referido contrato foi anuído pela ANEEL, conforme os termos do Despacho nº 560, de 20 de fevereiro de 2020.

Outras partes relacionadas

Passivo e despesa:

Natureza da transação	Parte relacionada	Passivo		Despesa	
		30.06.2020	31.12.2019	30.06.2020	30.06.2019
Plano de previdência	FUNCESP				
	Integrante do Conselho Deliberativo	5.526.485	5.868.638	(215.104)	(170.830)
Obrigações com benefícios pós-emprego - nota explicativa nº 16:		5.526.485	5.868.638	(215.104)	(170.830)

28.2 Remuneração da alta administração

A remuneração da alta administração é composta pela remuneração da Diretoria Estatutária e do Conselho de Administração. Nos trimestres e semestres findos em 30 de junho de 2020 e 2019, a provisão para remuneração (regime de competência), é como segue:

Descrição:	01.04.2020 a 30.06.2020	01.01.2020 a 30.06.2020	01.04.2019 a 30.06.2019	01.01.2019 a 30.06.2019
Benefícios de curto prazo (salários / encargos / benefícios/ bônus)	1.756	4.211	2.683	5.205
Benefícios pós-emprego (previdência privada - contribuição definida)	-	-	248	299
Outros benefícios de longo prazo (bônus diferido - incentivo de longo prazo)	-	-	10	21
Total	1.756	4.211	2.941	5.525

29. Seguros

Em 30 de junho de 2020, a cobertura de seguros estabelecida pela Administração da Companhia para cobrir eventuais sinistros e responsabilidade civil é como segue:

	Período de vigência		Importância segurada	Limite máximo de indenização/garantia
	de	até		
Riscos operacionais	31-out-2019	31-out-2020	R\$ 4.629.740	R\$ 4.441.200
Vida em grupo	1-jan-2020	1-jan-2021	25 x salário	R\$ 1.833
Responsabilidade civil geral	31-out-2019	31-out-2020	N/A	R\$ 79.642
Responsabilidade civil de administradores - D&O	10-nov-2019	10-nov-2020	N/A	R\$ 61.967
Riscos ambientais	31-out-2019	31-out-2020	N/A	R\$ 88.824
Frota de veículos - RCF	31-mai-2020	31-mai-2021	N/A	RCFV Garantia Única R\$ 1.000

30. Instrumentos financeiros e gestão de riscos

30.1 Instrumentos financeiros

30.1.1 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são como segue:

		30.06.2020		31.12.2019		
	Notas	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Categoria
ATIVO (Circulante e não circulante)						
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.017.532	1.017.532	1.280.195	1.280.195	Custo amortizado
Investimentos de curto prazo (CDBs e operações compromissadas)	4	38.630	38.630	3.518	3.518	Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes
Investimentos de curto prazo (fundo de investimento)	4			1.978	1.978	Valor Justo por meio de Resultado
Operação com derivativo		127.606	127.606	49.881	49.881	Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes
Consumidores, revendedores e outros	5	2.320.407	2.320.407	2.473.095	2.473.095	Custo amortizado
Contas a receber - acordos	6	281.118	281.118	225.445	225.445	Custo amortizado
Cauções e depósitos vinculados	17	877.423	877.423	808.869	808.869	Custo amortizado
Ativo contratual	10.1	702.172	702.172	466.563	466.563	Custo amortizado
Ativo financeiro da concessão	10.2	4.692.070	4.692.070	4.532.124	4.532.124	Valor Justo por meio de Resultado
Ativo financeiro setorial	11	2.245.432	2.245.432	2.052.746	2.052.746	Custo amortizado
Total		12.302.390	12.302.390	11.894.414	11.894.414	
PASSIVO (Circulante e não circulante)						
Fornecedores	12	1.709.488	1.709.488	1.865.919	1.865.919	Passivos financeiros pelo custo amortizado
Empréstimos, financiamentos e debêntures	14	4.587.764	4.630.746	3.887.412	3.717.561	Passivos financeiros pelo custo amortizado
Operação com derivativo		4.155	4.155	1.274	1.274	Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes
Contas a pagar - acordo Eletrobras	19	1.041.037	1.041.037	1.362.586	1.362.586	Passivos financeiros pelo custo amortizado
Obrigações com arrendamento	15	235.437	235.437	261.882	261.882	Passivos financeiros pelo custo amortizado
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar		584.681	584.681	214.054	214.054	Passivos financeiros pelo custo amortizado
Passivo financeiro setorial	11	1.607.665	1.607.665	1.480.097	1.480.097	Passivos financeiros pelo custo amortizado
Total		9.770.227	9.813.209	9.073.224	8.903.373	

As rubricas caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo são compostas basicamente por certificados de depósitos bancários (CDBs) e fundos de investimento. CDBs sob as rubricas de (i) caixa e equivalentes de caixa são mensurados inicialmente pelo valor justo e ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, juros e correção monetária, em contrapartida ao resultado, calculados com base no método de taxa de juros efetiva, conforme definido na data da contratação e curva da taxa DI mensal, (ii) investimento de curto prazo são marcados a mercado mensalmente com base na curva da taxa DI, conforme definido em sua data de contratação. O fundo de investimento é marcado a mercado mensalmente com base na variação dos preços das cotas de investimentos classificadas como renda fixa – curto prazo, indexados à taxa CDI/SELIC. De acordo com o seu regulamento, o fundo de investimento poderá investir até 95% em cotas de fundos de investimento classificados como renda fixa - curto prazo e até 5% em Títulos Públicos Federais.

A operação com instrumento derivativo é mensurada por meio de modelo de precificação levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas por meio das curvas de juros de mercado. O valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto.

Para as rubricas empréstimos, financiamentos e debêntures, o método de mensuração utilizado para cômputo do valor de mercado foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses passivos e taxas de mercado vigentes, respeitando as particularidades de cada instrumento na data do balanço.

A rubrica ativo financeiro da concessão é mensurada através da base de remuneração dos ativos da concessão, conforme legislação vigente estabelecida pelo órgão regulador (ANEEL), e leva em consideração as alterações no fluxo de caixa estimado, tomando por base principalmente os fatores como preço novo de reposição e atualização pelo IPCA.

Para as demais rubricas, o valor contábil dos instrumentos financeiros é uma aproximação razoável do valor justo. Logo, a Companhia optou por divulgá-los com valores equivalentes ao valor contabilizado.

Operações com instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos mantidos pela Companhia correspondem a operações de proteção de exposição ao risco de variação de taxa flutuante das Debêntures e proteção à variação cambial dos empréstimos captados em março e abril de 2020, que resultam de posições passivas vinculada à variação do IPCA e a variação cambial do dólar. Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato é celebrado e subsequentemente remensurado ao seu valor justo.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

As operações descritas acima se qualificam para *hedge accounting*, (hedge de fluxo de caixa). Na contratação das operações a Companhia elaborou uma documentação formal com detalhes sobre os objetivos e estratégias da gestão do risco, da relação entre a transação objeto do hedge e o instrumento de *hedge* utilizado para a proteção esperada. São contabilizados como ativos financeiros quando o valor justo for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo. A parcela altamente eficaz do hedge, os ganhos e as perdas decorrentes das variações do valor justo do instrumento são reconhecidos no patrimônio líquido, na rubrica “Outros resultados abrangentes”. A parcela não efetiva do *hedge* é registrada no resultado do período, juntamente com os juros da operação.

Quando um instrumento de hedge vence, é vendido ou extinto; ou quando um hedge não mais atende aos critérios da contabilidade de *hedge*, todo ganho ou perda acumulado diferido e os custos de hedge diferidos existentes no patrimônio, são imediatamente reclassificados para o resultado.

Os contratos em aberto em 30 de junho de 2020 são os seguintes:

Contraparte	Data do contrato	Vencimento	Tipo	Indexador ativo	Indexador passivo	Valor nominal
Bradesco	26/06/2019	15/05/2026	Cash flow hedge	IPCA	CDI	800.000
Tokio	10/03/2020	08/03/2021	Cash flow hedge	Dólar	CDI	149.997
Scotiabank	31/03/2020	31/03/2021	Cash flow hedge	Dólar	CDI	260.000
BNP	17/04/2020	19/04/2021	Cash flow hedge	Dólar	CDI	450.000

Os valores das curvas e de mercado dos contratos de derivativo (*swap*) em 30 de junho de 2020 estão detalhados a seguir:

Contraparte	Valor da curva	Valor justo (contábil)	Outros resultados abrangentes
Bradesco	14.078	56.974	42.896
Tokio	26.122	26.075	(47)
Scotiabank	16.171	16.009	(162)
BNP	20.636	24.393	3.757
Total	77.007	123.451	46.444

	30.06.2020	31.12.2019
Operação com instrumento derivativo		
Ativo circulante	71.238	-
Ativo não circulante	56.368	49.881
Total Ativo	127.606	49.881
Operação com instrumento derivativo		
Passivo circulante	(4.155)	(1.274)
Total Passivo	(4.155)	(1.274)
	123.451	48.607

O valor justo (contábil) é a diferença entre o efeito das pontas ativa e passiva no balanço patrimonial.

Notas Explicativas

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS**

30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os valores da dívida líquidos da posição do *hedge* estão demonstrados a seguir:

Dívida	Taxa de juros contratual	Posição em 30.06.2020
		Total
Debentures - 24ª Emissão (2ª serie)	100% IPCA + 4,0134% a.a.	798.827
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	100% IPCA + 4,0134% a.a.	(752.152)
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	100% CDI + 0,7200% a.a.	695.178
		741.853
TOKIO 4131	USD + 1,36% a.a.	177.602
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	USD + 1,36% a.a.	(176.595)
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 0,06% a.a.	150.521
		151.528
SCOTIABANK 4131	USD + 1,65% a.a.	279.669
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	USD + 1,65% a.a.	(277.563)
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 2,50% a.a.	261.553
		263.659
BNP 4131	USD + 2,96% a.a.	474.594
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	USD + 2,96% a.a.	(475.609)
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 1,60% a.a.	451.216
		450.201

A diferença entre o valor na curva (*accrua*) e o valor a mercado se dá pela distinta metodologia de cálculo, pois enquanto o saldo de *swap* na curva é calculado pelo valor do principal mais juros até 30 de junho de 2020, o saldo do *swap* a mercado é calculado considerando a curva futura dos indicadores descontada pelo CDI futuro.

A movimentação dos contratos de derivativos é como segue:

	Derivativos
Saldo em 31 de dezembro de 2019	48.607
Provisão de encargos - juros	(5.306)
Variação monetária	7.227
Variação cambial	67.129
Marcação a mercado no PL	5.794
Saldo em 30 de junho de 2020	123.451

30.1.2 Hierarquia do valor justo

A tabela a seguir apresenta os instrumentos financeiros registrados a valor justo, conforme método de mensuração:

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	30.06.2020				31.12.2019			
	Valor justo	Mensuração			Valor justo	Mensuração		
		Nível 1	Nível 2	Nível 3		Nível 1	Nível 2	Nível 3
ATIVO (Circulante e não circulante)								
Investimentos de curto prazo (CDBs e operações compromissadas)	38.630	-	38.630	-	1.696	-	1.696	-
Investimentos de curto prazo (fundo de investimento)	-	-	-	-	3.800	-	3.800	-
Ativo financeiro da concessão	4.692.070	-	4.692.070	-	4.532.124	-	4.532.124	-
Operação com derivativo	123.451	-	123.451	-	48.607	-	48.607	-
Total	4.854.151	-	4.854.151	-	4.586.227	-	4.586.227	-

A mensuração dos instrumentos financeiros está agrupada em níveis de 1 a 3, com base no grau em que seu valor justo é cotado:

Nível 1 - preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível 2 - outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente; e

Nível 3 - técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Durante o semestre findo em 30 de junho de 2020, não houve transferências decorrentes de avaliações de valor justo entre os níveis 1 e 2, nem para dentro ou fora do nível 3.

30.2 Gerenciamento de riscos

A Companhia segue as políticas de gerenciamento de riscos definidas por seu acionista controlador (Enel Spa). As políticas estabelecem os riscos enfrentados e as diretrizes para seu monitoramento interno e são aprovadas pelo Conselho de Administração da Enel SpA, o qual abriga um Comitê de Controles e Riscos, que dá suporte à avaliação e decisões do Conselho, relativas aos controles internos e sistema de gestão de riscos, bem como aquelas relativas à aprovação das demonstrações financeiras periódicas.

O sistema de gestão de riscos cobre 3 tipos de atividades: 1) controles de primeiro nível, que consistem em atividades de controle realizadas por cada unidade operacional, em seus próprios processos, como forma de assegurar a correta realização das operações; 2) controles de segundo nível, os quais são executados por áreas corporativas específicas e que visam monitorar e gerir tipos específicos de riscos; 3) controles de terceiro nível (auditoria interna), que visam verificar a estrutura e funcionamento do sistema como um todo, através do monitoramento dos controles, assim como do trabalho executado pelo segundo nível.

O sistema está sujeito a testes periódicos e verificações, levando em consideração a evolução das operações corporativas e a situação em questão, assim como as melhores práticas.

(a) Estrutura de gerenciamento de riscos

A estrutura organizacional de gerenciamento de riscos da Companhia é multidisciplinar e conta com as áreas de Gestão de Riscos, Controles Internos e Auditoria Interna, conforme descritas a seguir.

Gestão de Riscos

A Companhia segue as diretrizes do Sistema de Controle de Gestão de Riscos (SCGR), conforme descrito acima, no item 30.2 "Gerenciamento de Riscos", e para garantir seu cumprimento, existe uma política específica de Gestão de Riscos dentro de cada Companhia, que é revisada e aprovada no início de cada ano pelo Conselho, observando e aplicando requisitos locais em termos de cultura de risco e o procedimento de gestão de riscos que define os princípios gerais, funções, responsabilidades e métodos

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

operacionais relacionados ao gerenciamento de riscos, de acordo com as diretrizes da ISO 31000:2018.

A área de gestão de riscos possui a Certificação Internacional ISO 31000:2018 (G31000) e atua de acordo com as diretrizes vigentes desta norma internacional para gerenciar os riscos das empresas, onde o principal objetivo é identificar riscos (endógenos e exógenos) de forma preventiva, analisar, avaliar de forma a quantificar a probabilidade e o impacto, dentro da fase de avaliação de riscos, bem como o tratamento deles, através da definição de ações de mitigação com seus respectivos planos de ação em conjunto com as áreas e *Risk Owners* como responsáveis pelos diferentes riscos, atuando em conjunto com a área de gestão de riscos com objetivo de garantir as boas práticas de governança corporativa e assegurar a continuidade do negócio.

A Companhia busca proteção para todos os riscos que possam afetar seus objetivos, utilizando 6 macro categorias de riscos: Financeiros; Estratégicos; Governança e Cultura; tecnologia Digital, Compliance, Operacional, e 37 sub-categorias de riscos para identificar, avaliar, tratar e monitorar seus riscos.

A taxonomia de risco e sua gestão abrange o processo completo de avaliação de risco (identificação, análise e avaliação) de acordo com a Norma ISO 31000:2018, refletindo claramente os riscos avaliados, mostrando as probabilidades e impactos dos mesmos, quantificados antes e depois das ações de mitigação. Uma vez concluído o processo de avaliação de riscos, cada área responsável em conjunto com a área de gestão de riscos, realiza o trabalho contínuo dentro do tratamento, a fim de reduzir os níveis de riscos por meio da gestão preventiva, buscando sempre a redução da probabilidade e impacto de cada um, que são apresentados mensalmente ao Conselho e à alta administração da Companhia.

A estrutura organizacional de gerenciamento de riscos do grupo Enel possui um comitê global de gerenciamento de riscos, o qual possui as seguintes atribuições: aprovar as políticas de riscos propostas pelo *Controller* de risco da *Holding*; aprovar os limites de exposição propostos; autorizar quebras de limites; definir estratégias de riscos identificando planos de ação e instrumentos para mitigar os riscos e supervisão global do gerenciamento e controle de riscos. No âmbito de cada Companhia do grupo, o processo de gestão de riscos é descentralizado. Cada gestor responsável pelo processo operacional em que se origina o risco é também responsável pelo tratamento e pela adoção de medidas de controle e mitigação dos riscos.

Controles Internos

A área de Controles Internos tem como principal atribuição assessorar as áreas de negócios na revisão de processos e implementação de controles para garantir exatidão das informações financeiras e o cumprimento das leis, normas, regulamentos e procedimentos internos.

Visando garantir o alinhamento dos processos com as exigências de controle da Companhia, a área de controles internos atua na gestão dos controles de acessos ao sistema financeiro e realiza acompanhamento das deficiências de controle identificadas pela auditoria externa para garantir a mitigação de todos os riscos nos prazos acordados.

A Companhia analisa todas as oportunidades de melhorias reportadas pelos auditores independentes na carta de recomendação e define planos de ação para implementação de todas as recomendações que considere pertinentes. A área de controles internos acompanha a implementação dos planos de ação e o resultado dos mesmos.

Auditoria Interna

A diretoria de auditoria interna atua na avaliação dos processos e controles relacionados aos segmentos operacional (infraestrutura e redes), comercial (mercado), administrativo, compras e de tecnologia da informação. A diretoria de auditoria interna avalia a eficiência dos processos e procedimentos ligados à operação da Companhia, dos controles associados às informações contábeis,

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

bem como dos controles de segurança da informação, todos em conformidade com as exigências da legislação brasileira, normas regulatórias do setor elétrico e normas e procedimentos internos.

O plano anual de auditoria é elaborado em conformidade com o resultado da avaliação de riscos e tem como principal objetivo prover avaliação independente sobre riscos, ambiente de controles e deficiências significativas que possam impactar as informações contábeis e processos da Companhia.

O plano de auditoria é aprovado pelo Conselho de Administração. Além disto, o resultado das respectivas auditorias e a evolução dos planos de ação para implementação de potenciais melhorias e regularizações são apresentados periodicamente aos diretores, e membros do conselho de administração.

A auditoria interna possui uma política interna, que descreve as responsabilidades e principais atividades da área de auditoria, incluindo documentos gerados, comunicação com responsáveis, divulgação dos relatórios, acompanhamento dos planos de ação, entre outros.

Adicionalmente, a auditoria interna também é responsável pela gestão do Programa de *Compliance* da Companhia, que tem como objetivo promover a obediência às políticas e diretrizes da Companhia, bem como às leis e regulamentações vigentes e a ela aplicáveis, além de encorajar uma cultura organizacional pautada pela ética.

(b) Riscos resultantes de instrumentos financeiros

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

(b.1) Risco de crédito

Consiste no risco da Companhia incorrer em perdas devido a um cliente ou uma contraparte do instrumento financeiro não cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente de: (i) contas a receber de clientes; (ii) equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo; e (iii) ativo financeiro setorial, ativo contratual (infraestrutura em construção) e ativo financeiro da concessão.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima ao risco do crédito na data de 30 de junho de 2020 é:

	Nota	30.06.2020
Caixa e equivalentes de caixa	b.1.1	1.017.532
Investimentos de curto prazo	b.1.1	38.630
Depósitos vinculados	b.1.1	877.423
Consumidores, revendedores e outros	b.1.2	2.320.407
Contas a receber - acordos	b.1.2	281.118
Ativo financeiro setorial	b.1.3	2.245.432
Ativo contratual	b.1.3	702.172
Ativo financeiro da concessão	b.1.3	4.692.070
Operação com derivativo	b.1.4	123.451
Total da exposição		12.298.235

Os saldos apresentados anteriormente estão líquidos das respectivas perdas esperadas com crédito de liquidação duvidosa (nota explicativa nº 7).

(b.1.1) Caixa e equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo e depósitos vinculados

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

O excedente de caixa da Companhia é aplicado de forma conservadora em ativos financeiros de baixo risco, sendo os principais instrumentos financeiros representados por CDB's (Certificados de Depósitos Bancários) e operações compromissadas. Os investimentos têm alta liquidez, sendo prontamente conversíveis em recursos disponíveis de acordo com as necessidades de caixa da Companhia. As aplicações financeiras da Companhia buscam rentabilidade compatíveis com as variações do CDI. Dada à natureza e característica das aplicações financeiras, as mesmas já estão reconhecidas pelo seu valor justo, em contrapartida ao resultado.

Os depósitos vinculados são efetuados em bancos da união, conforme determinação do Conselho Nacional de Justiça - CNJ. A Companhia considera bastante reduzido o risco de crédito relacionado a tais depósitos

(b.1.2) Consumidores, revendedores e contas a receber de acordos

A Companhia está obrigada, por força de regulamentação do setor de energia elétrica e por cláusula incluída no contrato de concessão, a fornecer energia elétrica para todos os clientes localizados na sua área de concessão. De acordo com a regulamentação do setor de energia elétrica, a Companhia tem o direito de cortar o fornecimento de energia elétrica dos consumidores que não efetuem o pagamento das faturas.

A Companhia tem executado diversas ações objetivando a redução e combate à inadimplência tais como: negativação de clientes em empresas de proteção ao crédito, corte do fornecimento de energia elétrica, cobrança judicial, protesto de clientes junto aos cartórios, contratação de agências de cobranças, envio de cartas de aviso de cobrança e de mensagens via "SMS", e-mail e "URA" (Unidade de Resposta Audível). Adicionalmente, foi lançado o portal de negociação e realização de negociações através de feirões e do *call center*. A Companhia utiliza uma solução de análise preditiva ("*Predictive Analytics*") possibilitando avaliar a propensão de pagamento de acordo ao perfil de cada cliente, para definir a melhor estratégia de cobrança.

(b.1.3) Ativo financeiro setorial, ativo contratual (infraestrutura em construção) e ativo financeiro da concessão

A Administração da Companhia considera bastante reduzido o risco desses créditos, visto que os contratos firmados asseguram o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a ser pago pelo Poder Concedente: (i) referente a custos não recuperados por meio de tarifa (ativo financeiro setorial); e (ii) referente aos investimentos em curso e efetuados em infraestrutura e que não foram amortizados até o vencimento da concessão (ativo contratual e ativo financeiro da concessão).

(b.1.4) Operação com instrumento derivativo

A Administração da Companhia considera bastante reduzido o risco de crédito da operação com derivativo que mantém com os bancos Bradesco, MUFG, Scotiabank e BNP Paribas que são considerados como de primeira linha pela mesma.

(b.2) **Risco de gerenciamento de capital**

A Companhia controla sua estrutura de capital de acordo com as condições macroeconômicas e setoriais, de forma a possibilitar o pagamento de dividendos, maximizar o retorno de capital aos acionistas, bem como a captação de novos empréstimos e emissões de valores mobiliários junto ao mercado financeiro e de capitais, entre outros instrumentos que julgar necessário.

De forma a manter ou ajustar a estrutura de capital, a Companhia pode revisar a sua prática de pagamento de dividendos, aumentar o capital através de emissão de novas ações ou vender ativos para reduzir o nível de endividamento, se for o caso.

Notas Explicativas

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS**

30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia também monitora constantemente sua liquidez e os seus níveis de alavancagem financeira, além de buscar o alongamento do perfil de suas dívidas, de forma a mitigar o risco de refinanciamento.

A Companhia inclui dentro da estrutura de dívida líquida: empréstimos e financiamentos e debêntures, menos caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo.

Na tabela a seguir, está demonstrada a dívida líquida da Companhia:

	30.06.2020	31.12.2019
Empréstimos e financiamentos	981.247	274.423
Debêntures	3.606.517	3.612.989
Operação com instrumento derivativo	(123.451)	(48.607)
Caixa e equivalentes de caixa	(1.017.532)	(1.280.195)
Investimentos de curto prazo	(38.630)	(5.496)
Dívida líquida	3.408.151	2.553.114
Patrimônio líquido	3.751.246	3.969.216
Dívida líquida / Patrimônio líquido	90,85%	64,32%

Do endividamento financeiro total em 30 de junho de 2020, 21,3% era de curto prazo (7,1% em 31 de dezembro de 2019) e o prazo médio era de 2,96 anos (3,71 anos em 31 de dezembro de 2019).

(b.3) Risco de liquidez

O risco de liquidez acontece com a dificuldade de cumprir com obrigações contratadas em datas previstas.

A Companhia adota como política de gerenciamento de risco: (i) manter um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros; (ii) monitorar diariamente os fluxos de caixa previstos e realizados; (iii) manter aplicações financeiras com vencimentos diários ou que fazem frente aos desembolsos, de modo a promover máxima liquidez; (iv) estabelecer diretrizes para contratação de operações de hedge para mitigação dos riscos financeiros da Companhia, bem como a operacionalização e controle destas posições.

A tabela a seguir apresenta informações sobre os vencimentos futuros dos passivos financeiros da Companhia. Para as rubricas de “empréstimos e financiamentos” e “debêntures” estão sendo considerados os fluxos de caixa projetados. Por se tratar de uma projeção, estes valores diferem dos divulgados na nota explicativa nº 14. As informações refletidas na tabela a seguir incluem os fluxos de caixa de principal e juros.

Posição em 30 de junho de 2020	Menos de 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 5 anos	Mais que 5 anos
Fornecedores	1.709.488	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	1.125	5.849	955.312	39.960	-
Debêntures	-	31.761	77.741	3.049.568	847.879
Operações com instrumento derivativo	-	5.189	(69.094)	(43.823)	(28.243)
Obrigações por arrendamento	18.509	9.341	36.680	127.473	43.434
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	-	-	584.681	-	-
Total	1.729.122	52.140	1.585.320	3.173.178	863.070

De acordo com o CPC 40/IFRS7 (R1) Instrumentos financeiros: Evidenciação, quando o montante a pagar não é fixado, o montante evidenciado é determinado com referência às condições existentes na data de encerramento do exercício. Portanto, CDI, IPCA e TJLP utilizados nas projeções de juros correspondem aos índices projetados na data de 30 de junho de 2020.

(b.4) Riscos de mercado

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

(b.4.1) Riscos de taxas de juros

A Companhia possui empréstimos e debêntures relevantes remunerados pela variação do CDI, IPCA e TJLP. Consequentemente, o resultado da Companhia é afetado pela variação desses índices.

Em 30 de junho de 2020 as aplicações financeiras da Companhia foram alocadas em CDBs rentabilizados pelo CDI.

O montante de exposição líquida da Companhia aos riscos de taxas de juros na data-base de 30 de junho de 2020 é:

	30.06.2020
Equivalentes de caixa	870.281
Investimentos de curto prazo	38.630
Empréstimos e financiamentos	(981.247)
Debêntures	(3.606.517)
Operação com derivativo	123.451
Total da exposição líquida	(3.555.402)

Os montantes de empréstimos, financiamentos e debêntures apresentados na tabela acima referem-se somente às dívidas indexadas ao CDI, IPCA e TJLP.

Análise de sensibilidade ao risco de taxa de juros

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores nos investimentos e nas dívidas, aos quais a Companhia estava exposta na data base de 30 de junho de 2020, foram definidos 5 cenários diferentes. Com base nas projeções de 30 de junho de 2020 da B3 dos indexadores CDI, IPCA e TJLP para um ano, foi definido como o cenário provável e a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a receita e despesa financeira bruta, que representa o efeito esperado no resultado e patrimônio líquido em cada cenário projetado, não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para um ano. A data base utilizada da carteira foi 30 de junho de 2020, projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário. A projeção do cálculo considera a taxa de juros contratual: índice mais spread.

			Projeção despesas financeiras - 01 ano				
Dividas	Taxa de juros contratual	Posição em 30.06.2020	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI							
Debêntures - 23ª Emissão (1ª série)	108,25% do CDI	(709.313)	(8.790)	(13.147)	(16.335)	(21.784)	(26.066)
Debêntures - 23ª Emissão (2ª série)	111% do CDI	(1.404.987)	(17.873)	(26.729)	(33.210)	(44.285)	(52.985)
Debêntures - 24ª Emissão (1ª série)	CDI+0,80 a.a.	(693.391)	(13.640)	(17.626)	(20.544)	(25.534)	(29.457)
TJLP							
FINEP 2	TJLP+5,00% a.a.	(49.381)	(820)	(1.501)	(2.174)	(2.839)	(3.498)
Contrato de Swap							
Debêntures - 24ª Emissão (2ª série)	100% do IPCA + 4,0134% a.a.	(798.827)	(36.543)	(38.695)	(39.175)	(42.974)	(45.102)
Derivativo (swap) - Ponta Ativa	100% do IPCA + 4,0134% a.a.	752.152	33.627	35.607	36.048	39.544	41.503
Derivativo (swap) - Ponta Passiva	100% do CDI + 0,7200%	(695.178)	(12.936)	(16.877)	(19.762)	(24.697)	(28.575)
TOKIO 4131	USD + 1,36% a.a.	(177.602)	71.018	217	(35.927)	(92.456)	(126.499)
Derivativo (swap) - Ponta Ativa	USD + 1,36% a.a.	176.595	(70.616)	(216)	35.724	91.932	125.782
Derivativo (swap) - Ponta Passiva	CDI + 0,06% a.a.	(150.521)	(1.810)	(2.663)	(2.412)	(4.355)	(5.194)
SCOTIABANK 4131	USD + 1,65% a.a.	(279.669)	111.065	(451)	(57.183)	(146.417)	(200.038)
Derivativo (swap) - Ponta Ativa	USD + 1,65% a.a.	277.563	(110.229)	448	56.752	145.315	198.531
Derivativo (swap) - Ponta Passiva	CDI + 2,50% a.a.	(261.553)	(9.459)	(10.944)	(8.931)	(13.891)	(15.352)
BNP 4131	USD + 2,96% a.a.	(474.594)	182.597	(6.847)	(103.266)	(254.814)	(345.904)
Derivativo (swap) - Ponta Ativa	USD + 2,96% a.a.	475.609	(182.988)	6.862	103.486	255.359	346.644
Derivativo (swap) - Ponta Passiva	CDI + 1,60% a.a.	(451.216)	(12.329)	(14.890)	(13.834)	(19.968)	(22.489)
Subtotal		(4.464.313)	(79.726)	(107.452)	(120.743)	(161.864)	(188.699)
Total da exposição líquida		(3.555.402)	(64.547)	(84.638)	(90.386)	(123.871)	(143.163)

Notas Explicativas

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS**

30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

(b.4.2) Risco de moeda

A Companhia está exposta ao risco de variação cambial temporal, atrelado ao dólar norte-americano, através dos pagamentos de energia comprada de Itaipu, entretanto, as alterações de variação cambial são repassadas ao consumidor na tarifa, através do mecanismo da Conta de Compensação de Variações de Itens da Parcela A/CVA (Ativo e passivo financeiro setorial).

Exposição às taxas de câmbio	30.06.2020		31.12.2019	
	Moeda estrangeira	R\$	Moeda Estrangeira	R\$
Fornecedores (Itaipu)	93.196	510.341	118.528	477.751
Passivo líquido exposto	93.196	510.341	118.528	477.751

(b.4.3) Risco de preço**Reajuste tarifário de 2020**

A Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), em reunião pública da sua Diretoria, que ocorreu em 30 de junho, deliberou sobre o reajuste tarifário anual de 2020 a ser aplicado a partir de 4 de julho de 2020.

A ANEEL aprovou o Reajuste Tarifário Anual da Companhia positivo de +15,60%, composto por reajuste econômico de +15,27% e componente financeiro de +0,33%. Descontado o componente financeiro considerado no último processo tarifário, o efeito médio a ser percebido pelos consumidores será de +4,23%.

O índice é composto pelos seguintes itens:

Reajuste Tarifário	
Encargos Setoriais	2,11%
Energia Comprada	6,77%
Encargos de Transmissão	4,30%
Parcela A	13,18%
Parcela B	2,09%
Reajuste Econômico	15,27%
CVA Total	6,27%
Conta Covid	-8,70%
Outros Itens Financeiros da Parcela A	2,76%
Reajuste Financeiro	0,33%
Reajuste Total	15,60%
Componentes Financeiros do Processo Anterior	-11,38%
Efeito para o consumidor	4,23%

Parcela A

Para o próximo ano regulatório, a Parcela A foi reajustada em 17,50%, representando 13,18% no reajuste econômico com os seguintes componentes:

- Encargos Setoriais: R\$ 3.076. Um aumento de 11,38%, representando 2,11% no reajuste econômico em função, principalmente, do aumento de 25,41% do encargo com a Conta de Desenvolvimento Energético ("CDE Uso");

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Energia Comprada: R\$ 7.753. O aumento de 14,91% decorre principalmente do aumento dos custos de Itaipu e dos contratos por disponibilidade de energia nova. O aumento do custo de compra de energia representa 6,77% no reajuste econômico; e
- Encargos de Transmissão: R\$ 2.320. O aumento de 37,98% decorre principalmente do aumento da Receita Anual Permitida das instalações da Rede Básica em relação ao ciclo anterior, representando 4,30% no reajuste econômico.

Parcela B

Para o próximo ano regulatório, a Parcela B foi reajustada em 8,46%, representando uma participação de 2,09% no reajuste econômico, resultado da combinação dos seguintes componentes:

- IGP-M de 6,66%, no período de 12 meses findos em junho de 2020; e
- Fator X de -1,80 %, composto por:
 - Componente X-Pd (ganhos de produtividade da atividade de distribuição) de +0,77%, previamente definido na 5ª Revisão Tarifária Periódica ("5RTP") para aplicação nos reajustes tarifários deste ciclo da Enel SP;
 - Componente X-Q (qualidade do serviço) de -0,50%; e
 - Componente X-T (trajetória de custos operacionais) de -2,07%, previamente definido na 5RTP para aplicação nos reajustes tarifários deste ciclo da Enel SP.

Componentes Financeiros

Os componentes financeiros aplicados no reajuste tarifário totalizam um montante positivo de R\$ 49.419, sendo os principais valores, conforme demonstrado a seguir:

- Itens de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela A ("CVA") – positivo de R\$ 1.022.673;
- Neutralidade de Encargos Setoriais – positivo de R\$ 164.613;
- Sobrecontratação de energia – negativo de R\$ 123.572;
- Previsão/reversão de Risco Hidrológico – positivo de R\$ 198.483;
- Conta Covid – negativo de R\$ 1.292.527
- Outros – positivo de R\$ 79.749.

Vale destacar que o financeiro negativo relativo à antecipação dos efeitos da CONTA-COVID de R\$ 1.292.527, refere-se: CVA energia não amortizada; CVA em constituição até o mês de competência de junho de 2020; e neutralidade das competências de abril e maio de 2020. Caso não houvesse a consideração deste financeiro, o reajuste médio teria sido de 12,2% ao invés de 4,23%.

Maiores informações sobre a CONTA-COVID podem ser verificadas na nota explicativa nº 1.1.

O reajuste tarifário médio de +4,23% a ser percebido pelos consumidores apresenta variações para diversos níveis de tensão, conforme detalhado a seguir:

Níveis de Tensão	Efeito Médio
Alta Tensão	6,00%
Baixa Tensão	3,58%
Efeito Médio	4,23%

(b.4.4) Risco de aceleração de dívidas

A Companhia tem contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures, com cláusulas restritivas ("covenants") normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Em 30 de junho de 2020, a Companhia estava em cumprimento de todos os termos dos *covenants* (nota explicativa nº 14.8) exigidos por seus contratos.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

(c) Outros riscos

(c.1) Risco de regulação

As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

(c.2) Risco de contratação de energia

O portfólio de contratos de energia de 2020 consiste nos seguintes componentes: Contrato de Itaipu e PROINFA; Contratos de Cotas de Garantia Física - CCGF, Cotas de Angra 1 e 2 e Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado – CCEAR's.

De acordo com o Decreto MME nº 5.163/2004, a contratação de energia elétrica pelos agentes de distribuição deverá ser realizada através de licitação na modalidade de leilão, sendo que a duração desses contratos (CCEAR's) será estabelecida pelo próprio MME.

A legislação atual estabelece que as empresas de distribuição devem garantir o atendimento a 100% dos seus mercados de energia e prevê que a ANEEL deverá considerar, no repasse dos custos de aquisição de energia elétrica, até 105% do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento da distribuidora.

A estratégia para contratação de energia pela Companhia busca assegurar que o nível de contratação permaneça na faixa entre 100% e 105%, minimizando os custos com a compra de energia requerida para atendimento ao mercado cativo. Adotou-se, dessa forma, uma abordagem de gestão de risco na compra de energia focada na identificação, mensuração de volume, preços e período de suprimento, além da utilização de ferramentas de otimização para suporte na decisão de contratação de energia.

As incertezas do cenário macroeconômico e meteorológico impactam significativamente as projeções da carga para contratação. Porém, os modelos utilizados norteiam as contratações com níveis de riscos aceitáveis e no decorrer do tempo há a possibilidade de ajustes dos níveis contratuais.

Os principais fatores de incerteza na compra de energia estão relacionados à previsão da necessidade de aquisição de energia nova com antecedência de 3 a 7 anos em relação ao início do suprimento da energia elétrica adquirida e à expectativa de preços futuros. O não atendimento a 100% do mercado poderá ensejar a aplicação de penalidades por insuficiência de contratação e repasse não integral às tarifas dos custos de compra de energia no Mercado de Curto Prazo. As penalidades decorrentes do não atendimento à totalidade do mercado de energia elétrica dos agentes de distribuição não serão aplicáveis na hipótese de exposição contratual involuntária reconhecida pela ANEEL.

Adicionalmente, a ANEEL não repassará os custos de aquisição de energia elétrica às tarifas dos consumidores finais, caso o nível de contratação seja superior a 105% do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento do agente de distribuição. Na hipótese de sobrecontratação involuntária ser reconhecida pela ANEEL, haverá o repasse integral dos custos de compra de energia à tarifa mesmo em níveis de contratação acima de 105% em relação à carga anual de fornecimento.

Para mitigação dos riscos de sobre e subcontratação (exposição), há instrumentos previstos na regulamentação tais como (i) leilões de ajuste, (ii) MCSD (Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits) de energia nova e existente, (iii) acordos bilaterais de redução contratual, (iv) venda de energia temporária, (v) opção por redução dos CCEAR's de energia existente devido a migração de clientes ao mercado livre, acréscimos na aquisição de energia decorrentes de contratos celebrados antes da edição da Lei nº 10.848/2004 e outras variações de mercado, (vi) a venda de energia ao mercado livre em Leilão de Excedentes e (vii) o reconhecimento de sobrecontratação ou exposição involuntária.

Conforme disposto na Resolução Normativa ANEEL nº 453, de 18 de outubro de 2011, a eventual exposição ou sobrecontratação involuntária a qual as Distribuidoras possam ser submetidas, por fatos

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

alheios a sua vontade, poderá ser repassada às respectivas tarifas. Este repasse deverá ser concedido, desde que os agentes de distribuição utilizem de todos os mecanismos previstos na regulamentação para atendimento à obrigação de contratação da totalidade de seu mercado de energia elétrica.

No caso da sobrecontratação voluntária acima do limite de repasse de 105%, a diferença entre a receita de venda da sobrecontratação no mercado de curto prazo e o custo de compra de energia é absorvida pela concessionária podendo resultar em risco ou oportunidade dependendo do cenário de preços de energia ao longo do ano.

A Companhia encerrou o ano de 2016 com um nível de contratação de 110,2%, sendo o impacto acima do limite de 105% equivalente a R\$ 88.091 (valor atualizado de R\$ 119.032 em 30 de junho de 2020) caso não venha a ser considerado como sobrecontratação involuntária pela ANEEL.

Existem dois principais fatores que contribuíram para a sobrecontratação no ano de 2016. O primeiro refere-se à participação no leilão A-1 no ambiente regulado (CCEAR) realizado em dezembro de 2015, no qual a Companhia compulsoriamente teve que repor a energia vinculada ao contrato bilateral com a AES Tietê, cujo término ocorreu em 31 de dezembro de 2015. Por força do Decreto nº 5.163, a Companhia teve que comprar no mínimo 96% do seu montante de reposição, mesmo tendo ressalvado em sua declaração a necessidade de volume inferior ao mínimo. Em 3 de agosto de 2016, foi publicado Decreto nº 8.828, alterando o Decreto nº 5.163, retirando a trava de obrigação de declaração para os montantes de reposição. O novo decreto é aderente às argumentações da Companhia em relação à obrigatoriedade imposta para o leilão A-1 de dezembro de 2015.

Outro fator que impactou consideravelmente o nível de contratação foi a migração de consumidores atendidos por fontes alternativas ao mercado livre. O direito à redução de contratos de compra de energia em caso de migração dos consumidores atendidos por fontes alternativas ao mercado livre foi reconhecido a partir da Resolução nº 726/2016, após discussão na Audiência Pública nº 85/2013. Entretanto, a redução contratual só vale para contratos firmados em leilões de energia posteriores à publicação da Resolução, não foi útil, portanto, para reduzir o nível de contratação de 2016.

Diante dos fatores expostos anteriormente, a Companhia entende, baseada em parecer técnico elaborado por escritório de advocacia renomado, que a sobrecontratação advinda da compra compulsória em Leilão A-1 e da saída de consumidores para o mercado livre é involuntária e, portanto, deve ser integralmente repassada aos seus consumidores.

O reconhecimento da sobrecontratação involuntária referente ao leilão A-1 e a migração de consumidores especiais é suficiente para prover repasse tarifário integral dos custos de sobrecontratação.

Adicionalmente, para reduzir o nível de sobrecontratação a Companhia celebrou acordos bilaterais nos termos da Resolução Normativa nº 711 de 2016 e participou de Mecanismos de Compensação de Sobras e Déicits - MCSD de energia existente e de energia nova. Desde 2016, a Companhia realizou diversos acordos bilaterais e participou em quase todos os meses de MCSDs. Para o semestre findo em 30 de junho de 2020 o nível de sobrecontratação da companhia está dentro do limite regulatório. Para o ano de 2020, a Companhia projeta permanecer dentro do limite regulatório.

Em 25 de abril de 2017, a ANEEL deliberou o pleito de sobrecontratação involuntária das distribuidoras referente tanto ao leilão A-1 quanto à migração dos consumidores especiais. A decisão, de caráter geral, foi negar o pleito, com a ressalva de que as situações particulares de reconhecimento como sobrecontratação involuntária devem ser avaliadas pela ANEEL mediante comprovação do máximo esforço na redução da posição contratual. O processo continua em fase de instrução na ANEEL, agora com sua Diretoria já reconhecendo a possibilidade dos dois tipos de sobrecontratação serem involuntárias. A Companhia mantém o seu posicionamento de que os dois fatores mencionados são sobrecontratação involuntária.

No reajuste tarifário de 2020, de forma similar ao ocorrido quando da revisão tarifária de 2019 e 2018, a ANEEL manteve o componente de sobrecontratação involuntária referente ao ano civil de 2016 em

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

caráter provisório, tendo em vista que ainda permanece avaliando o máximo esforço individualmente para cada distribuidora, conforme decisão de 25 de abril de 2017.

Embora haja o repasse dos custos relacionados à sobrecontratação involuntária para a tarifa, há um descasamento de caixa temporário, visto que os mesmos ocorrem em momentos distintos. O mesmo efeito ocorre quando há aumento de custos de compra de energia e encargos setoriais, o que pode gerar a necessidade da Companhia em se financiar através de capital de giro.

(c.3) Risco socioambiental

A instalação, ampliação e operação de empreendimentos voltados à distribuição de energia elétrica utilizam e/ou interferem em recursos naturais e podem causar impactos ambientais relacionados à fauna e à flora, emissões atmosféricas, água e solo. Portanto, as atividades da Companhia estão sujeitas aos padrões de qualidade e de proteção ambiental estabelecidos por diversas leis e regulamentos ambientais que, se violados, podem sujeitar os infratores as sanções administrativas e criminais, além da obrigação de reparação de danos ambientais na esfera cível.

A edição de novas leis e regulamentos mais severos ou a ocorrência de eventos não previstos que possam resultar em significativos passivos ambientais pode ter um efeito adverso material sobre os negócios da Companhia, não apenas sob o aspecto financeiro, mas também operacional. De acordo com a Lei nº 9.605 de 1998 – Lei de Crimes Ambientais, o valor máximo de multa por descumprimento da lei ambiental é de R\$ 50.000 podendo ser cumulado com penalidade de embargo ou interdição de atividade.

Baseando-se no arcabouço legal ambiental, a Companhia mapeou e monitora continuamente seus riscos ambientais através de um sistema de gestão de riscos, de acordo com a norma ISO 31000. Os principais riscos ambientais foram mapeados, descritos e avaliados qualitativa e quantitativamente, e foram classificados de acordo com sua probabilidade de materialização e impacto para a Companhia. Desta forma, as ações de mitigação praticadas são avaliadas continuamente quanto a sua adequação/suficiência para a mitigação dos riscos à Companhia.

Com o objetivo de manter-se preparada para prevenir acidentes e responder às eventuais situações de emergência e assim evitar ou mitigar os impactos negativos dessas situações na sociedade e no meio ambiente, a Companhia estabelece procedimentos e planos de preparação e respostas a emergências, mantém contrato com empresa especializada em atender a emergências ambientais e se mantém preparada para atender aos principais cenários emergenciais, identificados em seu Sistema de Gestão Ambiental certificado pela ISO 14001:2015. O gerenciamento ambiental de todas as atividades da Companhia é realizado com foco na prevenção à poluição e mitigação de impactos ambientais, atendimento à legislação e melhoria contínua de seus processos, além de práticas de relacionamento e educação da população para o uso seguro e eficiente da energia elétrica. A Política do Sistema de Gestão Integrado consolida o compromisso da Companhia com o desenvolvimento sustentável, e estabelece as diretrizes para sua atuação considerando os aspectos social, ambiental e econômico.

A Companhia contribui, ainda, com o desenvolvimento sustentável da sociedade e do país assumindo compromissos voluntários como: Pacto Global, Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, Empresa Amiga da Criança, Princípios da ONU de Empoderamento das Mulheres e Pacto Empresarial pela Integridade e Contra a Corrupção.

31. Informações complementares

31.1 Às demonstrações do fluxo de caixa

As principais transações que não impactaram caixa e equivalentes de caixa foram as seguintes:

	30.06.2019
Doações de linhas e redes (Adição de ativos contratuais, financeiros e intangíveis)	15.728

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS**

30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia classifica os juros pagos e recebidos como atividade operacional (juros de dívidas e aplicações financeiras, dentre outros), com exceção aos juros pagos que são capitalizados como parte do custo de construção da infraestrutura, os quais são classificados como desembolso de caixa, nas atividades de investimento (adições de ativos intangíveis da concessão). A seguir é demonstrada a conciliação dos pagamentos de juros alocados por atividade nas demonstrações dos fluxos de caixa:

	30.06.2020	30.06.2019
Pagamento de juros apresentados nas atividades operacionais	90.970	148.227
Pagamento de juros apresentados nas atividades de investimento (juros capitalizados)	1.875	3.817
Pagamento de juros	92.845	152.044

32. Compromissos

A Companhia possui contratos de longo prazo, cujas informações mais detalhadas podem ser observadas na nota explicativa nº 34 das demonstrações contábeis relativas ao exercício findo de 31 de dezembro de 2019.

Os principais compromissos de longo prazo da Companhia são:

- contratos de compra de energia elétrica;
- contratos de uso do sistema de transmissão e de distribuição (CUST e CUSD);
- contratos de arrendamentos.

Não houve alteração significativa nos compromissos de longo prazo no semestre findo em 30 de junho de 2020.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

KPMG Auditores Independentes

Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro

20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Telefone +55 (21) 2207-9400

kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de informações

trimestrais - ITR

Aos Diretores da

Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A.

São Paulo – SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2020, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o CPC 21(R1) e a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos - Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Outros assuntos - Valores correspondentes

Os valores correspondentes relativos ao balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 19 de fevereiro de 2020, sem modificação, e às demonstrações do resultado e do resultado abrangente dos períodos de três e seis meses e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses do trimestre findo em 30 de junho de 2019 foram anteriormente revisados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 26 de julho de 2019, sem modificação. Os valores correspondentes relativos às demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2019, foram submetidos aos mesmos procedimentos de revisão por aqueles auditores independentes e, com base em sua revisão, aqueles auditores emitiram relatório reportando que não tiveram conhecimento de nenhum fato que os levasse a acreditar que a DVA não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 21 de julho de 2020

KPMG Auditores Independentes

CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Alexandre Vinicius Ribeiro de Figueiredo

Contador CRC RJ-092563/O-1

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Os diretores da ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A. ("Companhia"), inscrita no CNPJ/MF Nº 61.695.227/0001-93, com sede na Avenida Doutor Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, nº 939, lojas 1 e 2 (térreo) e 1º ao 7º andar, Bairro Sítio Tamboré, Torre II do Condomínio Castelo Branco Office Park, Barueri – SP, nos termos e para fins das disposições constantes nos incisos V e VI do § 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, DECLARAM que revisaram, discutiram e concordam com as conclusões expressas no Relatório dos Auditores Independentes da Companhia, KPMG Auditores Independentes, bem como que reviram, discutiram e concordam com as Informações Trimestrais da Companhia referentes ao segundo trimestre de 2020.

Barueri, 21 de julho de 2020.

Diretores:

Max Xavier Lins

Diretor Presidente

Raffaele Enrico Grandi

Diretor de Administração, Finanças, Controle e Relações com Investidores

Rosario Zaccaria

Diretor de Operações de Infraestrutura e Redes

Marcia Massotti de Carvalho

Diretora de Sustentabilidade

Flavia da Silva Baraúna

Diretora de Serviços

Janaina Savino Vilella Carro

Diretora de Comunicação

José Nunes de Almeida Neto

Diretor de Relações Institucionais

Anna Paula Hiotte Pacheco

Diretora de Regulação

Marcia Sandra Roque Vieira Silva

Diretora de Mercado

Margot Frota Cohn Pires

Diretora de Compras

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Os diretores da ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A. ("Companhia"), inscrita no CNPJ/MF Nº 61.695.227/0001-93, com sede na Avenida Doutor Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, nº 939, lojas 1 e 2 (térreo) e 1º ao 7º andar, Bairro Sítio Tamboré, Torre II do Condomínio Castelo Branco Office Park, Barueri – SP, nos termos e para fins das disposições constantes nos incisos V e VI do § 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, DECLARAM que revisaram, discutiram e concordam com as conclusões expressas no Relatório dos Auditores Independentes da Companhia, KPMG Auditores Independentes, bem como que reviram, discutiram e concordam com as Informações Trimestrais da Companhia referentes ao segundo trimestre de 2020.

Barueri, 21 de julho de 2020.

Diretores:

Max Xavier Lins

Diretor Presidente

Raffaele Enrico Grandi

Diretor de Administração, Finanças, Controle e Relações com Investidores

Rosario Zaccaria

Diretor de Operações de Infraestrutura e Redes

Marcia Massotti de Carvalho

Diretora de Sustentabilidade

Flavia da Silva Baraúna

Diretora de Serviços

Janaina Savino Vilella Carro

Diretora de Comunicação

José Nunes de Almeida Neto

Diretor de Relações Institucionais

Anna Paula Hiotte Pacheco

Diretora de Regulação

Marcia Sandra Roque Vieira Silva

Diretora de Mercado

Margot Frota Cohn Pires

Diretora de Compras